

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**  
Diretoria Executiva - DE

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**2006**

Rio de Janeiro  
Março 2006



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro

20021-120 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

## **Relatório de Gestão - 2006**

### **Diretoria Executiva**

Apresenta e analisa os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e as práticas ocorridas no exercício de 2006. Este Relatório visa atender as informações solicitadas no Anexo II da Decisão Normativa TCU N°. 81/2006.

### **Coordenação**

Gylcilene Ribeiro Storino

### **Gerente do Projeto**

Fábio Thomaz Barbosa

### **Equipe Técnica**

Ana Claudia Neves do Livramento

Ana Maria Martins Neves

Leonardo Gomes Alves

Mônica M. Piquet de Alcantara

### **Programação Visual e Diagramação da Publicação**

Mauro Emílio Araújo

### **Colaboradores**

Antonio Ferreira Antunes

Antonio Fernando de Andrade Alves

Elizabeth de Carvalho Faria

Fabio Sciberras de Carvalho

Luiz Gutman

Maria de Lourdes Adorno Alves

Maria Letícia Duarte Warner

Maria Vilma Salles Garcia

Marise Maria Ferreira

Marta da Silva Coutinho

Massashige Takiguchi

Nelson Baptista Moreira

Rose Mary Rodrigues

Sandra Cavalcanti Barros

Sonia Val Dias

Taurino Vasconcelos Muller

Wanderley Mazei Coelho Silva

# Apresentação

**A** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE** vem, através desta publicação, prestar informações acerca da sua Gestão Técnica, Administrativa e Organizacional no exercício de 2006.

O Relatório de Gestão 2006 busca atender as recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU, no que diz respeito ao anexo II da Decisão Normativa TCU nº 81, de 06 de dezembro de 2006, e da Controladoria Geral da União – CGU por meio dos anexos I, II e IX da Portaria CGU nº 555, de 28 de dezembro de 2006. É disponibilizado todos os anos na página da Internet do IBGE, para prestação de contas à sociedade brasileira, particularmente, e aos usuários e produtores de informações estatísticas e geocientíficas. Além dessa forma de divulgação, é veiculado para todos os servidores da instituição via intranet do IBGE a fim de que percebam, mais claramente, o resultado do seu trabalho e a forma como a administração geriu os recursos disponíveis. É também distribuído em versão impressa para o corpo gerencial estratégico.

Este relatório também apresenta o desempenho institucional dos Programas e Ações de responsabilidade do IBGE no Plano Plurianual do Governo Federal – PPA e tem se consolidado como um instrumento eficaz que permite, com mais clareza e concisão, tornar conhecidos os procedimentos administrativos e as atividades desenvolvidas no IBGE. Ademais, sintetiza as informações parciais de desempenho publicadas nos Relatórios Trimestrais de Acompanhamento do PPA, substituindo o Acompanhamento do 4º. Trimestre 2006.

Deste nosso esforço conjunto, que envolve todas as Unidades Organizacionais do IBGE na sua confecção, resulta não só no atendimento correto às demandas do Governo Federal e da sociedade, mas, sobretudo na consolidação de uma rotina útil e adequada de monitoramento de nosso trabalho.

  
**Eduardo Pereira Nunes**  
Presidente do IBGE



# Sumário

---

13	<b><i>Introdução</i></b>
15	<b>1</b>
	<b><i>Dados Gerais sobre a Unidade Jurisdicionada</i></b>
17	1.1
	Competências Legais e Regimentais
18	1.2
	Organograma Geral
18	1.3
	Instalações e Localidades
19	1.4
	Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI
21	<b>2</b>
	<b><i>Objetivos e Metas</i></b>
23	2.1
	Programas sob a responsabilidade do IBGE
23	2.1.1
	Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas
27	2.1.2
	Programa Recenseamentos Gerais
28	2.2
	Ações em Programas de responsabilidade de Outros Órgãos da Administração Pública Federal
28	2.2.1
	Programa Universidade do Século XXI
30	2.2.2
	Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
31	2.2.3
	Programa Apoio Administrativo
32	2.2.4
	Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União
33	2.2.5
	Programa Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais
33	2.2.6
	Programa Operação Especial: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

# Sumário

35	3
	<i>Indicadores ou Parâmetros de Gestão</i>
41	4
	<i>Análise Crítica dos Resultados</i>
43	4.1
	Análise dos Resultados por Programa e/ou Ação
43	4.1.1
	Resultados do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas
69	4.1.2
	Resultados do Programa Recenseamentos Gerais
73	4.1.3
	Resultados das Ações do IBGE pertencentes a Outros Órgãos da Administração Pública Federal
80	4.2
	Comportamento das Metas Físicas e Financeiras
80	4.2.1
	Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas
81	4.2.2
	Programa Recenseamentos Gerais
82	4.2.3
	Ações do IBGE pertencentes a Outros Órgãos da Administração Pública Federal
84	4.3
	Análise dos Resultados dos Indicadores
87	5
	<i>Análise Orçamentária e Financeira</i>
89	5.1
	Execução Orçamentária e Financeira
93	5.2
	Medidas adotadas para sanear disfunções detectadas
95	5.3
	Transferências de Recursos (convênios e outros meios)
98	5.4
	Entidades de Previdência Privada Patrocinadas
98	5.4.1
	Identificação da Entidade
98	5.4.2
	Demonstrativo Anual

# Sumário

---

101	5.5	Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos
103	5.6	Gastos com Cartão de Crédito
105	6	<b><i>Informações Complementares</i></b> <b><i>Atendimento à Portaria CGU 555, de 28.12.2006</i></b>
107	6.1	Recomendações dos órgãos do sistema de controle interno
107	6.2	Apuração de denúncias recebidas
109	6.3	Informações referentes a Recursos Humanos
109	6.3.1	Quantitativo de Pessoal por área-meio e área-fim, das unidades central e descentralizadas do IBGE, classificados por efetivos, estagiários e terceirizados
111	6.3.2	Cargos Comissionados
112	6.3.3	Pessoal cedido e requisitado
112	6.3.4	Concessão de Aposentadorias, Reforma e Pensão, Admissão e Desligamento
113	6.4	Concessão de diárias
113	6.5	Demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais
114	6.6	Resultados do acompanhamento, fiscalização e avaliação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receita pública federal.
115	7	<b><i>Referências Bibliográficas</i></b>
119	Anexo I	Lista de Endereços
123	Anexo II	Recomendações da Controladoria Geral da União
139	Anexo III	Concessão de diárias

# Introdução

---

**As** organizações governamentais brasileiras, atentas às novas perspectivas de gestão das ações públicas respaldadas nas expectativas do cliente-cidadão, vêm buscando, nas suas iniciativas, se adequar às tendências mundiais de universalização da informação e de diminuição de distâncias entre cidadãos e governos. Internamente, buscam a adequação de suas estruturas e a orientação de seus servidores, de forma a oferecer mais e melhores serviços ao seu público-alvo.

Partindo desse pressuposto, a Administração Pública do Brasil não pode prescindir das modernas tecnologias da informação no desenvolvimento de suas políticas públicas e, conseqüentemente, na prestação de seus serviços à sociedade.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE** constitui-se no principal provedor de dados e informações do País que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Estatísticas sociodemográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas são elementos imprescindíveis para diagnosticar e monitorar a dinâmica econômica, demográfica, social e política de uma sociedade, fundamentar ações de planejamento, tanto na área pública como na iniciativa privada, e contribuir para o processo de consolidação da cidadania.

A necessidade destas informações é ainda mais premente quando se trata de uma sociedade em constante processo de transformação, ocupando um território de grande extensão e caracterizada por fortes desequilíbrios socioeconômicos, cuja expressão espacial mais marcante é as desigualdades regionais.

O IBGE, atento às orientações emanadas do Governo Federal, vem desenvolvendo ações visando à garantia da democratização do acesso aos dados e informações produzidos no seu âmbito.

Coletar, armazenar, analisar e disseminar dados e informações que descrevam de forma adequada a realidade brasileira, em suas múltiplas dimensões, constituem a tarefa básica da produção técnica do IBGE.

**1**

# **Dados Gerais sobre a Unidade Jurisdicionada**

## 1.1 Competências Legais e Regimentais

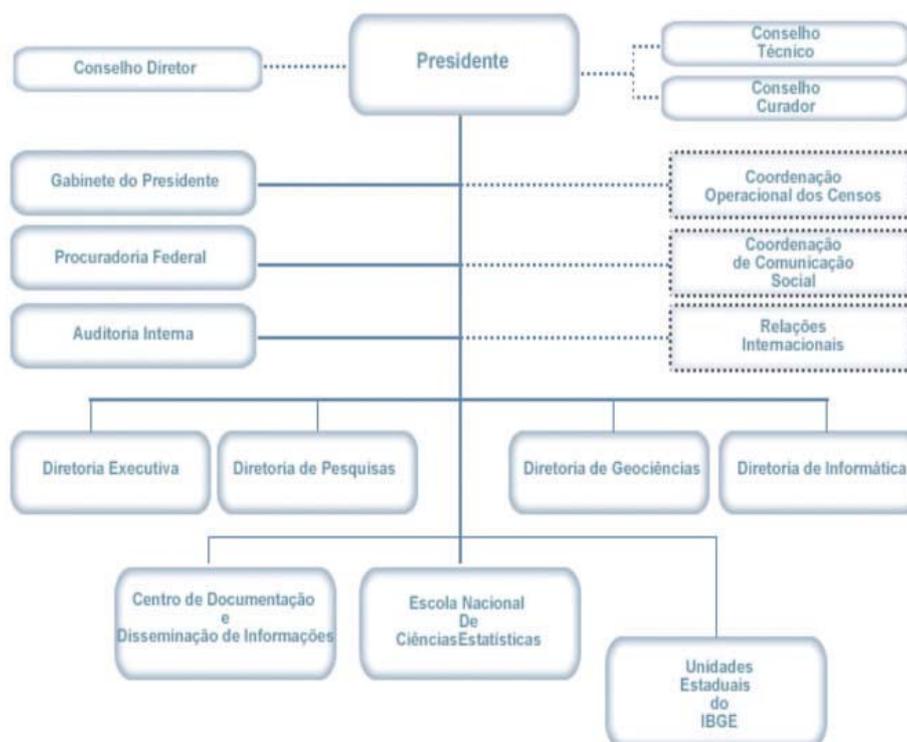
**A** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, CNPJ 33.787.094/0001-40, é uma fundação pública de direito público vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi instituída nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 4.740, de 13 de junho de 2003 publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria MP nº 215 de 12 de agosto de 2004 e publicado no DOU nº 156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Tem como missão *retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania*, por meio da produção, análise e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Compete ainda ao IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, criado pela Lei nº 5.878, de 1973, após consulta à sociedade por meio da promoção das Conferências Nacionais de Estatística – CONFEST e de Geociências – CONFEGE, a serem realizadas em intervalos não superiores a cinco anos; atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, criados pelo Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Além disso, o IBGE mantém cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, em áreas correspondentes àquelas de sua competência, observada a legislação educacional vigente; e firma acordos afins à sua missão institucional, a título gratuito ou oneroso, com entidades públicas ou privadas, preservadas, na produção e uso das informações, as concepções básicas estabelecidas, as normas técnicas e operacionais expedidas e o sigilo previsto em lei.

## 1.2 Organograma Geral



## 1.3 Instalações e Localidades

**A** Presidência do IBGE está situada no município do Rio de Janeiro, na Avenida Franklin Roosevelt, número 166, Centro, CEP 20021-120, e pode ser contactada através dos telefones (21) 2142-4501, (21) 2142-4502 e 0800.218181 e facsímile: (21) 2142-0893.

As quatro Diretorias que compõem a Fundação, ou seja, a Diretoria Executiva (DE), de Pesquisas (DPE), de Informática (DI), de Geociências (DGC); como também o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) encontram-se situados no município do Rio de Janeiro; enquanto que as Unidades Estaduais, órgãos descentralizados da Instituição, que representam o IBGE em todo o território nacional e formam uma extensa rede de pesquisa e disseminação composta por 27 Unidades Estaduais, localizam-se nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal, e as 533 Agências nos principais municípios brasileiros. As localidades físicas das Diretorias e Unidades Estaduais estão relacionados no Anexo.

O endereço do Portal do IBGE na Internet é <http://www.ibge.gov.br>. O Portal é voltado para um conjunto diversificado de usuários, com canais de conteúdos direcionados aos jovens e adolescentes, canais de banco de dados e *download* de resultados de estudos e pesquisas para estudiosos e pesquisadores, canais de conteúdo histórico e loja virtual.

## 1.4 Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI

O código do IBGE e das Unidades Gestoras (UGs), todas em funcionamento, utilizados no SIAFI, bem como o código de Gestão que serve para todas as Unidades, encontram-se no quadro 1.

**Quadro 1** - Código do IBGE e das Unidades Gestoras utilizados no SIAFI

ORGÃO: 25205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística GESTÃO: 11301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		
UG's	TÍTULO	UF
114601	Fundação IBGE - Administração Central/RJ	RJ
114602	Unidade Estadual do IBGE em Rondônia	RO
114603	Unidade Estadual do IBGE no Acre	AC
114604	Unidade Estadual do IBGE no Amazonas	AM
114605	Unidade Estadual do IBGE em Roraima	RR
114606	Unidade Estadual do IBGE no Pará	PA
114607	Unidade Estadual do IBGE no Amapá	AP
114608	Unidade Estadual do IBGE no Maranhão	MA
114609	Unidade Estadual do IBGE no Piauí	PI
114610	Unidade Estadual do IBGE no Ceará	CE
114612	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte	RN
114613	Unidade Estadual do IBGE na Paraíba	PB
114614	Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco	PE
114615	Unidade Estadual do IBGE em Alagoas	AL
114616	Unidade Estadual do IBGE em Sergipe	SE
114617	Unidade Estadual do IBGE na Bahia	BA
114618	Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais	MG
114619	Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo	ES
114620	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul	MS
114621	Coordenação de Recursos Materiais do IBGE/RJ	DF
114622	Unidade Estadual do IBGE em São Paulo	SP
114623	Unidade Estadual do IBGE no Paraná	PR
114624	Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina	SC
114625	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	RS
114626	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso	MT
114627	Unidade Estadual do IBGE em Goiás	GO
114629	Unidade estadual do IBGE no Distrito Federal	DF
114631	Unidade estadual do IBGE no Rio de Janeiro	RJ
114630	Presidência/IBGE	RJ
114633	Escola Nacional de Ciências Estatísticas	RJ
114634	Diretoria de Informática/IBGE	RJ
114635	Diretoria de Pesquisa/IBGE	RJ
114636	Diretoria de Geociências/IBGE	RJ
114637	Centro Documentação e Disseminação da Informação/IBGE	RJ
114639	Unidade Estadual do IBGE em Tocantins	TO
114640	Administração de Recursos Externos	RJ
114641	Contrato de Empréstimo Ext. BID-991/OC/BR/BRA/97/013	RJ

Fonte: SIAFI, Fevereiro 2007

**2**

## **Objetivos e Metas**

**O**s programas sob a responsabilidade do IBGE no Plano Plurianual para o período de 2004 – 2007 são: o *Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas (IEG)* e o *Programa Recenseamentos Gerais (RG)*. O IBGE participa ainda do PPA, desenvolvendo Ações em Programas de outros órgãos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como no Ministério da Educação e no Ministério da Previdência Social.

Os programas institucionais do IBGE contribuem para o alcance de todos os Megaobjetivos das Orientações Estratégicas do governo e encontra-se alinhado aos Objetivos Setoriais definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A seguir são apresentados os Programas institucionais e as ações desenvolvidas pela Fundação no exercício de 2006.

## 2.1 Programas sob a responsabilidade do IBGE

### 2.1.1 Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

**E**ste programa, enquadrado no tipo Finalístico por resultar em bens ou serviços ofertados diretamente à Sociedade, tem por objetivo elaborar e disseminar informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica – e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Está voltado ao Governo e à Sociedade em suas necessidades de conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas socio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

Os principais beneficiários são o Governo e a Sociedade, compostos por tomadores de decisão no âmbito das políticas públicas e pelos cidadãos em geral que precisam de informações necessárias ao conhecimento da realidade brasileira.

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa são: Taxa de Resultados Alcançados (RA), Taxa de Variação de Demanda por Informações

Estatísticas e Geocientíficas (*TDI*), Tempo de Resposta - Médio (*TR*), Taxa de Satisfação do Usuário (*S*), Expectativa do Usuário (*E*) e Avaliação do Usuário (*A*), conforme detalhamento apresentado no item 3.

O quadro 2 apresenta as atividades e os projetos do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas, discriminado a finalidade, produto e unidade de medida, bem como identifica as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária de 2006.

**Quadro 2 - Atividades e Projetos que compõem o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas**

(continua)

<b>Atividades</b>			
<b>Pesquisas Conjunturais</b>			
Finalidade:	Produzir indicadores que permitam analisar o comportamento socioeconômico do País, em curto prazo		
Produto:	Resultado divulgado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	141	Meta Financeira:	R\$ 6.861.418,00
<b>Pesquisas Estruturais da Área Econômica</b>			
Finalidade:	Produzir, contínua e sistematicamente, um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação econômica do País.		
Produto:	Resultado divulgado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	15	Meta Financeira:	R\$ 2.932.020,00
<b>Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica</b>			
Finalidade:	Produzir informações de natureza estatística, por meio de implementação de estudos, pesquisas e trabalhos voltados ao conhecimento da realidade sociodemográfica do País.		
Produto:	Resultado divulgado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	4	Meta Financeira:	R\$ 3.776.821,00
<b>Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais</b>			
Finalidade:	Realizar análises espaciais compreendendo áreas urbanas e rurais, elaborando divisões regionais, definindo quadros de referência da organização social e econômica do País, e sistematizar dados e informações referentes aos recursos naturais e ao meio ambiente e sua dinâmica.		
Produto:	Resultado divulgado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	120	Meta Financeira:	R\$ 967.149,00
<b>Mapeamento Topográfico de Referência</b>			
Finalidade:	Retratar o território brasileiro, em escala topográfica e geográfica, garantindo a representação sistemática do País através de mapas e cartas, necessários à atuação pública e privada no desenvolvimento de projetos que demandem referencial geométrico e de localização, integrando bases geométricas do território e dados tabulares em particular as estatísticas econômicas e sociais, bem como apoiar a Coordenação do Sistema Cartográfico		
Produto:	Mapa divulgado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	700	Meta Financeira:	R\$ 1.916.039,00
<b>Sistema Geodésico Brasileiro</b>			
Finalidade:	Garantir a atualidade do referencial geodésico nacional - base das medições destinadas à definição de posicionamento em termos de coordenadas geodésicas (latitude, longitude e altitude) e de valores da aceleração da gravidade no território nacional, bem como sua consistência global.		
Produto:	Estação geodésica mantida/implantada	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	1.556	Meta Financeira:	R\$ 967.149,00
<b>Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas</b>			
Finalidade:	Documentar e disseminar as informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE.		
Produto:	Usuário atendido	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	7.780.000	Meta Financeira:	R\$ 2.917.785,00
<b>Publicidade de Utilidade Pública</b>			
Finalidade:	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.		
Produto:	Ação padronizada	Unidade de Medida:	Ação padronizada
Meta Física :	Ação padronizada	Meta Financeira:	R\$ 10.000,00

**Quadro 2 - Atividades e Projetos que compõem o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas**

(continua)

<b>Atividades</b>			
<b>Sistema Informatizado de Dados Estatísticos</b>			
Finalidade:	Garantir a informatização dos processos de trabalho e fomentar a utilização da tecnologia de informação em nível nacional, administrando seus recursos de processamento, sua rede e acervo institucional de dados provendo, dessa forma, suporte à utilização desses recursos e ao desenvolvimento de sistemas estatísticos e geocientíficos.		
Produto:	Sistema mantido	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	1	Meta Financeira:	R\$ 14.194.579,00
<b>Projetos</b>			
<b>Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor</b>			
Finalidade:	Dar continuidade ao planejamento e implantação de um novo modelo para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, em nível nacional e para cada uma das 27 unidades federativas, a partir dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003; aprimorar a forma de cálculo e outros aspectos conceituais.		
Produto:	Modelo implantado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	13	Meta Financeira:	R\$ 1.980.466,00
<b>Implantação do Índice de Preço ao Produtor</b>			
Finalidade:	Desenvolver programa de índices de preços ao produtor, de interesse do Governo, do setor privado e do Sistema Estatístico Nacional, propondo implementação para o segmento da indústria e sucessiva e gradualmente para os demais segmentos da economia.		
Produto:	Índice implantado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	16	Meta Financeira:	R\$ 161.962,00
<b>Elaboração do Sistema de Indicadores de Direitos Humanos</b>			
Finalidade:	Construir Sistema de Indicadores de Direitos Humanos que terá, dentre outras finalidades, a de subsidiar as ações da Secretaria Especial de Direitos Humanos em sua coordenação da política nacional de direitos humanos, articulando e implementando políticas públicas voltadas à promoção e proteção desses direitos.		
Produto:	Indicadores de direitos humanos elaborados	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	25	Meta Financeira:	R\$ 196.000,00
<b>Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho</b>			
Finalidade:	Implantar uma pesquisa nacional contínua, por amostra de domicílios, para acompanhamento de características da força de trabalho e outras características sociodemográficas da população brasileira, de forma a produzir informações relevantes para o acompanhamento das alterações de curto de curto prazo no mercado de trabalho e, pelo menos uma vez ao ano, informações sobre a situação socioeconômica da população. Os resultados contribuirão para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do País.		
Produto:	Pesquisa implantada	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	1	Meta Financeira:	R\$ 91.714,00
<b>Pesquisa de Orçamentos Familiares</b>			
Finalidade:	Obter indicadores anuais sobre as condições de vida da população brasileira e o rastreamento contínuo das alterações na composição e nível do consumo da sociedade que representa uma parcela substancial do PIB nacional.		
Produto:	Pesquisa realizada	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	40	Meta Financeira:	R\$ 4.931.132,00
<b>Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida – HD TAL</b>			
Finalidade:	Aprimorar o Sistema de Pesquisas Domiciliares, ampliar a disponibilização de informações estratégicas para a área social, e melhorar a capacidade de produção e análise de informações destinadas ao monitoramento e a avaliação do impacto das políticas sociais e das condições de vida da população brasileira.		
Produto:	Sistema implantado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	1	Meta Financeira:	R\$ 45.000,00
<b>Mudança do Referencial Geodésico</b>			
Finalidade:	Promover a adoção no país de um novo sistema de referencial geodésico mais moderno e de concepção geocêntrica, de modo a compatibilizá-lo às mais modernas tecnologias de posicionamento.		
Produto:	Sistema implantado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	8	Meta Financeira:	R\$ 400.000,00

**Quadro 2 - Atividades e Projetos que compõem o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas**

(Conclusão)

**Projetos**

<b>Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia</b>			
<i>Finalidade:</i>	Implantar em larga escala a geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando procedimentos de produção cartográfica, consolidando o sistema de produção cartográfica digital e reduzindo custos e prazos de produção, em atendimento à demanda da sociedade por informações sobre o território nacional que contemple dados atualizados e georreferenciados, privilegiando a disponibilização em ambiente web.		
<i>Produto:</i>	Sistema implantado	<i>Unidade de Medida:</i>	% de execução física
<i>Meta Física:</i>	6	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 300.000,00
<b>Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações</b>			
<i>Finalidade:</i>	Melhorar a qualidade da produção de informações estatísticas necessárias à definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do País.		
<i>Produto:</i>	Metodologia desenvolvida	<i>Unidade de Medida:</i>	% de execução física
<i>Meta Física:</i>	27	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 1.019.200,00
<b>Conferências Nacionais de Estatísticas e Geociências</b>			
<i>Finalidade:</i>	Propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.		
<i>Produto:</i>	Conferência realizada	<i>Unidade de Medida:</i>	unidade
<i>Meta Física:</i>	1	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 967.149,00

Fonte: SIGPLAN, fevereiro de 2007

## 2.1.2 Programa Recenseamentos Gerais

O Programa Recenseamentos Gerais busca prover o Governo e a Sociedade do conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

Os principais beneficiários são o Governo e a Sociedade, compostos por tomadores de decisão no âmbito das políticas públicas e pelos cidadãos em geral que precisam de informações necessárias ao conhecimento da realidade Brasileira.

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho deste programa estão em processo de definição, pois as ações que os compõem são formadas por projetos que não possuem horizonte temporal contínuo.

No quadro 3, são apresentadas as Ações do Programa Recenseamentos Gerais, discriminando sua finalidade, produto e unidade de medida, bem como são identificadas as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária de 2006.

**Quadro 3** - Projeto que compõe o Programa Recenseamentos Gerais

(continua)

Projeto			
<b>Censo Agropecuário 2006</b>			
Finalidade:	Levantar em 2007, com referência a 2006, informações sobre a produção agropecuária, o meio ambiente, a distribuição e o uso da terra, em nível dos municípios, das localidades, das bacias hidrográficas, dos assentamentos fundiários, das unidades de conservação ambiental, das terras indígenas e dos remanescentes dos quilombos.		
Produto:	Censo realizado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	2	Meta Financeira:	R\$ 86.589.942,00 (1)
<b>Contagem da População 2006</b>			
Finalidade:	Levantar informações que permitam a atualização das estimativas populacionais com vistas a ajustá-las durante o período censitário, fornecendo dados mais precisos para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios e outros; oferecer aos ministérios da Saúde e da Educação as coordenadas geográficas das unidades de saúde e educação localizadas nas áreas rurais; propiciar a melhoria das pesquisas amostrais.		
Produto:	Resultados preliminares e definitivos	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :		Meta Financeira:	R\$ 81.578.120,00 (1)
<b>Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios</b>			
Finalidade:	Desenvolver e implantar um cadastro de endereços de domicílios, de abrangência nacional, que sirva como instrumento para a racionalização e o controle dos trabalhos de operações censitárias e fonte para seleção de amostras de pesquisas domiciliares.		
Produto:	Cadastro implantado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	10	Meta Financeira:	R\$ 2.644.648,00
<b>Estudo para a Atualização Contínua da Base Territorial</b>			
Finalidade:	Desenvolver estudos com vistas à implantação da atividade contínua de atualização de mapas e cadastros que compõem a base territorial que dá suporte ao planejamento, à coleta de dados e à divulgação de resultados de pesquisas e estudos realizados pelo IBGE.		
Produto:	Estudo concluído	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	1	Meta Financeira:	R\$ 590.000,00

**Quadro 3** - Projeto que compõe o Programa Recenseamentos Gerais

(conclusão)

Planejamento do Censo Demográfico 2010			
Finalidade:	Iniciar o planejamento e as ações preparatórias para a realização do Censo Demográfico 2010.		
Produto:	Plano de ação elaborado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	1	Meta Financeira:	R\$ 537.745,00
Estrudo da Modalidade do Censo Demográfico Contínuo			
Finalidade:	Estudar a viabilidade de implantação de nova metodologia para o levantamento dos censos demográficos.		
Produto:	Estudo realizado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	1	Meta Financeira:	R\$ 200.000,00

FONTE: SIGPLAN, Fevereiro 2007

(1) – Com o aporte dos valores dos créditos extraordinários e especiais

## 2.2 Ações em Programas de responsabilidade de Outros Órgãos da Administração Pública Federal

### 2.2.1 Programa Universidade do Século XXI

**E**ste programa, de responsabilidade do Ministério da Educação, objetiva reformar a Educação Superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e promover condições para o desenvolvimento sustentável do País.

Está voltado aos alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como estudantes bolsistas das IES privadas.

Uma das diretrizes de ação do Ministério da Educação é a de reformar o modelo de Educação Superior, que atualmente dá sinais de esgotamento, bem como a instituição universitária, quase milenar, que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social.

Nas últimas décadas as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica que o próprio saber universitário está ficando defasado, perdendo seu ritmo e a sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros.

A universidade, o século e o milênio se abriram, colocando-se diante de um rosário de interpelações que atingem o seio do ensino em todos os seus âmbitos. Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos. As tendências de futuro devem ser antevistas, de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e promover o desenvolvimento integral do ensino superior, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemáticos, de forma a que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do País.

O conceito de Universidade do Século XXI prevê não só a recuperação e manutenção das instalações físicas, e a valorização dos quadros, mas também repensar o fazer universitário. A comunidade acadêmica será convocada a assumir a responsabilidade de contribuir para a mobilização realizadora do projeto nacional de inclusão social mediado pela educação.

Para a implementação do programa prevê-se o desenvolvimento de ações diretas, descentralizadas e por meio de transferências, promovidas pela Secretaria de Educação Superior e Instituições Federais de Ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais ou não, no País e no exterior, voltadas ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular à melhoria do Ensino Superior, da pesquisa e da extensão.

No IBGE, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE é responsável por uma das Ações associadas ao Programa, a saber: Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências.

A definição da finalidade, produto, unidade de medida e das metas física e financeira da atividade desenvolvida pelo IBGE neste Programa está demonstrada no Quadro 4.

**Quadro 4 - Atividade do Programa**  
Universidade do Século XXI

Atividades			
Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências			
Finalidade:	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos de graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.		
Produto:	Aluno matriculado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	300	Meta Financeira:	R\$ 516.123,00

Fonte: SIGPLAN, Fevereiro de 2007

## 2.2.2 Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Este programa, de responsabilidade do Ministério da Educação, objetiva formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil, e está voltado aos alunos de pós-graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

O progresso científico e a inovação tecnológica são fatores do crescimento econômico e social das nações e decorrem, primordialmente, de investimentos em educação, ciência e tecnologia. No Brasil, grande parte da produção do conhecimento científico e tecnológico acontece, predominantemente, nas instituições de ensino superior, que contam com uma infra-estrutura resultante, basicamente, das ações do Ministério da Educação, executadas pela CAPES, por meio do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG.

Uma das estratégias para a implementação do Programa é o acompanhamento e a avaliação dos Programas de Pós-Graduação realizada pela CAPES, cujo resultado traduz-se em diagnósticos que subsidiam esta Fundação na formulação de políticas de pós-graduação, fomentando o ensino de pós-graduação nos seguintes aspectos: na concessão de bolsas de estudo no País e no exterior; na manutenção dos programas de pós-graduação; no acesso ao acervo bibliográfico nacional e internacional; e, no cumprimento de acordos internacionais.

Para tanto, utiliza-se de parcerias com as instituições de ensino superior e outros agentes públicos e privados voltados ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular, à melhoria do ensino de pós-graduação e da pesquisa no País. A implementação de ações para a formação pós-graduada nas modalidades diretas, descentralizadas e/ou por transferência voluntária que serão realizadas pela CAPES juntamente com as instituições federais de ensino superior, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais no País e no exterior.

No IBGE, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE é responsável por uma das Ações associadas ao programa, a saber: Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências.

A definição da finalidade, produto, unidade de medida e das metas física e financeira da atividade desenvolvida pelo IBGE neste Programa está demonstrada no Quadro 5.

**Quadro 5 - Atividade do Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica**

Atividade			
Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências			
Finalidade:	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos pós-graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.		
Produto:	Aluno matriculado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	110	Meta Financeira:	R\$ 460.830,00

Fonte: SIGPLAN, Fevereiro de 2007

## 2.2.3 Programa Apoio Administrativo

**E** ste Programa, de caráter contínuo, padronizado e multissetorial, tem por objetivo prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus Programas finalísticos, e engloba Ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos Programas finalísticos e demais Programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação, no momento, àqueles Programas, como as despesas de manutenção de serviços administrativos gerais, de bens imóveis, de transportes e de administração de recursos humanos.

O detalhamento das atividades e operações especiais que compõem o Programa encontra-se no Quadro 6.

**Quadro 6 - Atividades e Operações Especiais do Programa Apoio Administrativo.**

(continua)

Atividades			
Administração da Unidade			
Finalidade:	Construir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos Orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em Programas ou Ações finalísticas		
Produto:	Ação padronizada	Unidade de Medida:	Ação padronizada
Meta Física :	Ação padronizada	Meta Financeira:	R\$ 417.812.057,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Finalidade:	Proporcionar aos servidor, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.		
Produto:	Pessoa beneficiada	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	35.000	Meta Financeira:	R\$ 17.060.502,00
Auxílio – Alimentação aos Servidores e Empregados			
Finalidade:	Concessão do auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.		
Produto:	Servidor beneficiado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	9.100	Meta Financeira:	R\$ 15.723.708,00

**Quadro 6 - Atividades e Operações Especiais do Programa Apoio Administrativo.**

(Conclusão)

<b>Atividades</b>			
<b>Auxílio – Transporte aos Servidores e Empregados</b>			
Finalidade:	Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.		
Produto:	Servidor beneficiado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	5.500	Meta Financeira:	R\$ 6.874.680,00
<b>Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</b>			
Finalidade:	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.		
Produto:	Criança de 0 a 6 anos atendida	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	650	Meta Financeira:	R\$ 694.200,00
<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>			
Finalidade:	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.		
Produto:	Servidor capacitado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	1.200	Meta Financeira:	R\$ 987.285,00
<b>Operações Especiais</b>			
<b>Contribuição à Previdência Privada</b>			
Finalidade:	Assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações.		
Meta Física :	Ação Padronizada	Meta Financeira:	R\$ 10.208.021,00
<b>Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</b>			
Finalidade:	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004		
Meta Física :	Ação Padronizada	Meta Financeira:	R\$ 72.179.240,00

Fonte: SIGPLAN, Fevereiro de 2007

## 2.2.4 Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Programa, de responsabilidade do Ministério da Previdência Social, objetiva assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes, garantindo a regularidade dos pagamentos dos benefícios. O detalhamento da operação especial Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis, encontra-se no Quadro 7.

**Quadro 7 - Operações especiais do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União**

Atividade			
<b>Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis</b>			
Finalidade:	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos da União ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.		
Produto:	Pessoa beneficiada	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	6.824	Meta Financeira:	R\$ 271.894.442,00

Fonte: SIGPLAN, Fevereiro de 2007

## 2.2.5 Programa Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais

**E**ste Programa objetiva realizar pagamentos de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de sentenças transitadas em julgado. O detalhamento da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas, encontra-se no Quadro 8.

**Quadro 8 - Operações especiais que compõem o Programa Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais**

Operações especiais			
<b>Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas</b>			
Finalidade:	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas		
Meta Física :	Ação padronizada	Meta Financeira:	R\$ 8.245.662,00

Fonte: SIGPLAN, Fevereiro de 2007

## 2.2.6 Programa Operação Especial: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

**E**ste Programa objetiva realizar pagamentos de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas. O detalhamento da Ação Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, encontra-se no Quadro 9.

**Quadro 9 - Operações Especiais que compõem o Programa Operação Especial: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)**

Operações especiais			
<b>Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa</b>			
Finalidade:	Efetuar o pagamento de dívidas, por recebimento de créditos externos, mediante contrato.		
Meta Física :	Ação padronizada	Meta Financeira:	R\$ 334.133,00

Fonte: SIGPLAN, Fevereiro de 2007

# 3

## Indicadores ou Parâmetros de Gestão

**P**ara avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade no exercício de 2006, o IBGE utiliza seis indicadores, conforme detalhamento do Quadro 10.

Os indicadores Taxa de Resultados Alcançados e Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas objetivam a mensuração do fator eficácia. O cálculo da Taxa de Resultados Alcançados é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão / Diretoria Executiva, que o executa a partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional. Quanto ao cálculo da Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas é de responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), que o executa a partir do número de usuários atendidos pela Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, informado pelo próprio CDDI.

Visando atender ao objetivo estratégico de “manter o IBGE como centro de referência de informações estatísticas e geocientíficas, utilizando as mais modernas tecnologias de informação, atendendo com excelência os clientes e usuários” foi implantado a partir de 2004 o indicador Tempo Médio de Resposta que permite o acompanhamento da eficiência da Instituição no atendimento às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico, por meio do endereço [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br). O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Atendimento Integrado / Centro de Documentação e Disseminação de Informações, para o qual são consideradas as correspondências que apresentam uma resposta final e conclusiva ao usuário.

Os indicadores Taxa de Satisfação, Expectativa e Avaliação do Usuário têm como objetivo mensurar a efetividade da instituição no atendimento aos cidadãos-usuários. Esses indicadores são calculados a partir dos dados levantados na Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada desde o primeiro semestre de 2003, sob responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Essa pesquisa é realizada no CDDI, Rio de Janeiro; e nos Setores de Documentação e Disseminação da Informação (SDDIs) do IBGE, localizados no Distrito Federal e nas demais capitais dos estados brasileiros. A coleta, com duração de um mês, é feita através do auto-preenchimento de um questionário, no qual os usuários atribuem notas (de zero a dez) que identificam a sua expectativa e avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados, de forma global e também para cada uma das cinco dimensões da qualidade: conservação e limpeza do centro de atendimento, atendimento dos funcionários, capacidade dos funcionários, serviço feito corretamente e facilidade para conseguir

o serviço. Nesse questionário o usuário estabelece uma priorização em função da importância (valor) atribuída por ele para cada uma dessas dimensões. A metodologia utilizada para a pesquisa é a *American Consumer Satisfaction Index* da Universidade de Michigan; SERVQUAL desenvolvido pelos especialistas Zeithaml, Parasuraman e Berry e *Common Measurement Tool* do Centro Canadense de Gestão; e a entrada de dados e a análise dos resultados são feitas com o uso do aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS, versão 1.0, disponibilizado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

A periodicidade da Pesquisa de Satisfação foi definida inicialmente por semestre com a expectativa de apurar e melhorar, se necessário, rapidamente a qualidade do atendimento aos usuários dos serviços de biblioteca, livraria e centro de atendimento do IBGE. A partir deste exercício, a periodicidade passou a ser anual.

Os resultados das pesquisas realizadas por seis semestres – desde a sua implantação em 2003 até 2005 e no ano de 2006 - indicam estabilidade nas taxas de satisfação, expectativa e avaliação e demonstram que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários.

Tendo em vista que os números resultantes das pesquisas já permitem uma boa caracterização do fenômeno a acompanhar, não se faz mais necessário realizar a Pesquisa de Satisfação com periodicidade mais curta do que a anual, o que possibilitou também uma redução nos custos de sua implementação.

Quadro 10 - Indicadores de Desempenho

	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE	PERIODICIDADE
E F I C I Á C I A	<p>Taxa de Resultados Alcançados (<math>\overline{RA}</math>)</p> <p>A composição desse indicador tem como base as metas das Ações do Plano Plurianual -PPA, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.</p>	$\overline{RA} = \frac{\sum \left( \frac{M_r}{M_p} \times 100 \right)}{n}$ <p><math>M_R</math> = metas realizadas  <math>M_P</math> = metas previstas  <math>n</math> = número de resultados obtidos</p>	%	Semestral
	<p>Taxa de Variação da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (<math>TDI</math>)</p> <p>À partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários atendidos no ano em análise em relação ao ano anterior, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.</p>	$TDI = \left( \frac{NU_n}{NU_{n-1}} \times 100 \right) - 100$ <p><math>NU_n</math> = número de usuários atendidos no ano  <math>NU_{n-1}</math> = número de usuários atendidos no ano anterior</p>	%	Anual
E F I C I Ê N C I A	<p>Tempo de Resposta (<math>\overline{TR}</math>) - Médio</p> <p>Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.</p>	$\overline{TR} = \frac{\sum T_i}{n}$ <p><math>\sum T_i</math> = somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês  <math>n</math> = número de atendimentos realizados no mês</p>	Dias	Mensal
E F E T I V I D A D E	<p>Taxa de Satisfação do Usuário (<math>S</math>)</p> <p>Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.</p>	$S = \frac{\overline{A}}{\overline{E}} \times 100$ <p><math>\overline{A}</math> = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i>  <math>\overline{E}</math> = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i></p>	%	Semestral (1)
	<p>Expectativa do Usuário (<math>\overline{E}</math>)</p> <p>Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que esperavam receber em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a expectativa possuíam antes de receber o serviço.</p>	$\overline{E} = \frac{\sum E_i}{n}$ <p><math>\sum E_i</math> = somatório da notas atribuídas à <i>expectativa</i> por cada usuário  <math>n</math> = número de questionários respondidos</p>	Pontos	Semestral (1)
	<p>Avaliação do Usuário (<math>\overline{A}</math>)</p> <p>Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que efetivamente receberam em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a avaliação.</p>	$\overline{A} = \frac{\sum A_i}{n}$ <p><math>\sum A_i</math> = somatório da notas atribuídas à <i>avaliação</i> por cada usuário  <math>n</math> = número de questionários respondidos</p>	Pontos	Semestral (1)

Fonte: Pesquisa de Satisfação dos Usuários - CDDI, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN e Avaliação de Desempenho Institucional.

(1) – A periodicidade passou a ser anual a partir de 2006.

# 4

## Análise Crítica dos Resultados

## 4.1 Análise dos Resultados por Programa e/ou Ação

**As** atividades desenvolvidas pelo IBGE são de fundamental relevância para a consecução do Plano Plurianual do Governo Federal, uma vez que as informações produzidas subsidiam a formulação do planejamento estratégico nacional de médio e longo prazos, a avaliação dos impactos socioeconômicos de programas de governo, os estudos especiais em apoio às definições de políticas públicas, o acompanhamento sistemático da conjuntura econômica, o desenvolvimento de projetos que demandem referencial geométrico e de localização e a realização de estudos e pesquisas socioeconômicos, demográficos e ambientais.

Ademais, no contexto das orientações gerais que têm norteado as ações governamentais, o IBGE vem continuamente desenvolvendo esforços no sentido de avançar na qualidade de seu trabalho, com transparência em suas ações e modernização de seus processos para o melhor atendimento às demandas, tanto governamentais quanto da sociedade em geral.

A seguir é descrita a produção do IBGE ao longo do exercício de 2006, referente às atividades dos programas institucionais, às ações do IBGE desenvolvidas nas áreas de capacitação do servidor público, e ensino de graduação e pós-graduação em Estatística e Geociências.

### 4.1.1 Resultados do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

**O** Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas, que objetiva fornecer informações de natureza estatística - econômicas e sociodemográficas, geográficas, de recursos naturais e meio ambiente, manteve ao longo de 2006 as ações regulares de produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas conjunturais, estruturais e de análises geográficas e ambientais.

As Pesquisas Conjunturais - fundamentais para as ações governamentais em curto prazo, transcorreram de acordo com a programação mantendo-se o quantitativo de resultados previstos até novembro de 2006.

Para este acompanhamento conjuntural da economia, além das Contas Nacionais Trimestrais, o IBGE disponibilizou resultados mensais para o comércio (Pesquisa Mensal de Comércio - PMC), para a indústria (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF e de Emprego e Salário - PIMES), e, ainda, um conjunto de pesquisas para

a agropecuária, onde se destaca o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA. Os índices mensais do Sistema Nacional de Índices e Preços ao Consumidor – SNIPC revelam a variação dos preços na economia, cabendo ainda mencionar, nessa área, as informações provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Ademais, anualmente, são divulgadas as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, elaboradas a partir das informações consolidadas no próprio Cadastro.

Merecem destaque algumas outras atividades que vêm propiciar o aprimoramento da qualidade das estatísticas produzidas, permitir a maior agilidade na divulgação dos resultados e ampliar, através da expansão da abrangência geográfica e da incorporação de novos temas, a gama de informações a ser disponibilizada para o maior conhecimento da realidade do País em suas dimensões sociodemográfica e econômica.

No âmbito das estatísticas de natureza sociodemográfica, destacam-se as informações anuais do Sistema de Estimativas e Projeções da População; das Estatísticas do Registro Civil; do corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD; e das Sínteses de Indicadores Sociais. O acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho pode ser feito através dos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

No que se refere à necessidade de resultados específicos para os municípios brasileiros, o IBGE vem disseminando, anualmente, as informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Gestão Pública – MUNIC, que consiste em levantamento realizado junto às Prefeituras Municipais de todo o Brasil com vistas a fornecer dados sobre a administração pública dos municípios, permitindo a investigação de temas específicos através da aplicação de quesitos suplementares ao seu corpo básico.

A realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e a divulgação dos resultados do corpo básico da pesquisa realizada no ano anterior se destaca, a cada ano, pela riqueza de informações que levanta e disponibiliza. Em 2006, com a publicação “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 - Volume Brasil”, o IBGE divulgou os resultados do corpo básico da PNAD. Além desse volume, como ocorre anualmente, também foi divulgada a síntese de indicadores da pesquisa, com indicadores de 2004 e 2005, além de séries retrospectivas de indicadores de rendimento de 1995 a 2005. A par dos indicadores anualmente divulgados, em 2006 foram antecipados na publicação alguns resultados referentes ao acesso à Internet e posse de telefone móvel celular. Esses temas foram investigados no âmbito do módulo suplementar da pesquisa em 2005 que se realizou como produto do convênio de cooperação técnica com o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIBR, criado

por Portaria Interministerial, em 1995, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no País. Esse módulo suplementar teve por objetivo conhecer o acesso da população às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e os resultados completos serão objeto de divulgação através de publicação específica, a ser lançada em 2007.

Ainda no que se refere a PNAD, o IBGE divulgou, também, os volumes com resultados das investigações de três suplementos que foram a campo em 2004, a saber: “Segurança Alimentar”(Figura 1) - viabilizado através de parceria com o MDS; “Aspectos Complementares de Educação” - realizado em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, que investigou características adicionais das crianças e adolescentes relativamente à educação; e “Transferências de Renda de Programas Sociais” - que levantou, nas unidades domiciliares, o acesso a algumas transferências de rendimentos proporcionadas por programas sociais governamentais. Com referência aos dois últimos temas, o IBGE lançou volume que apresenta informações que, associadas àquelas habitualmente captadas pela pesquisa básica, possibilitam conhecer alguns fatores que podem refletir no aproveitamento do ensino ou que motivam ou impedem a freqüência a estabelecimentos educacionais, bem como permitem vislumbrar o grau de abrangência alcançado e o perfil socioeconômico da população coberta por programas sociais. No que se refere ao módulo de segurança alimentar, o IBGE divulgou informações sobre a condição de segurança alimentar nos domicílios brasileiros com base em metodologia que permitiu, também, detectar e dimensionar pela primeira vez, em todo o Território Nacional, os problemas de insegurança alimentar e de sua manifestação mais severa - a fome.

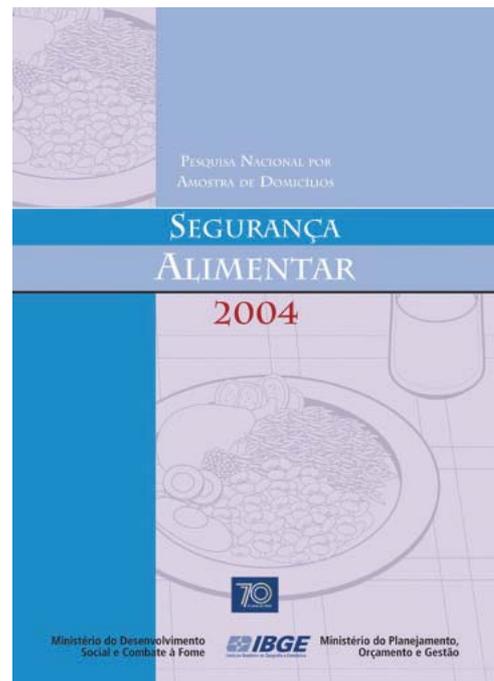


Figura 1

No campo das informações de natureza sociodemográfica, também merece destaque a divulgação da “Síntese de Indicadores Sociais” que, em 2006, pela primeira vez, foi objeto de dois lançamentos, com o volume de 2005 e o volume de 2006. Elaborados, principalmente, a partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2004 e de 2005, respectivamente, os volumes da “Síntese de Indicadores Sociais” reúnem um significativo conjunto de indicadores

sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, grupos populacionais específicos - crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos - entre outros. A elaboração e sistematização dos indicadores atendem a recomendações internacionais e contribuem para a compreensão das modificações do perfil demográfico, social e econômico da população.

Diante da escassez e da dispersão de informações sobre a oferta de serviços de assistência social no Brasil, o IBGE, através de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, realizou, em 2006, a Pesquisa sobre as Entidades Sem Fins Lucrativos de Assistência Social – PEAS. Essa pesquisa tem por objetivo o conhecimento da estrutura e funcionamento das instituições sem fins lucrativos de Assistência Social, com informações suficientes para a sua caracterização, visando subsidiar a implantação do novo modelo de gestão da Assistência Social. Seus resultados serão divulgados em 2007.

Ainda quanto ao tema da Assistência Social, destaca-se também, em 2006, a divulgação dos resultados do bloco suplementar de quesitos sobre o setor que foi a campo no âmbito da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2005, como fruto de outra parceria entre o IBGE e o MDS. Com essa investigação, foi possível obter um maior detalhamento das informações relativas aos recursos humanos vinculados à atividade pesquisada, à articulação institucional com o Conselho Municipal de Assistência Social da área, à legislação municipal, às fontes de recursos públicos para a área, aos convênios e parcerias realizados, às ações, projetos e programas existentes e às instalações e aos serviços prestados.

Objetivando o aprimoramento das estatísticas sociodemográficas, continuou em desenvolvimento, em 2006, o projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, que tem como finalidade integrar as pesquisas domiciliares já existentes (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD, Pesquisa Mensal de Emprego – PME, Pesquisa de Orçamento Familiar - POF, Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF). Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em duas vertentes: uma dedicada a estudar métodos estatísticos para o desenho de uma amostra mestra para o sistema, e outra que trata, além do conteúdo temático das investigações, dos demais aspectos necessários para a definição de um sistema integrado de pesquisas domiciliares por amostra. Estas duas vertentes de estudo contribuirão para o planejamento e a implementação de um teste da pesquisa integrada PNAD / PME, previsto para o segundo semestre de 2007. Para tal, no sentido de discutir com os principais usuários da pesquisa os novos procedimentos no âmbito do SIPD, foi organizado o primeiro fórum de especialistas para consolidar as discussões e reflexões já realizadas sobre o tema, em 2006, quando foi apresentado durante a

realização da Conferência Nacional de Estatística – CONFEST, que teve lugar no âmbito do II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, no mês de agosto.

Com relação às estatísticas de pobreza, deve ser mencionado o lançamento do “Compêndio de Melhores Práticas em Mensuração da Pobreza” (Figura 2), atendendo à demanda, evidenciada, sobretudo pelas Metas do Milênio, por dados estatísticos, sobre o tema, comparáveis internacionalmente. No Compêndio, são cobertas as boas práticas da área de medição da pobreza e analisadas as metodologias e fontes estatísticas das práticas utilizadas de forma contínua pelos países, organizações regionais e internacionais, identificando o estado da arte da mensuração da pobreza no mundo, sem, no entanto, fazer recomendações. O Compêndio foi fruto do trabalho do Grupo do Rio, formado por especialistas internacionais em estatísticas sobre pobreza, que organizou vários encontros para discussão do tema que contaram com representantes de 23 países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bielorrússia, Botsuana, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Inglaterra, Indonésia, México, Holanda, Nigéria, Peru, Portugal, Suíça, Turquia e Uruguai) e de organizações e instituições internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Pan-americana de Saúde (Opas), o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), entre outras. O Grupo do Rio foi criado em 1996, por recomendação da Comissão de Estatísticas da ONU, é presidido pelo IBGE e secretariado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL.

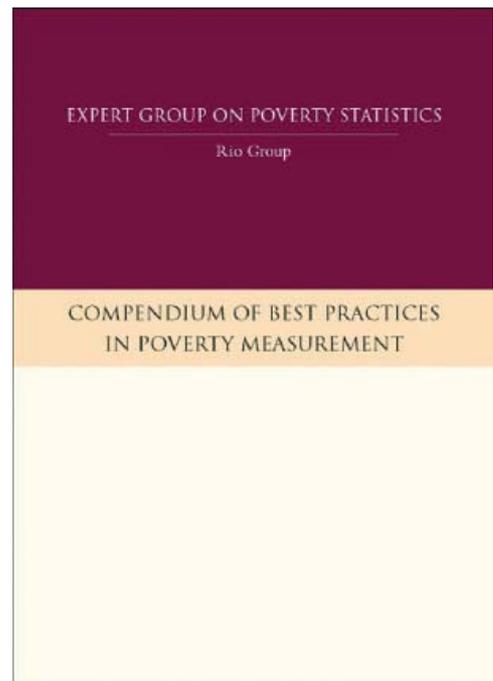


Figura 2

Como integrante do Grupo de Trabalho, encarregado da definição de linhas de indigência e pobreza, e coordenado pela Casa Civil, o IBGE, junto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –MDS e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, deu continuidade aos trabalhos voltados à implementação de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003 (Figura 3) e da PNAD. Os resultados desse projeto deverão ser as medidas de linha de indigência e de pobreza para o Brasil, a serem produzidas para atender a vários objetivos, entre eles a realização de estudos

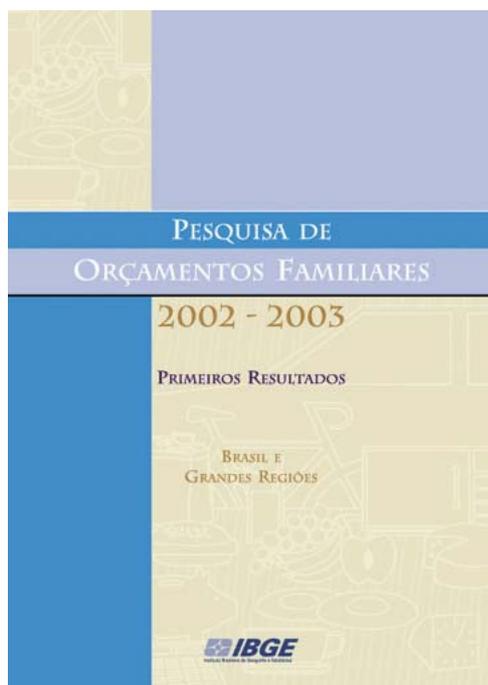


Figura 3

e pesquisas; acompanhamento da evolução da pobreza no país; e apoio à implementação de programas e ações governamentais voltados para famílias de baixa renda, como é o caso do Programa Bolsa-Família. Dentre os princípios gerais que norteiam o processo de definição das linhas de indigência e pobreza, destacam-se: a busca pelo maior grau de precisão, robustez e atualidade das linhas e das estimativas; a procura pelo menor nível de arbitrariedade possível em cada um dos passos metodológicos; a busca pelo maior grau de “replicabilidade” das linhas e das estimativas por parte do interessado; a promoção da discussão do tema seja com representantes do Estado, seja com representantes da sociedade civil.

Como marco inicial do processo de organização e construção de um sistema integrado de informações estatísticas e indicadores da cultura, em 2006, o IBGE divulgou a publicação “Sistema de Informações e Indicadores Culturais”. O estudo, fruto de convênio entre o IBGE e o Ministério da Cultura, apresenta, dentre outros resultados, uma análise dos indicadores selecionados para caracterização desse setor produtivo, não só no tocante aos aspectos econômicos da produção de bens e serviços culturais, como no que diz respeito aos gastos realizados pelas famílias brasileiras com a aquisição desses produtos e às despesas orçamentárias e do governo com a administração, operação e suporte dos órgãos de cultura no País, e, também, com relação ao perfil socioeconômico da população ocupada em atividades ligadas à cultura. O estudo explorou as bases de dados do IBGE a partir das diversas pesquisas que tratam direta ou indiretamente de aspectos que podem ser relacionados com o campo da cultura. Para tal, foram consolidados os resultados de sete bases de dados regularmente produzidas pela Instituição, tendo como referencial o ano de 2003, a saber: Cadastro Central de Empresas, Pesquisa Industrial Anual - Empresa, Pesquisa Anual de Comércio, Pesquisa Anual de Serviços, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Estatísticas Econômicas da Administração Pública e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. O sistema de informações culturais pretende servir como base para a formulação de políticas em diferentes esferas da gestão pública e também como fonte de informação consolidada para os usuários em geral.

Contribuindo para suprir a carência de informações no campo do Esporte, o IBGE divulgou, em 2006, duas publicações que apresentam os resultados de pesquisas

levadas a campo como fruto de convênio com o Ministério do Esporte, quais sejam, o Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004 e a Pesquisa de Esporte / Governo do Estado – que apresentam dados referentes à atividade esportiva no País sob a responsabilidade da esfera pública. As informações foram obtidas junto aos órgãos gestores do esporte nos municípios e estados brasileiros e no Distrito Federal, abrangendo vários aspectos ligados à atividade, como os recursos humanos utilizados na gestão de esporte; as articulações institucionais, nas esferas municipal e estadual, visando o desenvolvimento de políticas de atividades relacionadas ao esporte; aspectos atinentes à legislação esportiva; convênios e parcerias; ações, projetos e programas governamentais; eventos e modalidades esportivas; instalações e equipamentos esportivos existentes ou em construção. As informações fornecem subsídios para a elaboração de um amplo diagnóstico sobre o esporte no País e para a formulação e implementação de políticas públicas para o setor.

No contexto da exploração das bases de dados do IBGE, inclusive a do Censo Demográfico 2000, cabe destacar a celebração de convênio com a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR que veio permitir o desenvolvimento de estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com existência de comunidades remanescentes de quilombos. O trabalho possibilitará identificar e mapear tais comunidades, em âmbito nacional, levantando a distribuição espacial das comunidades já reconhecidas, além daquelas que possam vir a ser eventualmente localizadas. A divulgação dos resultados desse trabalho está prevista para 2007.

Ainda como produto da exploração dos dados do Censo Demográfico, o IBGE lançou em 2006, pela primeira vez, divulgando a base de dados via Internet, informações que integram um sistema de indicadores sobre os diversos aspectos associados ao desenvolvimento humano e social das mulheres no âmbito da família, do trabalho, da educação, elaborados a partir dos microdados da amostra dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Desenvolvido em parceria com o IBGE, o Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG foi uma iniciativa da Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, e se propõe a servir como instrumento de conhecimento da realidade das mulheres no Brasil, oferecendo subsídios para o planejamento e implementação de políticas públicas nesta área.

No âmbito das Pesquisas Estruturais da Área Econômica, o IBGE divulgou as informações anuais da Pesquisa Anual de Serviços – PAS (Figura 4); da Pesquisa Anual do Comércio – PAC; da Pesquisa Industrial Anual – PIA de Empresa e de Produto; da Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC; da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal - PAM; da Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM; e da

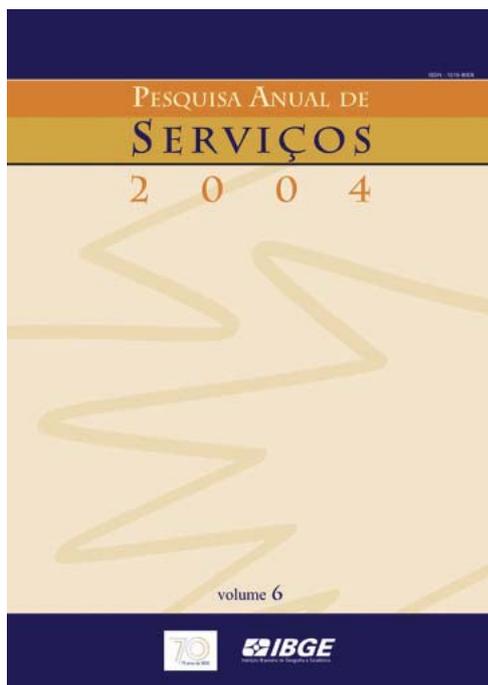


Figura 4

Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura- PEVS. Ademais, o IBGE é o responsável pela elaboração e divulgação das Contas Nacionais do Brasil, contemplando, dentre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto-PIB, de Estados e Municípios.

Com vistas a dar continuidade à série de informações produzidas pela Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica – PINTEC (Figura 5), bem como ampliar seu universo de investigação, foi celebrado convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia para realização da PINTEC, cobrindo os anos de 2003 a 2005. Devido à necessidade de se conhecer e se mensurar as atividades

inovadoras desenvolvidas por empresas de outras atividades econômicas, essa versão da PINTEC pesquisou, em 2006, tanto as empresas industriais – âmbito das PINTEC relativas a 2000 e a 2003 - como também as empresas de serviços, prioritariamente as de serviços de alta tecnologia; correios e telecomunicações; informática e de pesquisa e desenvolvimento.

No contexto das Contas Nacionais, cabe destacar, em primeiro lugar, a continuidade dos trabalhos com vistas ao cálculo da nova série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil para o ano 2000. A compilação da nova série encontra-se apoiada em um amplo sistema de dados econômicos obtido, principalmente, através das pesquisas econômicas anuais do IBGE, que compreendem a maior parte das atividades econômicas do País, ou seja, a Pesquisa Anual de Comércio – PAC, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, a Pesquisa Anual de Serviços – PAS, a Pesquisa Industrial Anual – PIA Empresa e a Pesquisa Industrial Anual – PIA Produto. Esse sistema compreende ainda os Censos Agropecuário de 1995 /1996 e Demográfico 2000, bem como

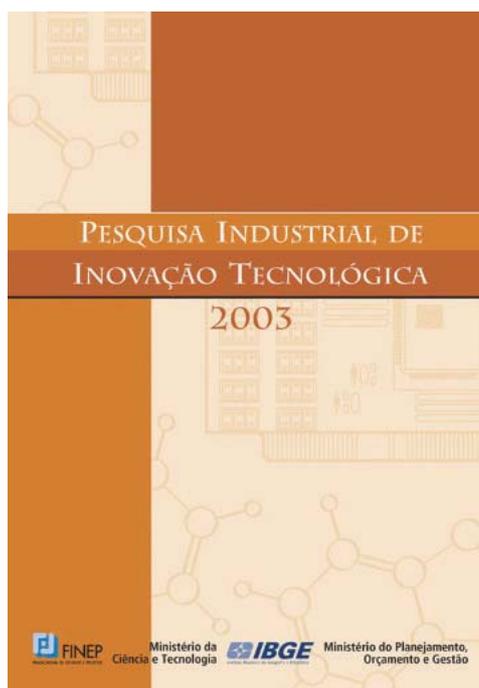


Figura 5

pesquisas de periodicidade mais ampla, como a Pesquisa de Consumo Industrial de 1998, a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002 / 2003 e a Economia Informal Urbana – ECINF 2003. Foram incorporadas também as informações provenientes de declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica para a complementação do universo e o confronto de valores com as pesquisas do IBGE. No âmbito desse projeto merece ser mencionado o investimento do IBGE no sentido de promover seminários para a imprensa e os usuários, com o objetivo de informar sobre o atual estágio do projeto e as principais mudanças que estão sendo avaliadas.

Ainda quanto às Contas Nacionais, o IBGE continuou, em 2006, a promover o desenvolvimento de trabalhos para a elaboração de Contas Satélite - mecanismo estatístico que tem por finalidade produzir contas, integradas ao corpo principal do sistema de contas nacionais, que ampliem os detalhes de determinados setores da economia. Portanto, a implantação dessas Contas Satélites contribui para melhor visualizar a influência do setor na economia nacional, oferecendo dados que permitem medir e comparar a renda gerada por uma parte da economia com a de outros setores produtivos. Em conjunto com o Ministério da Saúde e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o IBGE deu continuidade aos trabalhos de desenvolvimento da metodologia para elaboração da Conta Satélite de Saúde. No âmbito do projeto de implantação da Conta Satélite de Turismo, desenvolvido em parceria com o Ministério do Turismo e a EMBRATUR, foi elaborado o documento Economia do Turismo: Análise das Atividades Características de Turismo 2003 - produto da análise das pesquisas do IBGE e de outras fontes de dados, voltada à avaliação de dados pertinentes à oferta e à demanda turística no País. Ademais, vem sendo realizada a construção da Conta Satélite de Turismo de caráter exploratório.

Contribuindo para a produção, sistematização e disseminação de estatísticas por município, o IBGE divulgou as estimativas do Produto Interno Bruto-PIB dos Municípios, de 1999 a 2004, com análise de resultados que procura destacar alguns aspectos econômicos de abrangência nacional e regional. Foram divulgados os valores adicionados da agropecuária, da indústria e dos serviços além do PIB a preços de mercado e do PIB *per capita*. Em 2006, divulgou-se nova informação relativa ao valor adicionado da administração pública por município. As estimativas do PIB dos municípios é parte do projeto de Contas Regionais que vem sendo desenvolvido em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e com o apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Com a conclusão dos trabalhos de construção de uma nova base para o Sistema de Contas Nacionais e, como consequência direta, com a atualização do Sistema de Contas Regionais, uma nova base para o cálculo do Produto Interno Bruto dos Municípios e dos Estados será disponibilizada em 2007. Concomitantemente ao

novo marco referencial, o projeto do PIB dos Municípios e dos Estados passará por um processo de revisão que englobará tanto a nova classificação de atividades econômicas como o aprimoramento metodológico. Desse modo, a divulgação de 2006 foi a última com a referência atual.

O IBGE continuou, no ano de 2006, a avançar no sentido da estruturação e comparabilidade, inclusive internacional, das informações da área econômica através dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da **Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE**, adotada na produção e disseminação de estatísticas econômicas e na organização de cadastros da Administração Pública do País. A versão 2.0 da CNAE foi aprovada pela Comissão Nacional de Classificação – Concla e oficializada com a publicação no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2006, entrando em vigor a partir de 2007. Foi estabelecido compromisso, no âmbito da Concla, por parte da Secretaria da Receita Federal - SRF, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Ministério da Previdência Social - MPS para a implementação da CNAE 2.0 em seus cadastros a partir de janeiro de 2007 para as declarações do ano-base 2006.

Ainda no âmbito das Classificações, cabe mencionar a divulgação da “**Lista de Produtos da Indústria - PRODLIST : Indústria 2005**” (lista detalhada de bens e serviços industriais investigados através da Pesquisa Industrial Anual – Produto). Essa lista foi elaborada segundo conceitos de harmonização e articulação entre a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e a Classificação Central de Produtos (*Central Product Classification - CPC*). A PRODLIST da Indústria constitui um importante instrumento para a organização de pesquisas e o levantamento de estatísticas de produtos das indústrias extrativas e de transformação, possibilitando, ainda, a comparabilidade das informações da produção interna com os registros de fluxos de exportação e importação de bens e serviços.

No campo das estatísticas da agropecuária, o IBGE tomou iniciativas visando a futura implantação de pesquisas da agropecuária por amostragem probabilística. Nesse sentido, vêm sendo realizados diversos estudos sobre o tema, incluindo o levantamento de um histórico sobre as experiências anteriores de pesquisas por amostra probabilística do setor agropecuário no IBGE. Foi também estabelecido intercâmbio técnico com o *National Agricultural Statistics Service - NASS, do United States Department of Agriculture - USDA*, que tem ampla experiência com este tipo de trabalho nos Estados Unidos. Ademais, tendo em vista a realização do Censo Agropecuário no próximo ano, o IBGE se prepara para construir o Cadastro de Estabelecimentos e Produtores Agropecuários – CEPA, que servirá de base para a execução de futuras pesquisas por amostragem probabilística. Inicialmente, estão sendo buscadas e avaliadas as fontes para atualização contínua do cadastro que se originará a partir do próximo Censo Agropecuário.

No contexto da divulgação dos procedimentos adotados pelo IBGE no processo de produção de informações de natureza estatística, visando à maior transparência para seus usuários, em particular, e para a sociedade, em geral, foi divulgado volume com a metodologia da Pesquisa de Economia Informal-ECINF.

No sentido do aprimoramento do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, em agosto de 2006, foram implantadas as novas estruturas de ponderação dos índices, obtidas a partir do levantamento realizado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002 / 2003. Ademais, deu-se continuidade ao projeto de ampliação do SNIPC, que tem como objetivo atingir, de forma gradual, uma maior abrangência geográfica, com o cálculo do índice para os vinte e seis estados brasileiros e o Distrito Federal, obtendo-se, assim, além de índices regionais, um índice de cobertura nacional. Para tal, em 2006, iniciou-se a pesquisa de campo para construção de cadastros em dois estados: Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Atualmente, o SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor para as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasília e município de Goiânia.

No que se refere especificamente a POF, por sua importância no contexto do projeto do Banco Mundial “Empréstimo de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano - HD TAL”, cujo acordo foi assinado em outubro de 2006, está prevista a implantação de programa que prevê a realização de POF simplificada de modo contínuo no intervalo de realização das POFs completas, sendo que a próxima POF completa será realizada em 2007 / 2008. Para viabilizar o projeto, está sendo realizado estudo referente às experiências internacionais para construção de uma proposta metodológica do sistema contínuo de informações sobre consumo, que será concretizado com a realização de um teste piloto do modelo de POF simplificada, previsto para 2008. Cabe destacar que a POF tem por objetivo fornecer informações sobre a composição orçamentária doméstica, a partir da investigação dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas. Além de permitir a atualização da cesta de consumo com vistas à obtenção de estruturas de ponderação para os índices de preços ao consumidor, a última POF, realizada em 2002 / 2003, constitui-se em fonte relevante para o conhecimento das condições de vida da população brasileira.

No contexto de informações voltadas para grupos populacionais específicos e do prosseguimento da divulgação das informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares/ POF 2002/2003, cabe mencionar o lançamento de resultados sobre antropometria e análise do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil. Foram divulgados

os resultados relativos às medidas antropométricas das crianças e adolescentes com até 19 anos completos, investigados no âmbito da POF. O estudo foi realizado em parceria com o Ministério da Saúde e, para a análise dos resultados, o IBGE contou com a contribuição de técnicos daquele Ministério e também de especialistas em nutrição, sendo utilizadas, como padrão de referência para comparações, às medidas para idade e sexo disponibilizadas pelo National Center for Health Statistics - NCHS, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde - OMS. Além do perfil do crescimento e da evolução do peso das crianças e adolescentes, foi divulgada uma análise do estado nutricional com base nos índices antropométricos indicados para avaliação desses grupos populacionais e, também, análises comparativas com os resultados obtidos no Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, realizado pelo IBGE, em 1974-1975, e na Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição - PNSN, realizada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, do Ministério da Saúde, em colaboração com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e o IBGE, em 1989.

Com o objetivo básico de revelar o perfil da capacidade instalada em saúde no Brasil, foi realizada, em 2005, através de convênio firmado com o Ministério da Saúde, a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária - AMS, que investigou todos os estabelecimentos de saúde existentes no País que prestam assistência à saúde individual ou coletiva, públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, em regime ambulatorial ou de internação, incluindo aqueles que realizam exclusivamente serviços de apoio à diagnose e terapia e controle regular de zoonoses.

Marcando os 30 anos da AMS, em 2006, foi lançada a publicação "Estatísticas de Saúde: Assistência Médico-Sanitária 2005" não apenas com os resultados da pesquisa para este ano, como também com a apresentação de série de dados que permite conhecer a evolução dos estabelecimentos de saúde e dos leitos existentes no País, no período de 1976 - data de início dos primeiros resultados da pesquisa sob a responsabilidade do IBGE - a 2005.

No que diz respeito às informações sobre índices de preços, em 2006, o IBGE procurou avançar no sentido de viabilizar a futura implantação de Índices de Preços ao Produtor. Nesse sentido, merece ser mencionado o projeto do Índice de Preços ao Produtor - IPP / Agrícola. Em 2006, foram iniciados estudos sobre o tema, bem como foram realizados contatos com outras instituições que trabalham com preços pagos ao produtor do setor agropecuário, com vistas a promover um intercâmbio técnico e, se necessário, operacional. Também foi dada continuidade ao projeto do Índice de Preços do Produtor - IPP para a Indústria, que traduz o acompanhamento dos preços "na porta da fábrica". Para a elaboração desse Índice, durante os últimos dois anos, o IBGE vem discutindo com associações de classes e empresas os questionários de especificação de produtos que possibilitam, em resumo, a descrição detalhada

das transações comerciais dos produtos, incluindo tanto os seus aspectos físicos (características presentes nos produtos, unidades de medida, lotes de venda etc.) quanto os comerciais (presença de descontos, vendas a prazo ou não, etc.).

No âmbito da Ação Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, deu-se continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos com vistas à atualização sistemática e a produção de textos e cartas dos temas de geologia, vegetação, geomorfologia, solos, uso da terra e recursos hídricos, com o objetivo de se constituir o Banco de Dados Georreferenciados de Recursos Naturais, bem como a análise das informações sobre a organização do território, subsídio fundamental às atividades de planejamento atendendo às demandas de informações espaciais.

Dentre os trabalhos produzidos, destacam-se as atividades inerentes ao Levantamento Sistemático do **Uso da Terra**, que objetiva o recobrimento do país em termos da classificação dos tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental. O Manual Técnico de Uso da Terra (figura 6), resultante daquele levantamento, constitui uma obra de referência para novos trabalhos no campo da compreensão e representação da forma contemporânea de apropriação dos espaços pela sociedade e contribui para a produção de informações necessárias ao tratamento das questões dirigidas ao desenvolvimento sustentável.

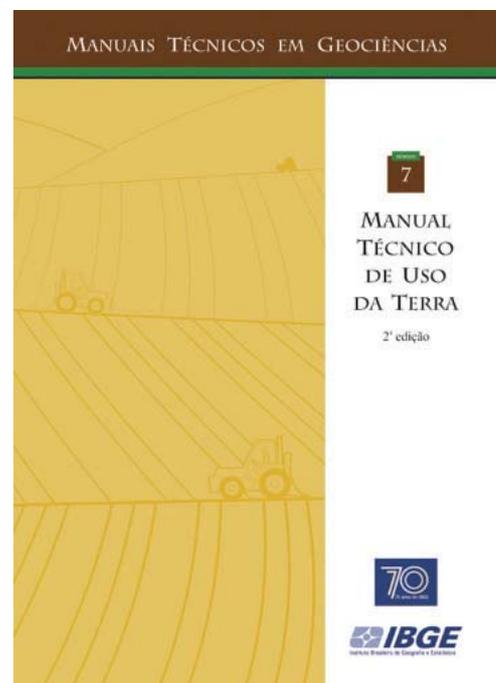


Figura 6

No que diz respeito às atividades destinadas ao Levantamento e Informatização de Dados sobre Recursos Naturais - **Fauna e Flora**, destaca-se a produção do Mapa da Fauna Ameaçada de Extinção - Mamíferos, Répteis e Anfíbios, em escala 1: 5.000.000, 4 textos relativos aos inventários da biodiversidade de peixes do bioma Cerrado, 7 textos relativos à integridade, sustentabilidade e análise de impactos sobre a biodiversidade de peixes do bioma Cerrado e 2 textos relativos aos desenvolvimentos metodológicos. O primeiro apresenta a distribuição dos animais ameaçados de extinção no território brasileiro, com enfoque na vegetação natural e antrópica e a hidrografia.

Foram concluídas as seguintes publicações, elaboradas como parte do Acordo de Cooperação Técnica entre o IBGE e o Ministério do Meio Ambiente:

- a **Consolidação do Projeto Zoneamento Ecológico Econômico da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (ZEE - RIDE)**,

- a **avaliação dos recursos hídricos** disponíveis, que objetiva oferecer, a partir de uma base científica de dados, propostas para a utilização racional dos recursos hídricos subterrâneos. Essa avaliação visa, sobretudo, dotar a Região Nordeste do Brasil de um instrumento interpretativo das características gerais dos mananciais subterrâneos.
- a **Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais** que engloba atividades de caráter permanente voltadas à atualização sistemática dos textos e das cartas dos temas Geologia, Geomorfologia, Solos, Vegetação, Recursos Hídricos e Clima, e que visa a formação do banco de dados georreferenciados sobre recursos naturais, o que permitirá consultas para os levantamentos temáticos e integrados em diversos cortes cartográficos, bem como cartas e mapas temáticos.

Na área de Geografia, atendendo às necessidades do governo e da sociedade de descrição e análise da organização e da gestão do território nacional com vistas a direcionar levantamentos estatísticos e subsidiar a formulação e o monitoramento de políticas territoriais, destacamos a divulgação dos seguintes mapas murais na escala 1:5.000.000:

- **Mapa de Densidade Demográfica e Rede Coletora de Esgoto:** revela a acentuada diferença existente na difusão espacial das redes de saneamento no território brasileiro, no que se refere à abrangência dos serviços de saneamento básico, o esgotamento sanitário, com base na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), representando o quadro marcante de desigualdades regionais.

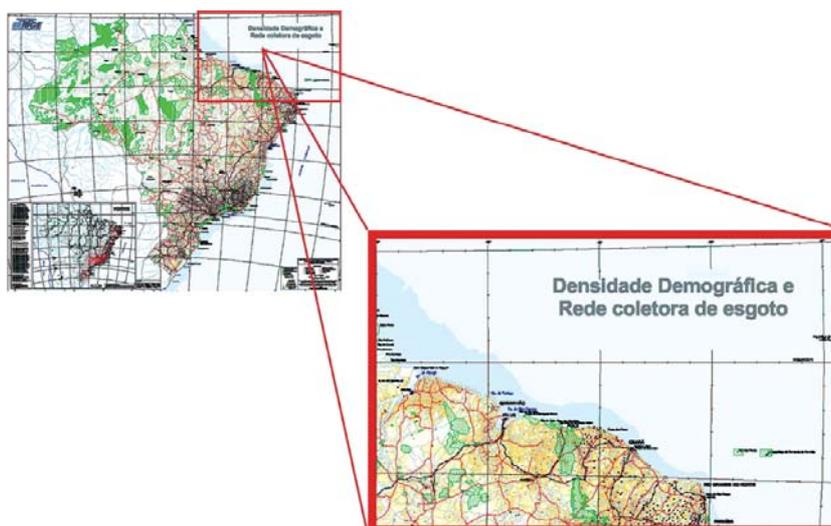


Figura 7

- **Mapa da Distribuição da Produção Agropecuária e Vegetação Natural:** contribui para o entendimento integrado do processo de expansão da fronteira agropecuária

no Brasil e seu impacto sobre a vegetação natural, permitindo uma visão integrada dos vários movimentos que moldam a ocupação e uso do território brasileiro pela agropecuária.

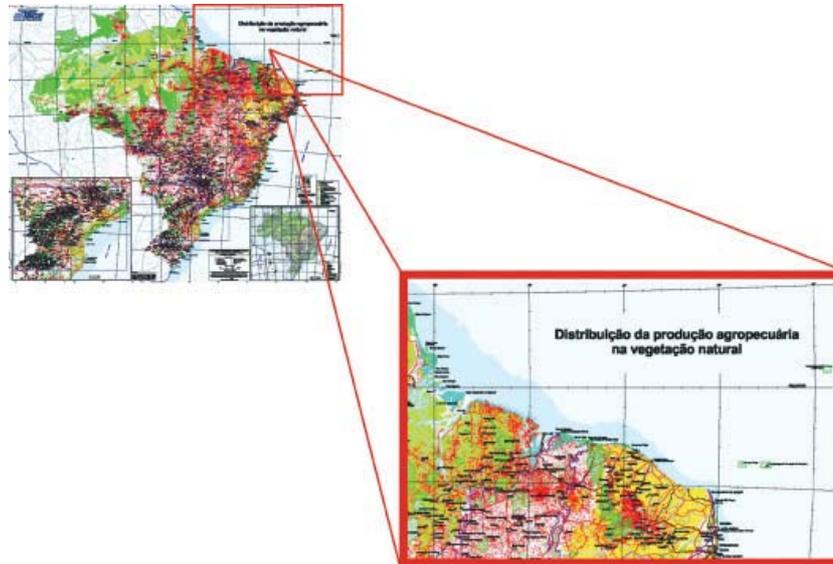


Figura 8

- **Mapa da Logística da Energia:** apresenta as redes de energia elétrica, usinas de produção de energia elétrica por tipo de combustível (hidrelétrica, derivados de petróleo, carvão mineral, gás natural, biomassa e nuclear), áreas de produção de petróleo e gás natural, gasodutos e oleodutos, refinarias de petróleo, unidades processadoras de gás natural, terminais marítimos e terrestres de embarque e desembarque de petróleo e derivados, áreas de produção de carvão mineral, centros coletores de álcool e áreas de produção de bioenergéticos.

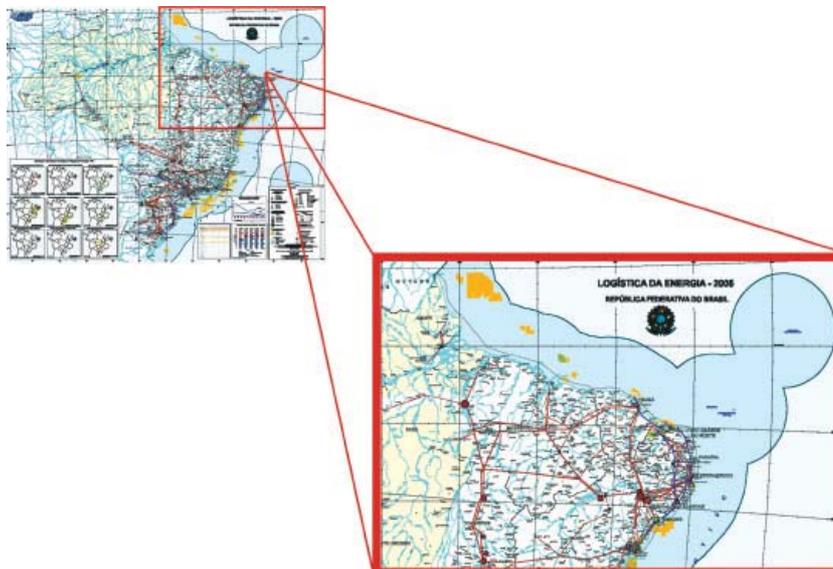


Figura 9

- **Mapa das Divisões Regionais do Brasil 2006:** apresenta um quadro sintético de algumas das principais divisões regionais do país: Amazônia Legal, Região Semi-árida do Nordeste, Faixa de Fronteira e Municípios da Faixa de Fronteira, Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento, Aglomerações Urbanas, Mesorregiões e Microrregiões.

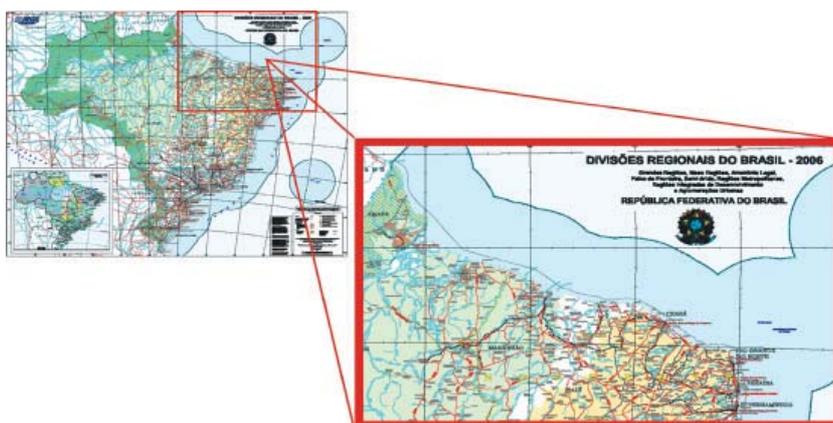


Figura 10

- **Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras:** série de quatro volumes que mostra imagens de satélite, fotos e mapas das localidades que foram cenário para grandes obras da literatura regional brasileira, escritas por importantes romancistas. O lançamento do primeiro volume (Figura 11) aconteceu em novembro de 2006 e versa sobre o Brasil meridional.

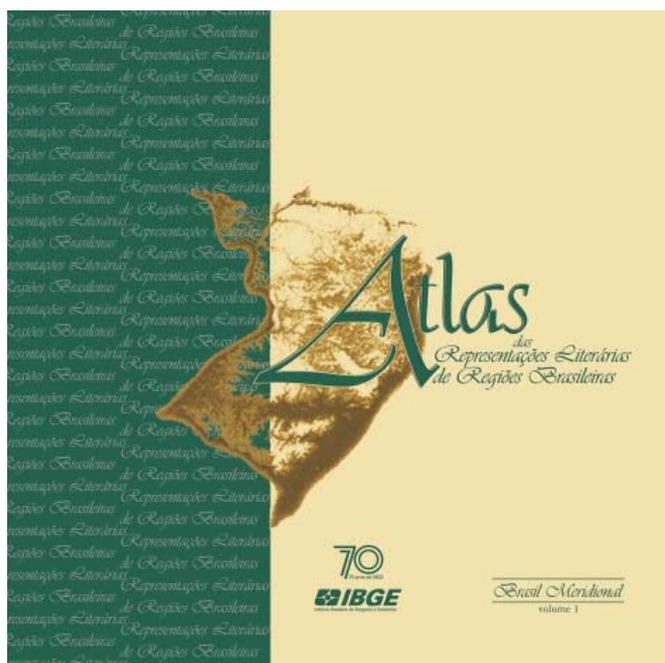


Figura 11

Foram desenvolvidas, também, atividades relevantes direcionadas ao desenvolvimento dos seguintes projetos:

- **Implicações do Uso do Conceito de Aglomerado Subnormal nas Operações Censitárias do IBGE:** projeto em desenvolvimento que tem por objetivo melhorar a operação censitária, a divulgação de dados, além de subsidiar a consolidação do cadastro de endereços.
- **Atlas Geográfico Escolar das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil:** projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (SECIRM), tendo como objetivo difundir e despertar o sentimento de pertencimento do território marítimo, denominado de Amazônia Azul, ao Estado Brasileiro. Foram realizadas neste exercício reuniões com vistas à assinatura de Convênio para a produção do Atlas.
- **Regiões de Influência das Cidades:** o projeto dá continuidade à tradição do IBGE de estudar a rede urbana brasileira, objetivando atualizar o quadro das regiões de influência das cidades, por meio da construção de um quadro nacional da rede urbana, apontando as permanências e as modificações registradas nesta rede no início do século XXI.
- **Geografia do Brasil:** trata-se de reedição e atualização da série Geografia do Brasil, composta por cinco volumes referentes às Grandes Regiões, e um volume Brasil. Estão concluídos os seguintes capítulos: O Município como Território do Estado Brasileiro, Reestruturação Regional, Buscando um Desenvolvimento Sustentável Brasileiro, Dinâmica Demográfica e Condições de Vida da População.
- **Aplicações de sensoriamento remoto para estudos geográficos com a utilização de 400 arquivos de 80 diferentes imagens do sensor CCD do satélite CBERS-2 adquiridos e processados em 2005,** recobrando todas as concentrações urbanas brasileiras com população superior a trezentos mil habitantes. Neste ano, ampliou-se o uso das imagens de sensoriamento remoto, destacando-se o apoio aos estudos dos volumes de “Geografia do Brasil” e o apoio para o refinamento do estudo de “Áreas de Concentração de População”.
- **Tipologia dos Setores Censitários Urbanos:** o projeto tem como objetivo identificar a estrutura interna das cidades e os processos que as caracterizam, e, como produto, um relatório composto por tipologia para os espaços urbanos, considerando a funcionalidade das áreas, o grau de urbanização e de oferta dos serviços públicos, além das condições de vida da população; além de discutir conceitos e nomenclaturas das formas espaciais urbanas.
- **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável–Coordenação da Dimensão Social:** elaboração de indicadores referentes aos temas população, trabalho e rendimento, saúde, educação e habitação, compreendendo: obtenção de dados, confecção de tabelas, gráficos, mapas e textos. Reestruturação do Indicador “Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado”.

- **Áreas de Concentração de População:** elaboração da versão final do trabalho incluindo todas as áreas urbanas maiores que 350.000 habitantes, constituídas por um ou mais municípios contíguos, estando em fase de conclusão para divulgação.
- **Elaboração de Estudos sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombos:** estudos a serem desenvolvidos por meio de convênio com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR, cuja metodologia para o tratamento e análise de dados referentes às comunidades remanescentes de quilombolas encontra-se em processo de elaboração, já tendo sido produzidos os seguintes os mapas murais, na escala 1:5.000.000, para submeter à SEPPIR: Distribuição espacial da população segundo cor ou raça: Pretos; e Distribuição espacial da população segundo cor ou raça: Pretos e Pardos.

Destacam-se os trabalhos realizados em parceria com o Ministério do Meio Ambiente–MMA, com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas à troca de informações, estudos e análises que venham a ser desenvolvidos pelas partes, visando planejamento e execução de projetos. No decorrer do ano, foram elaborados os seguintes Zoneamentos Ecológico-Econômicos - ZEE .

- **Macrozoneamento da Bacia do São Francisco,** cujo objetivo é analisar vetores estruturantes da dinâmica socioeconômica atual da Bacia do São Francisco. Foi feito o levantamento das atividades produtivas, da estrutura urbana, incorporando a dimensão ambiental para produção de uma proposta para subsidiar o zoneamento desta área. Elaboração e produção de mapas com temáticas como: adubos químicos, água distribuída por rede geral, carvão vegetal, dinâmica demográfica, distribuição espacial dos municípios com serviços de saneamento básico, distribuição de renda e analfabetismo, efetivo de bovinos e caprinos, logística e centralidade, distribuição da fruticultura na vegetação natural, volume de esgoto sanitário tratado. Seu produto foi um CD Rom, contendo relatório técnico e mapas, inclusive com animação para melhor visualização da ocupação da produção.
- **Macrozoneamento Brasil:** estruturação de banco de dados geográficos que permite compreender a dinâmica territorial brasileira. Teve como produto um CD Rom contendo o conjunto de mapas justapostos.
- **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre:** participação de técnicos da Coordenação e elaboração do Sistema Informatizado do ZEE ACRE.

Quanto às atividades de **Mapeamento Topográfico de Referência**, que buscam avançar no conhecimento do território brasileiro, em níveis de detalhe e precisão adequados ao ritmo de crescimento e diferenciação da demanda por informações espaciais, ressalta-se a elaboração de diversas informações cartográficas digitais.



Figura 12

No âmbito do Projeto SP/MG/GO (Figura 12), é importante considerar a conclusão das atividades de reambulação em 2006, com a disponibilização de 100% das ortofotos da área do projeto. A partir de 2007, esse novo produto poderá ser oferecido à sociedade.

Destaca-se também a produção de mapeamento topográfico em Santa Catarina – Projeto SC-25. A disponibilização de ortofotos está prevista para 2007.

Foram iniciadas em 2006, as atividades de planejamento do Projeto SP2 (Figura 13), tendo em vista o início das atividades de apoio em 2007 (Área total: 8.400 km<sup>2</sup>, total previsto de fotos aéreas: 859, total previsto de folhas 1:50.000 – 7 e 1:25.000 – 33). Ainda em 2006, foram cedidas ao IBGE pelo Estado de Sergipe, 198 ortofotos na escala 1:10 000, dos municípios da região litorânea (Figura 14) com vistas à compilação de ortofotos na escala 1:25.000 a serem disseminadas em 2007. das citadas ortofotos.

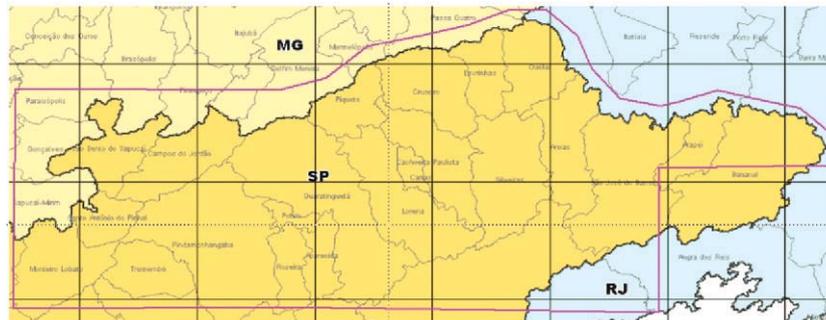


Figura 13

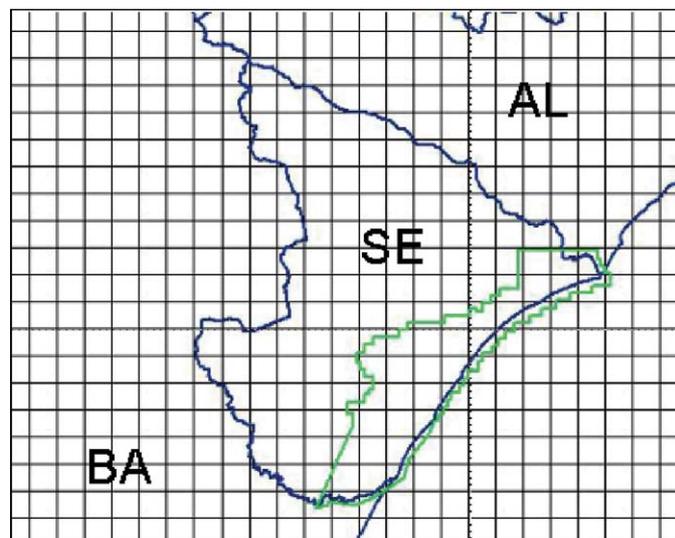


Figura 14

Ainda, na área de mapeamento topográfico, na Gerência de Sensoriamento Remoto, temos a informar que em atenção a solicitação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA) foram detalhadas as informações relativas a hidrografia das folhas que abrangiam a área de vazio cartográfico da Bahia (Figura 15). Na área de vazio Cartográfico do Maranhão e Pará na escala 1:100.000 (Figura 16), foram realizadas 02 campanhas para reambulação e medição de pontos de controle

para produção de 06 cartas planimétricas 1:100.000, equivalentes a cerca de 18.000km<sup>2</sup>, e ortoretificadas 23 imagens SPOT4, para compor 17 folhas.

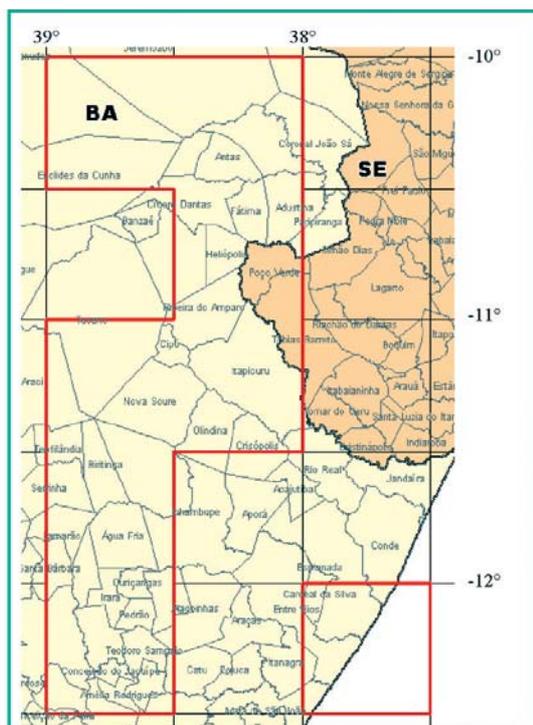


Figura 15

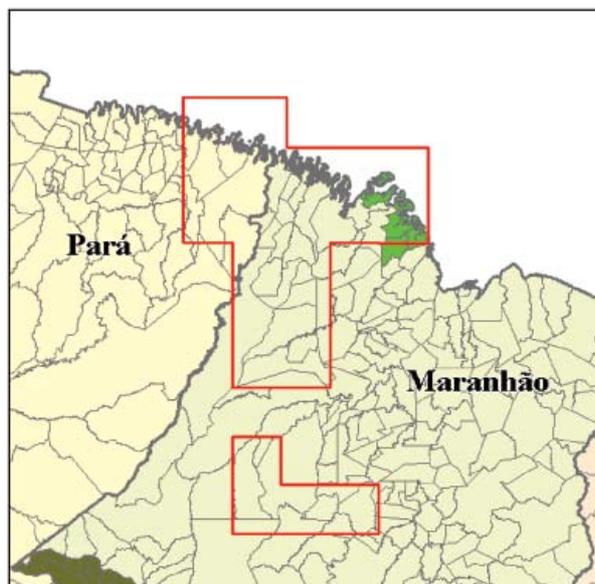


Figura 16

Com relação ao Projeto BR-250 – Projeto Piloto para definição de metodologia de atualização cartográfica na escala 1:250.000, foram iniciados os estudos para definição de metodologia de trabalho para atualização cartográfica do mapeamento na escala 1:250.000 do Brasil, a partir do uso de imagens CBERS, bem como a realização de uma campanha para reambulação e medição de pontos de controle no estado do Maranhão, abrangendo uma área em torno de 6.000 km<sup>2</sup> de levantamentos.

Para o Projeto ALOS – IBGE e *Alaska Satellite Facility* (ASF), realizaram, em 2006, a calibração do sensor PALSAR, com o planejamento de todas as atividades necessárias ao transporte, instalação e medição dos refletores de canto no estado da Acre para viabilizar a calibração do sensor. A seguir (Figura 17) segue o Esquema de Cobertura do Projeto ALOS:

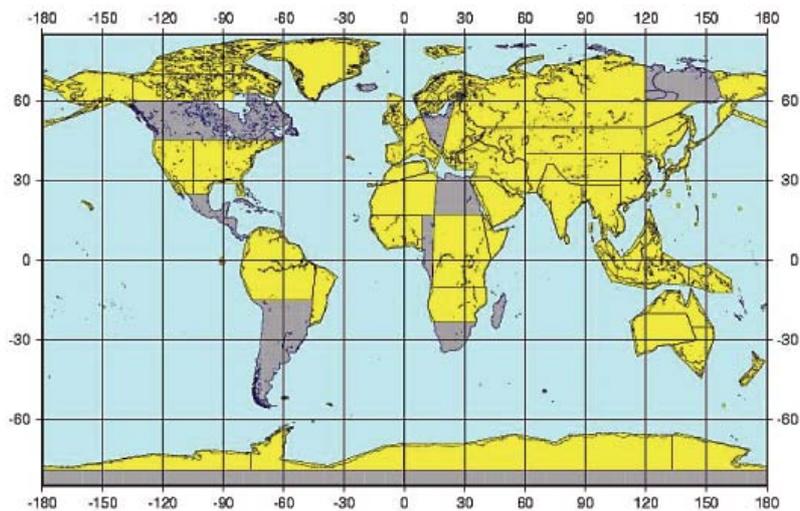


Figura 17

Na área de conversão de documentos cartográficos, destaca-se a conclusão do georreferenciamento de arquivos matriciais correspondentes às cartas topográficas do Mapeamento Topográfico Sistemático Terrestre do território brasileiro, componentes do Sistema Cartográfico Nacional, nas escalas 1:25.000, 1:50.000, 1:100.000 e 1:250.000.

Quanto ao **Mapeamento Municipal**, foi atualizada e consolidada a malha municipal digital 2005, para disponibilização dessa informação nas escalas 1:2.500.000, 1:1.000.000, 1:500.000 e 1:250.000. Foram realizadas supervisões nos Setores de Base Territorial das Unidades Estaduais para atualização e melhoria da Base Territorial – BT, visando Censo Agro e Contagem 2007. Foram produzidos / atualizados 4.740 mapas municipais e 54.198 mapas de setores. Foram iniciados estudos para a disponibilização de mapas de setores em equipamentos tipo PDA.

**Mapas Estaduais e Regionais Físicos**



Figura 18

em escala 1:5.000.000, compilado da bCIMd (acrescidas informações principalmente de localidades), e também o Mapa das Agências do IBGE no Brasil, em escala 1:5.000.000, distribuído durante evento que as reuniu em Caeté/MG, em junho deste ano.

Em relação ao **Mapeamento Geográfico**, foram produzidos e disponibilizados à sociedade, por meio da *Internet*, os mapas estaduais físico e político (Figura 18 e Figura 19) da região Centro-Oeste, dos estados de Goiás – físico e político, Maranhão – físico, Tocantins – físico e político; Acre – político, Minas Gerais – político.

**Mapas Estaduais e Regionais Políticos**

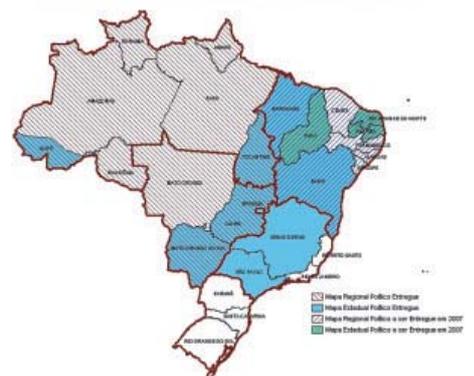


Figura 19

Para apoiar a execução da produção cartográfica do IBGE, foram elaboradas atividades de desenvolvimento, destacando-se: (1) atualização e manutenção do Sistema de Elaboração de Mapas Municipais – SISCART versão 2.80; (2) manutenção e atualização da base de dados do Sistema de Controle da Conversão Digital (SCCD) que informa permanentemente o estágio do projeto de conversão de cartas e mapas do IBGE; (3) desenvolvimento de sistema de consulta na Intranet da base de aerolevantamentos da fotogrametria (SCA) - ferramenta essencial para as atividades da área de fotogrametria e planejamento do mapeamento topográfico; (4) desenvolvimento de um sistema de consulta, na Intranet, da base de imagens do Sensoriamento; (5) análise do Sistema de Gerenciamento das Atividades da Base Territorial (SIGB) para o desenvolvimento de um novo sistema utilizando tecnologias atuais; (6) modelagem conceitual, implementação e carga inicial de uma base de dados única que contemple o acervo de produtos cartográficos da CCAR (SAPC); (7) organização do centro de referência de Nomes Geográficos com o respectivo planejamento da carga de dados; (8) elaboração de aplicativos e modelagem de dados que possibilitam a interação entre projetos executados em diversas épocas, podendo destacar a modelagem para a conversão da Mapoteca Topográfica Digital: finalização do modelo de transformação entre Mapoteca Topográfica Digital - MTD 3.0 para MTD 4.0, finalização do modelo de Transformação entre MTD 3.1 para MTD 4.0, finalização e conversão do modelo de Transformação entre MTD SIVAM para MTD 4.0, bem como a manutenção de aplicativos desenvolvidos para a área de Fotogrametria que visam otimizar a produção de ortofotos; (9) estudo e tratamento de dados cartográficos para a visualização em equipamento Pocket PC – com a construção de mapas raster, e estudos para a conversão de formatos de arquivos; (10) automação de processos para atender novas demandas com relação ao Censo Agro e contagem 2007.

A Ação Sistema Geodésico Brasileiro foi desenvolvida visando dar continuidade à implantação e manutenção de suas redes de estações geodésicas estruturadas em dois grupos, o primeiro classificado como rede passiva onde se encontram as estações planimétricas, altimétricas e gravimétricas, e o segundo, rede ativa, evidenciada pela Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS – RBMC e Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG.

A produção das redes passivas, apresentada nos quadros 11 e 12, consiste na construção, medição, cálculo e manutenção das estações.

**Quadro 11** - Inclusão de novas estações no SGB

Estações	Construção	Medição	Cálculo
Planimétricas	53	37	184
Altimétricas	420	280	273
Gravimétricas	141	635	674

Fonte: Diretoria de Geociências – IBGE 2006

**Quadro 12** - Visão geral do estado de conservação das estações visitadas

Em boas condições	Destruidas
1650	489

Fonte: Diretoria de Geociências – IBGE 2006

Dentre as atividades desenvolvidas e que visam à implantação das redes passivas, pode-se destacar: o ajustamento de 36.600 estações calculadas da Rede Altimétrica; o reconhecimento da Rede GPS Alagoas e a construção das Redes GPS Goiás e Pará em convênio com o INCRA; a densificação da Rede Altimétrica em São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina; o treinamento sobre nivelamento geométrico; a densificação da Rede Gravimétrica em Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Sul, Tocantins, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Piauí e Espírito Santo; e a densificação da Rede Planimétrica no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Dentre as atividades destinadas à manutenção das estações pode-se destacar: o treinamento dos técnicos das agências do IBGE de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco; a visita às 2.039 estações geodésicas localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Pará; a disponibilização para os usuários dos resultados das 3.411 visitas realizadas em 2004 e parte de 2005. Os quadros 13 e 14 apresentam os resultados referentes às redes ativas.

**Quadro 13** - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

Estações em operação	Arquivos coletados	Arquivos criticados	Arquivos disponibilizados na Internet	Manutenção de estações	Estações Instaladas
24	7360	7360	7354	5	2

Fonte: Diretoria de Geociências – IBGE 2006

**Quadro 14** - Rede Maregráfica Permanente para Geodésia

Estações em operação	Dados coletados		Arquivos disponibilizados na Internet	Manutenção das estações	Estações instaladas
	Maregráficos	Metereológicos			
4	1.140	587	1.134	16	0

Fonte: Diretoria de Geociências – IBGE 2006

Em 2006 destacam-se as seguintes atividades voltadas à manutenção das redes ativas: (1) o treinamento, realizado em Imbituba – SC, para os servidores do IBGE vinculados às atividades do projeto RMPG, e para os representantes do Centro de Hidrografia da Marinha-CHM, entidade conveniada ao projeto; (2) vetorização de 581 maregramas das estações da RMPG; instalação de duas novas estações da RBMC (Boa Vista-AC e Imbituba-SC) que se encontram em fase de teste; e (3) disponibilização, aos usuários, dos dados das estações implantadas em 2005: Porto Velho-RO, Macapá-AP, Manaus-AM, Cananéia-SP e Ubatuba-SP.

No Projeto *Royalties* do Petróleo foram elaborados 9 relatórios para Agência Nacional de Petróleo – ANP, identificando os estados e municípios beneficiários dos *royalties* do petróleo produzidos na plataforma continental brasileira; realizados 34 atendimentos a sociedade, com questionamentos sobre a definição das áreas beneficiárias; e foi dada continuidade à revisão das coordenadas de origem das linhas delimitadoras municipais na plataforma continental brasileira.

Os resultados obtidos foram incorporados ao Banco de Dados Geodésicos totalizando 93.210 informações, sendo 92.245 referentes a alterações das estações geodésicas e 1.165 referentes a inclusões de novas estações.

Na área de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, o IBGE participou de 22 eventos, entre seminários, feiras e congressos. Destaca-se a realização do **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, cujo objetivo geral foi iniciar a revisão, atualização e ampliação do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG, a partir da mobilização e consulta a produtores e usuários de informações, incluindo instituições governamentais, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais, associações científicas, bem como técnicos e pesquisadores interessados na produção, disseminação e utilização de informações necessárias ao conhecimento da realidade do país e ao exercício da cidadania.

O encontro foi dividido em três partes: a **V Conferência Nacional de Estatística – CONFEST**, a **IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia – CONFEGE** e o **Seminário Internacional de Produção e Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas – SIEG**.

O Seminário Internacional Integrado de Informações Estatísticas e Geográficas – SIEG teve como finalidade permitir aos participantes o contato com as tendências internacionais por meio da visão de especialistas de diversos países, líderes em suas respectivas áreas temáticas de conhecimento, e com experiências cuja disseminação no Brasil virá contribuir para aprimorar o sistema de informações na esfera pública. Também será o espaço para o tratamento de temas transversais às áreas de informações estatísticas e de geociências.

Na oportunidade, entre debates e palestras, foi lançado o primeiro volume da publicação *História das Estatísticas Brasileiras*.

Vale ressaltar, também, a participação no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais e no XXXIV Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC, com objetivo de iniciar com a sociedade a divulgação das operações censitárias a serem realizadas no próximo ano.

Ainda como parte das ações de divulgação dos Censos 2007, foram produzidos 20 vídeos com o objetivo de oferecer treinamento e informações sobre as operações, além das peças publicitárias - cartazes e revistas - sobre as Comissões Censitárias Municipais.

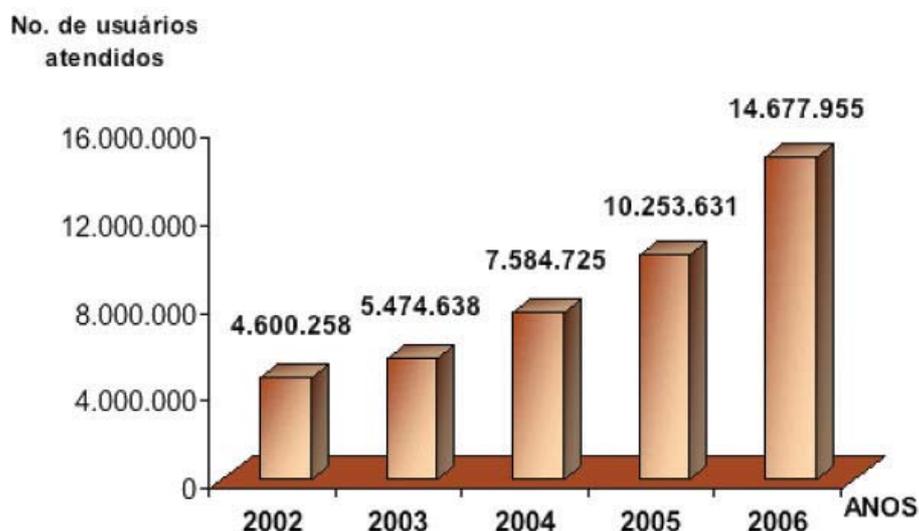
Foram lançadas novas versões do Atlas Geográfico Escolar, da Base Estatcart de Informações Municipais e Brasil em Números 2006. Dando continuidade à contribuição para o estudo das estatísticas públicas e privadas, foi lançado também em dezembro, o volume 2 da publicação "História das Estatísticas Brasileiras", obra que oferece uma visão histórica da produção das estatísticas no país.

O público infanto-juvenil mais uma vez foi contemplado com o lançamento da 4ª Edição da publicação "Vamos Compreender o Brasil". Além de uma nova apresentação visual mais moderna e adequada ao público, foram desenvolvidos conteúdos que têm como objetivo transmitir as informações produzidas pelo instituto de forma atraente e de fácil compreensão para as crianças.

O IBGE oferece atendimento à sociedade, em suas livrarias e bibliotecas, por telefone (também 0800 com chamada gratuita de qualquer local do País), por correspondência ou por e-mail, além de oferecer por meio da Internet um serviço de acesso *on line* no Portal do IBGE, que permite o conhecimento da realidade do País em seus múltiplos aspectos. Cabe destacar o atendimento prestado por meio da loja virtual na Internet, que facilita para os usuários, em qualquer local, a aquisição dos produtos do IBGE, disponíveis da forma impressa e digital.

Os atendimentos à sociedade feitos pelo IBGE em todo o país, por meio dos serviços de atendimento e do Portal na Internet, atingiram 14.677.955 usuários, com média de crescimento 36,6% ao ano, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de Usuários Atendidos pelo IBGE – 2002 a 2006



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, Acesso em janeiro de 2007

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, foram realizadas, até 2006, 7 pesquisas de satisfação dos usuários, que apresentaram como resultado Taxas Gerais de Satisfação de 118,45%, 116,11%, 115,41%, 115,41%, 114,73%, 114,11% e 115,43% indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários.

Em 2006 a avaliação dos usuários sobre os serviços de atendimento do IBGE atingiu uma média de 9,36, enquanto a expectativa dos usuários sobre a qualidade dos serviços de atendimento foi de 8,11, demonstrando um elevado nível de exigência sobre a prestação dos serviços.

Quanto à utilização de informática como apoio e como fomentadora de incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação nos processos relativos às suas diversas pesquisas, o IBGE, em 2006, desenvolveu sistemas computacionais de coleta e apuração das pesquisas estatísticas, de apoio às atividades de geociências e os sistemas de gestão, de forma a administrar, preservar e garantir a integridade das informações contidas na base de dados da Fundação IBGE. Nos últimos dez anos, foi sentida uma radical mudança na arquitetura de aplicativos, havendo uma migração para outros conceitos como cliente/servidor, *web*, tecnologia móvel, etc., que precisou ser acompanhada de novos métodos de trabalho e de uma constante prospecção de novas ferramentas de desenvolvimento. Dentre os produtos resultantes dessas ações destacam-se o Banco Multidimensional de Estatística - BME que disponibiliza para a sociedade os microdados dos vários censos e de pesquisas e o Banco de Dados Agregados - SIDRA que disponibiliza os dados tabulados de vários censos e pesquisas, ambos com acesso através da *web*; o Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas - ESTATCART que possibilita a consulta por temas, variáveis, área geográfica, a criação de mapas temáticos, cálculos de indicadores e tabelas que podem ser impressas e exportadas, disponível em CD Rom.

Estudos desenvolvidos com vistas à coleta de dados por meio de computadores de mão (PDAs) aponta para uma mudança expressiva nos trabalhos de operação censitária, com vistas ao Censo Agropecuário e da Contagem da População, posto já existirem outras pesquisas na Instituição que se utilizam desta alternativa. Para viabilizar o uso do PDA no Censo e Contagem de 2007, o IBGE, além de ampliar a infra-estrutura de comunicação para toda a sua rede de agências (em 515 municípios brasileiros), irá criar Postos Informatizados (591) e Postos Móveis (4458) para aqueles municípios onde não há agência do IBGE, para a recepção e transmissão dos dados para os computadores centrais do IBGE em tempo real. Este sistema interligará toda a sua rede de agências e unidades estaduais ao computador central do IBGE por meio de sistema de comunicação de voz e de dados por banda larga, por comunicação por satélite, ou por conexão discada.

Os PDAs serão empregados para atualizar as informações cadastrais dos domicílios e estabelecimentos agropecuários e para coletar os dados estatísticos agropecuários e demográficos. A equipe de supervisores será formada por 12.394 e a dos recenseadores por 68.141 pessoas. Para tanto, foram desenvolvidos os sistemas informatizados de controle da coleta, de administração da logística de distribuição e manutenção de cerca de oitenta mil PDAs, da transmissão e recepção tanto de dados coletados quanto de informações gerenciais ou de qualidade do processo em andamento.

Ainda em relação ao processamento das informações, convém ressaltar que todas elas serão georreferenciadas, pois os PDA's serão equipados com sistemas de recepção de sinais de GPS (*Global Positioning System*). Para o gerenciamento da coleta, o IBGE desenvolveu um sistema informatizado de acompanhamento da cobertura geográfica da operação censitária, durante a fase de coleta dos dados, quando os recenseadores e supervisores ainda em campo podem efetuar as devidas correções em dados e procedimentos de coleta. Os PDA's equipados com receptores de GPS permitirão as unidades de coleta dos dados dos Censos de 2007 serem georreferenciadas.

Somando-se a este esforço, merece destaque a ampliação da Rede Corporativa do IBGE, já em uso há quase três anos que está sendo ampliada em mais do que o dobro nas velocidades de seus acessos e estão sendo disponibilizados, em todas as UEs, canais de voz (Voz sobre IP – VoIP / comunicação de voz entre pontos da Rede, sem uso de telefonia convencional). Isto eliminará os atuais gastos com DDD nas ligações corporativas.

## 4.1.2 Resultados do Programa Recenseamentos Gerais

O Programa Recenseamentos Gerais, em 2006, deu continuidade ao Projeto Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios que visa à construção do **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos**, com o tratamento dos endereços capturados no Censo 2000, alcançando todos os setores censitários urbanos de áreas de ocupação regular (o que exclui as favelas, por exemplo) de todos os municípios brasileiros, em um total de aproximadamente 143.000 setores o que representa 81% dos endereços existentes no país em 2000. Ao longo do ano uma equipe de mais de 100 técnicos, distribuídos em todos os estados, revisaram, em escritório, cerca de 6.300.000 endereços e introduziram alguma forma de correção em 43% deles.

Com vistas à realização dos Censos 2007, foi desenvolvida e testada em campo uma metodologia e um aplicativo para uso em PDA que permitem a atualização dos endereços existentes no cadastro bem como a obtenção de coordenadas dos endereços visitados.

No que diz respeito à realização das Ações Censo Agropecuário 2006 e Contagem da População 2007, foram desenvolvidas atividades de preparo da operação censitária, cuja etapa de coleta de dados terá início em abril de 2007, abrangendo todos os municípios brasileiros e envolvendo cerca de 90.000 pessoas. As principais ações foram:

- Conclusão da atualização de mapas e cadastros que servirão de base para a coleta de dados nos cerca de 160 mil setores censitários;
- Desenvolvimento dos questionários eletrônicos para coleta de dados em computador de mão;
- Desenvolvimento de sistemas administrativos, de controle e supervisão da operação;
- Realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal temporário (86.451 pessoas) em todos os municípios brasileiros;
- Realização de testes e prova-piloto para testagem dos questionários da coleta;
- Instalação das Comissões Censitárias Municipais que acompanharão e contribuirão com a operação desde as etapas de preparo até o encerramento da coleta de dados;
- Aquisição de material de tecnologia, tais como computadores de mão (*personal digital assistant – PDA*), microcomputadores, impressoras etc.; contratação de serviços de comunicação de dados entre os 1.200 Postos de coleta Informatizados e a central de processamento localizada no Rio de Janeiro;
- Desenvolvimento e início da execução do Programa de Treinamento do pessoal interno e dos contratados temporários;

Em 2006, além dos preparativos para os Censos 2007, o IBGE deu início ao planejamento do Censo Demográfico 2010. Neste âmbito, cabe destacar as seguintes atividades realizadas em 2006:

- Realização de reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico com o objetivo de acompanhar os trabalhos correspondentes à Contagem da População 2007 e ao Projeto Censo Demográfico 2010.
- Participação nas discussões relativas aos trabalhos do grupo de trabalho sobre os temas básicos a serem pesquisados nos Censos para sua inclusão nos Princípios e Recomendações sobre Censos de População e Habitação, Revisão 2, como preparação da reunião do grupo de especialistas em Censos de População, organizada pelas Nações Unidas em julho/06.

- Participação em teleconferências do *Steering Committee* do Grupo de Washington (WG), nas quais foram abordados temas como a implantação dos testes cognitivos das perguntas sobre pessoas com deficiência na África e na América Latina; avaliação dos Encontros Regionais e da reunião anual do Grupo de Washington realizadas no Rio de Janeiro no ano de 2005; planejamento do 6ª Reunião Anual do Grupo de Washington em Uganda; revisão do documento da *World Health Organization/Family of International Classifications WHO/FIC* sobre as perguntas a serem implementadas; decisão sobre a representação do WG no grupo de referência do WHO/FIC.
- Planejamento e realização do Teste Cognitivo sobre Pessoas com Deficiência, com desenvolvimento dos trabalhos referentes ao desenho conceitual e desenho do questionário; à elaboração do manual de instruções e de outros instrumentos para o treinamento; ao plano de análise; e ao trabalho de seleção dos setores, para testar o conjunto básico de perguntas sobre pessoas com deficiência com vistas ao Censo de População 2010.
- Visita técnica ao escritório do *U.S. Census Bureau*, em Austin, Texas, com as seguintes finalidades: acompanhar o trabalho de campo da Prova Piloto do Censo 2010 dos Estados Unidos, com utilização de PDAs, que também serão utilizados na operação dos Censos 2007; conhecer a organização do trabalho e entrevistar os responsáveis pelas diversas tarefas relacionadas à operação de campo, em particular as equipes de coordenação, de controle de qualidade, de treinamento e tecnologia; e participar de entrevistas e discussões com especialistas dos departamentos do Censo 2010 e da *American Community Survey*; participar de reunião com representantes da Seção de Estimativas de População da Divisão de População, onde foram discutidos aspectos relacionados à utilização atual e futura dos dados da *American Community Survey* como insumo às estimativas da população municipal.
- Participação em reunião em Buenos Aires, Argentina, com os representantes dos Institutos de Estatística do Mercosul, Bolívia e Chile, México, Equador e Venezuela e países especialmente convidados – Colômbia e Peru – para avaliar conjuntamente os métodos de consistência e imputação de dados dos censos da rodada de 2000.
- Participação de reunião em Nova Iorque, como membro do Grupo de Especialistas das Nações Unidas responsável pelo Programa Mundial sobre Censos de População e Habitação da rodada de 2010, com objetivo de revisar e adotar o conjunto de princípios e recomendações em padrões internacionais para os censos de população.
- Organização de Mesas Redondas referentes ao Projeto do Censo Demográfico 2010, com a participação de especialistas internacionais e nacionais no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais - V Conferência Nacional de Estatística – CONFEST, organizada pelo IBGE.

- Planejamento e realização da Prova Piloto Conjunta (Brasil, Argentina e Paraguai) para a rodada dos Censos de 2010 sobre o tema Pessoas com Deficiência, na qual foram testadas algumas variáveis a serem harmonizadas nesta década. Realização de Seminário de Avaliação que contou com representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos. Esta atividade faz parte do Projeto Bens Públicos Regionais apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, contando também com o apoio da Divisão de Estatística das Nações Unidas.
- Participação, como membro efetivo do *Washington City Group*, na Sexta Reunião do Grupo de Washington sobre Estatísticas de Pessoas com Deficiência, em Kampala, Uganda. Esta reunião teve como objetivo a análise dos resultados dos testes cognitivos sobre pessoas com deficiência que foram realizados por dezesseis países, com a finalidade de verificar como as perguntas sobre visão, audição, mobilidade e cognição (conhecimento, percepção, memória e concentração) se comportam através de diferentes países e culturas.

Uma importante iniciativa do IBGE, no campo do aprimoramento das estatísticas sociodemográficas, refere-se ao projeto de Estudos de Modalidades Alternativas de Censos Demográficos – EMACD, que tem como objetivo promover o estudo e a avaliação de tais métodos no contexto brasileiro. O desenvolvimento do projeto tem sua origem fundamentada na atual discussão internacional sobre a utilização de métodos alternativos como forma de enfrentar o desafio que se coloca para os institutos nacionais de estatística de todo o mundo que é o de produzir informação sempre atualizada, com grande detalhamento geográfico e temático, sob a constante pressão de redução de custos e otimização de despesas. Nesse sentido, a Divisão de Estatística das Nações Unidas está incorporando às recomendações internacionais sobre censos de população e habitação a conveniência de realizar estudos focados na implantação de modalidades alternativas de censo nos países e, sem abandonar o censo tradicional, buscar caminhar no sentido do modelo alternativo. Para desenvolver o projeto no IBGE, foram criados grupos de trabalho que cuidam de vários aspectos: base territorial e cadastro de endereços; desenho conceitual; amostragem, estimação e acumulação de informações; integração censo demográfico e pesquisas domiciliares; além de grupo gerencial voltado para preparar uma proposta de nova estruturação da rede de agências de coleta de informações, tendo em vista não apenas a hipótese de adoção de um modelo alternativo de Censo Demográfico, mas também para atender à ampliação já prevista das seguintes pesquisas: SNIPC, POF, PNAD e PME.

Dando prosseguimento ao compromisso de manter a discussão sobre o tema na América Latina e de incentivar parcerias entre os países, foi realizado em parceria com o Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI) do México, o Terceiro Seminário Internacional sobre Métodos Alternativos para Censos

Demográficos, no Rio de Janeiro, contando com o apoio da Divisão de Estatística das Nações Unidas, do *U.S. Census Bureau* e do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE*. O referido evento contou com a participação de representantes dos Institutos Nacionais de Estatística da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai, Venezuela; e de organismos internacionais como a Divisão de Estatística das Nações Unidas, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), o Centro Latino-americano de Demografia (CELADE), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA - Representações do Brasil e do México), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nesse seminário foram discutidas as experiências dos países que já implementaram métodos alternativos, caso da França e dos Estados Unidos, e dos que estão implementando como Colômbia e Peru. Foram abordados aspectos metodológicos, tais como: a acumulação dos dados, os problemas enfrentados com a adoção da nova modalidade; as vantagens do método adotado, a atualização das informações; o uso dos resultados para estimativas anuais de população para grandes áreas e sua relação com pequenas áreas; a utilização de dados dos Censos de População e dos métodos alternativos de levantamento para distribuição de recursos públicos.

Ainda no âmbito do projeto EMACD, foi criado um fórum de discussão na página da Internet do IBGE: [http://www1.ibge.gov.br/forum\\_metodos\\_alternativos\\_censo](http://www1.ibge.gov.br/forum_metodos_alternativos_censo). Um breve histórico do projeto EMACD, as informações e trabalhos apresentados nos três seminários encontram-se na abertura da página do fórum de discussão.

### **4.1.3 Resultados das Ações do IBGE pertencentes a Outros Órgãos da Administração Pública Federal**

#### **A) Ação Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação**

Em relação a essa Ação, desenvolvida pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE do IBGE, cabe mencionar que o Programa Anual de Treinamento capacitou, em 2006, 1.237 servidores em 63 turmas de 49 cursos de curta duração.

Entre os cursos técnicos voltados para as áreas fins do IBGE, pode-se destacar o Seminário de Evolução Demográfica, realizado em São Paulo e no Paraná, contando com 165 pessoas. O público-alvo destes seminários compõe-se de servidores do

IBGE, incluindo agências da Capital e do Interior, bem como servidores de instituições parceiras e usuários de dados do IBGE. Merece destaque o curso: Cadastro Duplo e Probabilidade Proporcional ao Tamanho Multivariado, ministrado por técnicos do *National Agriculture Statistics Service- NASS*, que objetivou capacitar servidores do IBGE, envolvidos nas pesquisas agropecuárias, em técnicas que permitam a estimativa de produção de produtos agrícolas utilizando dados amostrais.

Em Geociências, vale mencionar o curso de Monitoramento do Nível do Mar por meio da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia que terá continuidade no próximo ano.

Na área de Informática, foram oferecidos 18 cursos, capacitando 182 servidores. Com relação aos cursos em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, em 2006, foram treinados 123 servidores públicos sendo 46 pertencentes ao quadro de servidores do IBGE e 77 de outras instituições.

Na área Administrativa, merecem destaque os cursos de Concessão de Aposentadorias e Pensões no Serviço Público e Avaliação de Desempenho: noções e aplicabilidade. Quanto ao curso Avaliação de Desempenho: Noções e Aplicabilidade, em complemento e continuidade ao programa definido para atendimento aos servidores não lotados na Sede do IBGE. Desta forma, foram oferecidos cursos ao Maranhão, Paraná e Mato Grosso do Sul, totalizando 60 servidores. Também merece destaque, o evento 3ª Semana de Administração Orçamentária Financeira e de Contratações Públicas, promovido pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda e organizado pela ESAF, que teve como principal objetivo reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos nos principais sistemas corporativos de governo.

A inclusão da educação à distância para o sistema de capacitação do Censo Agropecuário e da Contagem da População foi a grande novidade do projeto de treinamento censitário elaborado em 2006. Por intermédio do ambiente educacional Teleduc, acessado via Intranet, 91 servidores participaram do Curso de Formação de Tutores, parte da preparação para atuarem em treinamentos operacionais do Censo. Nas etapas seguintes, serão capacitados ainda este ano, 415 técnicos do IBGE em todo o País. Em janeiro de 2007, o processo de capacitação à distância para os Censos realizará sua última etapa, com a participação de 1.900 técnicos.

Foram realizadas duas edições do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa - CDHP. A proposta deste curso é fornecer aos técnicos do IBGE e de outros órgãos da Administração Pública, uma visão abrangente sobre todo o processo de planejamento e execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem. A primeira edição do curso teve como cliente a Universidade Estadual Norte Fluminense, que propôs como tema de pesquisa o *déficit* habitacional e foi realizada no subdistrito sete do distrito sede do Município de Campos dos Goytacazes.

A segunda edição anual contou com a participação do Instituto Pereira Passos interessado no desenvolvimento de pesquisa sobre o perfil dos moradores do bairro de São Cristóvão e entorno da Rua Ceará, assim como a expectativa desses moradores quanto ao Plano de Reabilitação Integrada dessa área.

Dando continuidade à política de ampliar a capacitação a outras pessoas envolvidas no planejamento e execução de pesquisas sociais, foram oferecidas vagas para participantes externos ao IBGE: funcionários de Institutos de Estatísticas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, servidores de outros órgãos públicos e a Universidades. Assim, ao longo de 2006, foram capacitados o 23 do IBGE/Sede, 12 de Unidades Estaduais do IBGE, 12 de outros órgãos públicos e três de países africanos (dois de Moçambique e um de Angola).

### **B) Ação Ensino de Graduação em Estatística e Geociências**

O curso de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE contou, em 2006, com 31 professores em seu quadro permanente e com 9 professores colaboradores. No conjunto, foram oferecidas 88 turmas de 46 disciplinas e 367 alunos, totalizando 6.228 horas-aula nos dois semestres, em dois turnos (manhã e noite). Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu 15 bolsas, garantindo, assim, a participação destes em atividades de monitoria e iniciação científica. Durante o ano de 2006, graduaram-se 17 alunos no 1º semestre de 2006 e 24 receberam o diploma no 2º semestre.

A iminente implantação do Sistema de Cotas no Processo Seletivo Discente das Instituições Públicas de Ensino Superior, aliado à realidade socioeconômica de uma parcela significativa de alunos do Curso de Graduação em Estatística da ENCE, impôs a necessidade de implantar ações de inclusão social no âmbito da Escola. Com o objetivo de propiciar condições de permanência do aluno carente e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar, foram criados, no ciclo básico do curso de Graduação em Estatística, o projeto Fundação FORD/SCIENCE, quando foram concedidas 21 bolsas-auxílio, ao longo do ano de 2006.

Cerca de 73 alunos de graduação realizaram estágio supervisionado. A remuneração média observada para estágios de 4h/dia, em instituições públicas, foi de R\$ 260,00 enquanto que nas empresas privadas, a remuneração média atinge R\$ 458,00. Já nos estágios de 6h/dia, a remuneração média é de R\$ 664,33 mais benefícios. Os alunos estagiários contaram com a supervisão de onze professores orientadores. As atividades de estágio de alunos da ENCE são sempre reguladas através de convênios firmados pelo IBGE/ENCE e pelas empresas contratantes.

Cabe lembrar que a Escola recebeu, até o início de dezembro, 36 oportunidades de estágio e 15 de emprego, que foram amplamente divulgadas para o corpo discente da Graduação e os egressos.

A comunidade ENCE esteve envolvida no projeto de Avaliação das Instituições de Ensino Superior - IES, instituído pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, visando à elaboração do relatório final (ainda em desenvolvimento) da auto-avaliação que incorpora as sugestões recebidas/observadas na pesquisa realizada na Escola. A auto-avaliação interna da ENCE está fundamentada, legalmente, no artigo 6º. da Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - e define que a avaliação não é um fim em si, mas um dos instrumentos de que dispõe o Poder Público e a sociedade para dimensionar a qualidade e a relevância das Instituições de Ensino Superior, em consonância com sua missão acadêmica e social.

Ainda considerando as atividades relacionadas ao processo de avaliação da Escola, foram definidas duas comissões para trabalharem nos projetos de elaboração do regulamento do curso de bacharelado e no projeto de reformulação e flexibilização curricular do curso de bacharelado.

Para o Processo Seletivo Discente (Vestibular ENCE -UNIRIO/2007), inscreveram-se 427 candidatos, tendo a relação candidato/vaga ficado em 3,5/1, a mesma relação observada no processo seletivo discente do ano anterior.

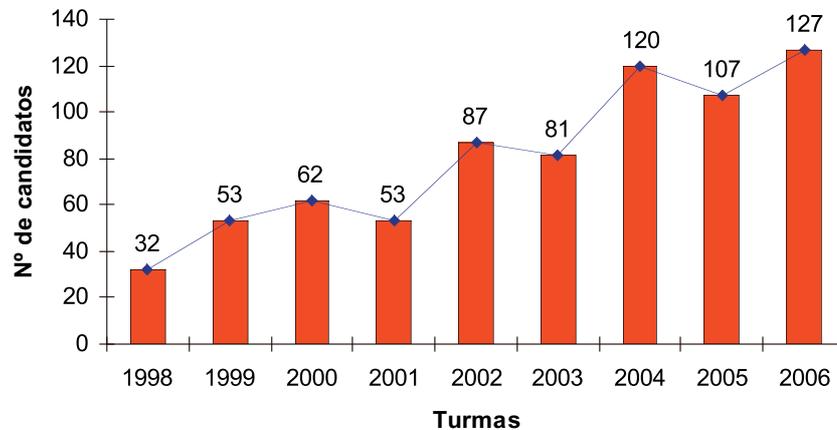
Além das atividades de ensino e pesquisa, o corpo docente da Graduação participou, de Seminários e Congressos, nos quais apresentaram trabalhos ou participaram de mesas redondas, destacando-se o XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais em Caxambu, o 2º Forum Nacional de Museus em Ouro Preto, o Congresso de Matemática e suas Aplicações, o Seminário sobre o SINAES/INEP/MEC – Instituições Federais de Ensino Superior - Regiões Sul e Sudeste- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, o 17º SINAPE - Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística, e *International Conference on Teaching Statistics* – ICOTS 7 em Salvador, BA.

### **C) Ação Ensino de Pós-Graduação em Estatística e Geociências**

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE ofereceu, em 2006, os cursos de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, e de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território.

O curso de pós-graduação deu um importante passo para a sua consolidação e avanço no ano de 2006, após o processo de reformulação do Programa – implantado sob medidas de avaliação e acompanhamento visando à melhoria dos indicadores acadêmicos e de produtividade. O resultado foi o número recorde, em 2006, de inscrições para o mestrado e a especialização, de dissertações defendidas, e do número de trabalhos docentes e discentes, conforme demonstra o gráfico a seguir.

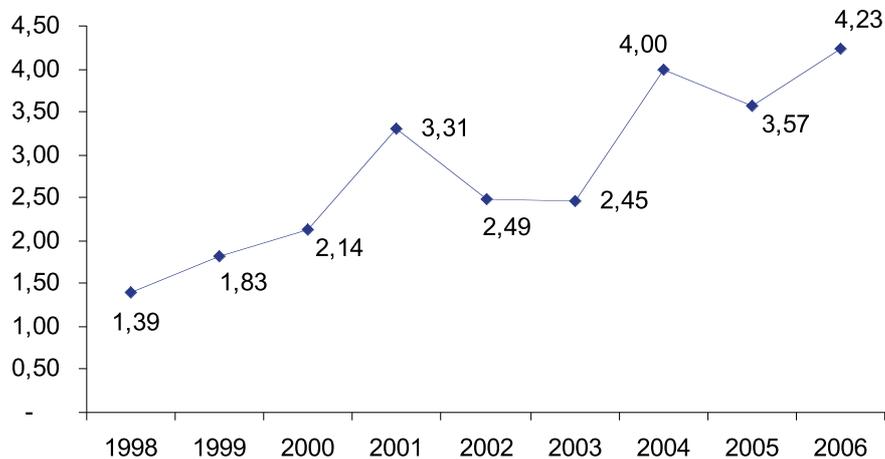
**Gráfico 2 - Número de candidatos ao mestrado da ENCE, 1998-2006**



Fonte: ENCE – Dezembro de 2006

A importância do crescimento do número de candidatos ao mestrado reside no aumento da relação candidato-vagas de 1,39 em 1998 para 3,57 em 2005 e 4,23 em 2006, como demonstra o gráfico 3, permitindo que haja maiores opções para a seleção, com uma adequação mais apropriada ao perfil desejado dos alunos.

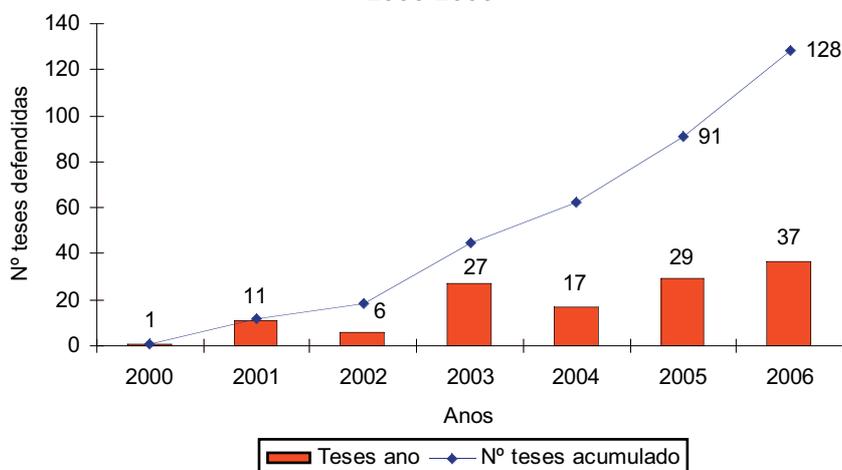
**Gráfico 3 - Relação candidatos/vagas ao mestrado da ENCE, 1998-2006**



Fonte: GCR ENCE  
Fonte: ENCE – Dezembro de 2006

Em 2006, o mestrado teve 37 dissertações defendidas, número recorde absoluto do mestrado, que reflete um dos bons resultados das medidas adotadas para o acompanhamento e monitoramento dos alunos, assim como o esforço dos professores orientadores no sentido de cobrança da conclusão do trabalho de dissertação.

Os números do gráfico 4 demonstram a consolidação do mestrado da ENCE quanto ao cumprimento de sua função de formar profissionais qualificados para a sociedade.

**Gráfico 4** - Número de defesas de dissertação do mestrado da ENCE, 2000-2006


Fonte: ENCE – Dezembro de 2006

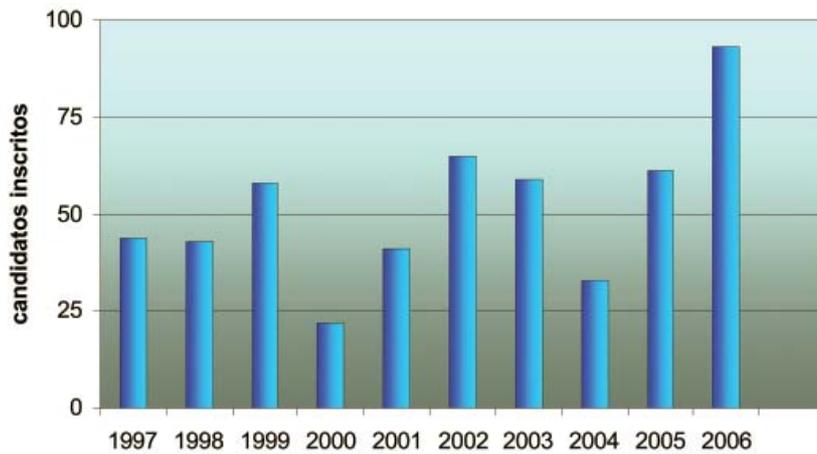
Note-se que, somada à especialização, a Pós-graduação da ENCE completou 50 defesas em 2006, o que significa que contribuímos com a formação de 37 mestres e 13 especializados.

Os professores do mestrado e pesquisadores do IBGE e de outras instituições parceiras estão envolvidos em uma série de projetos de pesquisa. No âmbito nacional, o IBGE apresentou um projeto à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, destinado a integrar o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-PROCAD. Este trabalho desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos de População-NEPO, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP tem como objetivo possibilitar o intercâmbio de professores e alunos e o fortalecimento de pesquisas conjuntas. No âmbito internacional, o mestrado da ENCE está se candidatando a uma vaga no Conselho Consultivo do *Committee for International Cooperation in National Research in Demography-CICRED*, organização fundada em 1972 e credenciada na ONU, que atua como uma plataforma de interação entre os diversos centros de pesquisa em demografia e organizações internacionais, a exemplo da Divisão de População das Nações Unidas, do Fundo de População-UNFPA, da Organização Mundial de Saúde (WHO) e da Organização para Agricultura e Alimentação-FAO.

O Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território - AAGT, que tem por objetivo aprimorar a formação e a qualificação profissional de planejadores na formulação e implementação de estratégias de apropriação e de uso dos recursos naturais orientadores dos processos de gestão e organização do espaço territorial, nas esferas pública e privada, passou por um processo de revisão, o que resultou numa grade de disciplinas com conteúdos programáticos atualizados, implantada na 9ª turma, em 2006, com início das atividades letivas no princípio do ano.

Ao longo desses dez anos, o número de candidatos para a especialização em AAGT tem sido muito variável. Como demonstra o gráfico 5, a evolução da especialização apresentou seu ápice neste exercício de 2006, com 93 candidatos inscritos.

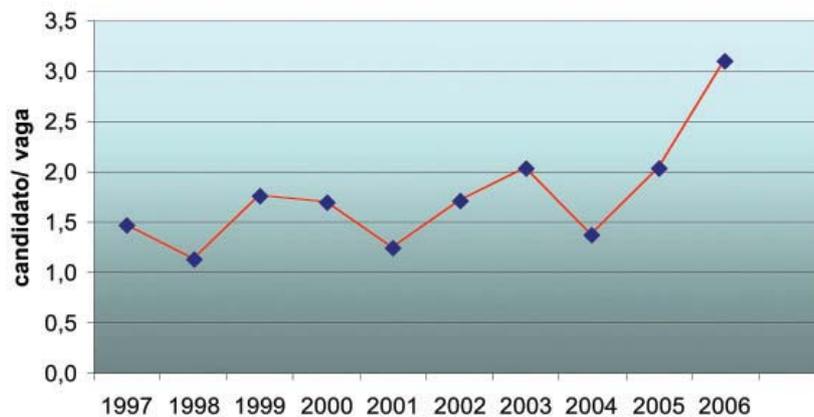
**Gráfico 5 - Evolução dos candidatos inscritos para o Curso de Especialização**



Fonte: ENCE – Dezembro de 2006

Quanto à relação candidato/vaga, apresentada no gráfico 6, nota-se um crescimento acentuado a partir de 2004, passando de 1,4 para 2,0 em 2005 e 3,1 em 2006, o que reflete o aumento da procura por cursos desta natureza. Essa relação permitiu também uma seleção com mais opções e de candidatos mais próximos do perfil desejado.

**Gráfico 6 - Relação candidato /vaga a Especialização no período 1997-2006**



Fonte: ENCE – Dezembro de 2006

OBS: Para os anos de 1997 a 2004 utilizou-se o registro de alunos matriculados

Em 2006, a Sala de Uso Público, projeto financiado pela Fundação Ford, foi reaberta e ampliou seu atendimento aos usuários, tanto às demandas internas quanto às externas, contribuindo para a difusão das pesquisas do IBGE e na ajuda aos alunos do mestrado, da especialização e da graduação.

## 4.2 Comportamento das Metas Físicas/Financeiras

### 4.2.1 Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

Quadro 15 - Metas Físicas/Financeiras por Ação do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

(continua)

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado	% Execução
			LOA 2006	LOA + CREDITOS		
4227-0001	Pesquisas Conjunturais Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	141	141	140	99,29
		Financeiro	7.012.411	6.861.418	5.279.097	76,94
4228-0001	Pesquisas Estruturais da Área Econômica Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	15	15	15	100,00
		Financeiro	2.932.020	2.932.020	2.684.008	91,54
2228-0001	Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	4	4	6	150,00
		Financeiro	3.776.821	3.776.821	2.568.549	68,01
2665-0001	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais Produto: Resultado Divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	120	120	127	105,83
		Financeiro	967.149	967.149	567.770	58,71
2236-0001	Sistema informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos Produto: Sistema implantado Unid. Medida: unidade	Físico	1	1	1	100,00
		Financeiro	14.194.579	14.194.579	11.592.211	81,67
2230-0001	Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas Produto: Usuário Atendido Unid. Medida: unidade	Físico	7.780.000	7.780.000	14.677.955	188,66
		Financeiro	2.917.785	2.917.785	2.656.267	91,04
2229-0001	Mapeamento Topográfico de Referência Produto: Mapa divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	700	700	1.101	157,29
		Financeiro	1.765.046	1.916.039	832.973	43,47
2231-0001	Sistema Geodésico Brasileiro Produto: Estação geodésica mantida/implantada Unid. Medida: unidade	Físico	1.556	1.556	3.680	236,50
		Financeiro	967.149	967.149	865.621	89,50
5288-0001	Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho Produto: Pesquisa implantada Unid. Medida: % de execução física	Físico	1	1	0	0,00
		Financeiro	91.714	91.714	0	0,00
11DU-0001	Conferências Nacionais de Estatísticas e Geociências – CONFEST e CONFEGE Produto: Conferência realizada Unid. Medida: unidade	Físico	1	1	1	100,00
		Financeiro	967.149	967.149	706.628	73,06
5280-0001	Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Produto: Modelo Implantado Unid. Medida: % de execução física	Físico	13	13	9,90	76,15
		Financeiro	1.980.466	1.980.466	1.508.850	76,19
11GJ-0001	Elaboração de Sistema de Indicadores de Direitos Humanos Produto: Indicadores de Direitos Humanos elaborado Unid. Medida: % de execução física	Físico	25	25	3,50	14,00
		Financeiro	196.000	196.000	9.323	4,76
3596-0001	Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia Produto: Sistema implantado Unid. Medida: % de execução física	Físico	6	6	6	100,00
		Financeiro	300.000	300.000	298.706	99,57
11EF-0001	Mudança do Referencial Geodésico Produto: Sistema implantado Unid. Medida: % de execução física	Físico	8	8	8	100,00
		Financeiro	400.000	400.000	342.462	85,62

**Quadro 15 - Metas Físicas/Financeiras por Ação do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas**

(conclusão)

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado	% Execução
			LOA 2006	LOA + CREDITOS		
1793-0001	Implantação do Índice de Preço do Produtor Produto: Índice Implantado Unid. Medida: % de execução física	Físico	16	16	7,45	46,56
		Financeiro	161.962	161.962	75.434	46,58
11GS-0001	Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre condições de Vida - HD TAL Produto: Sistema Implantado Unid. Medida: % de execução física	Físico (2)	1	1	0	0,00
		Financeiro	45.000	45.000	0	0,00
5290-0001	Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações Produto: Metodologia implantada Unid Medida: % de execução física	Físico	27	27	4	14,81
		Financeiro	1.019.200	1.019.200	150.000	14,72
11GS-0001	Pesquisa de Orçamento familiares Produto: Pesquisa Realizada Unid. Medida: % de execução física	Físico	40	40	0	0,00
		Financeiro	4.931.132	4.931.132	0	0,00
4641-0001	Publicidade de Utilidade Pública (1)	Financeiro	10.000	10.000	0	0,00

Fonte: SIGPlan – janeiro 2007 e SIAFI – janeiro 2007

(1) - Ação Padronizada: não possui meta física

(2) – Consta meta física na LOA2006 e não consta meta física no SIGPlan

## 4.2.2 Programa Recenseamentos Gerais

**Quadro 16 - Metas Físicas / Financeiras por Ação do Programa Recenseamentos Gerais**

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado	% Execução
			LOA 2006	LOA + CREDITOS		
11JV	Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios Produto: Cadastro implantado Unid. Medida: % execução física	Físico	10	10	4,17	41,73
		Financeiro	2.644.648	2.644.648	1.164.957	44,05
11IA	Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo Produto: Estudo realizado Unid. Medida: % execução física	Físico	1	1	0,27	27,50
		Financeiro	200.000	200.000	54.917	27,46
11KI	Estudo para Atualização Contínua da Base Territorial Produto: Estudo concluído Unid. Medida: % execução física	Físico	1	1	0	0,00
		Financeiro	590.000	590.000	0	0,00
1779	Censo Agropecuário 2006 Produto: Censo realizado Unid. Medida: % execução física	Físico	2	2	0,64	31,85
		Financeiro	9.613.762	86.589.942	71.681.369	82,78
1A91	Contagem da População 2006 Produto: Resultados preliminares e definitivos Unid. Medida: % execução física	Físico	0	0	0	0,00
		Financeiro	0	81.578.120	74.908.797	91,82
5292	Planejamento do Censo Demográfico 2010 Produto: Plano de Ação elaborado Unid. Medida: % execução física	Físico	1	1	0,19	19,40
		Financeiro	537.745	537.745	104.170	19,37

Fonte: SIGPlan – Janeiro de 2007 e SIAFI – Janeiro de 2007

## 4.2.3 Programas e Ações do IBGE pertencentes à Outros Órgãos da Administração Pública Federal

### A) Programa Apoio Administrativo

**Quadro 17 - Metas Físicas / Financeiras do Programa Apoio Administrativo**

Código	Descrição da Ação	Tio	Previsto		Realizado	% Execução
			LOA 2006	LOA + CREDITOS		
2000-0001	Administração da Unidade (1)	Financeiro (3)	49.425.257	49.787.773	46.075.993	92,55
4572-0001	Capacitação do Servidor Público Federal em Processo de Qualificação e Requalificação. Produto: Servidor Capacitado Unid. Medida: Unidade	Físico	1.200	1.200	1.466	122,17
		Financeiro	987.285	987.285	854.599	86,56
2012-0001	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados. Produto: Servidor Beneficiado Unid. Medida: Unidade	Físico (2)	9.100	9.100	8.846(4)	97,21
		Financeiro	15.723.708	15.723.708	15.074.541	95,87
2004-0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes Produto: Pessoa beneficiada Unid. Medida: Unidade	Físico (2)	35.000	35.000	22.220(4)	63,49
		Financeiro	17.060.502	17.060.502	14.059.814	82,41
2011-0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados. Produto: Servidor Beneficiado Unid. Medida: Unidade	Físico (2)	5.500	5.500	5.352(4)	97,31
		Financeiro	6.874.680	6.874.680	6.754.206	98,25
2010-0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados. Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida Unid. Medida: Unidade	Físico (2)	650	650	676(4)	103,94
		Financeiro	694.200	694.200	508.285	73,22
1D90	Aquisição de Imóvel para a Fundação IBGE Produto: Imóvel adquirido Unid. Medida: Unidade	Físico	1	1	1	100,00
		Financeiro	11.440.000	11.440.000	11.427.000	99,89

Fonte: ENCE – DE/CRH e SIAFI – janeiro 2007

- (1) Ação Padronizada: não possui metas físicas  
 (2) Quantidade prevista em Lei = Quantidade mensal não cumulativa  
 (3) Sem os valores referentes Grupo de Despesa PESSOAL  
 (4) Média da execução física mensal no exercício de 2006

### B) Programa Universidade do Século XXI -

#### Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências

**Quadro 18 - Metas Físicas / Financeiras Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências**

Código	Descrição da Ação	Tio	Previsto		Realizado	% Execução
			LOA 2006	LOA + CREDITOS		
8547-0001	Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências. Produto: Aluno matriculado Unid. Medida: Unidade	Físico (1)	300	300	325 (2)	108,33
		Financeiro	516.123	516.123	215.121	41,68

Fonte: ENCE – janeiro 2007; SIGPlan – janeiro 2007

- (1) Quantidade prevista em lei = Quantidade Mensal  
 (2) Média da execução física mensal no exercício de 2006

**C) Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica - Ação Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências**

**Quadro19 - Metas Físicas / Financeiras - Ação Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências**

Código	Descrição da Ação	Tio	Previsto		Realizado	% Execução
			LOA 2006	LOA + CREDITOS		
8015-0001	Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências. Produto: Aluno matriculado Unid. Medida: Unidade	Físico (1)	110	110	131 (2)	119,00
		Financeiro	460.830	460.830	224.682	48,76

Fonte: ENCE – janeiro de 2007; SIGPlan – janeiro de 2007

(1) Quantidade prevista em lei = Quantidade mensal não cumulativa

(2) Média de execução física mensal no exercício de 2006

## 4.3 Análise dos Resultados dos Indicadores

O gráfico 7 apresenta uma série histórica que permite a visualização do cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período de 2003 a 2006. Cabe destacar que a Instituição atingiu o valor de 99,52% e 100,00%, respectivamente no primeiro e segundo semestres de 2006, o que indica um aumento da eficácia no atingimento das metas estabelecidas. Tendo em conta os resultados apresentados, pode-se considerar que a Instituição cumpriu a sua missão de oferecer ao Governo e a Sociedade informações necessárias ao conhecimento da realidade do País, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.



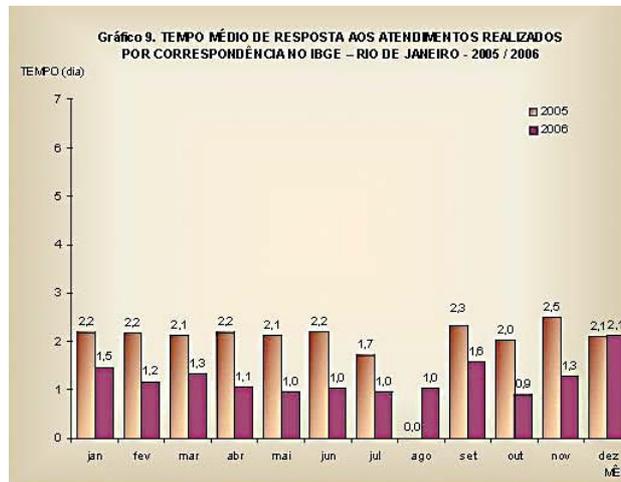
Fonte: Resoluções do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes à Avaliação Institucional, no período de 2003 a 2007.

O IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações. As demandas dos usuários vêm aumentando a cada ano em função do crescimento de acessos ao Portal do IBGE na Internet. O gráfico 8 indica que houve um aumento de 43,15% de usuários atendidos em 2006, quando foram feitos 14.677.955 atendimentos.



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, Acesso em janeiro de 2007

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo de Resposta – Médio é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento.

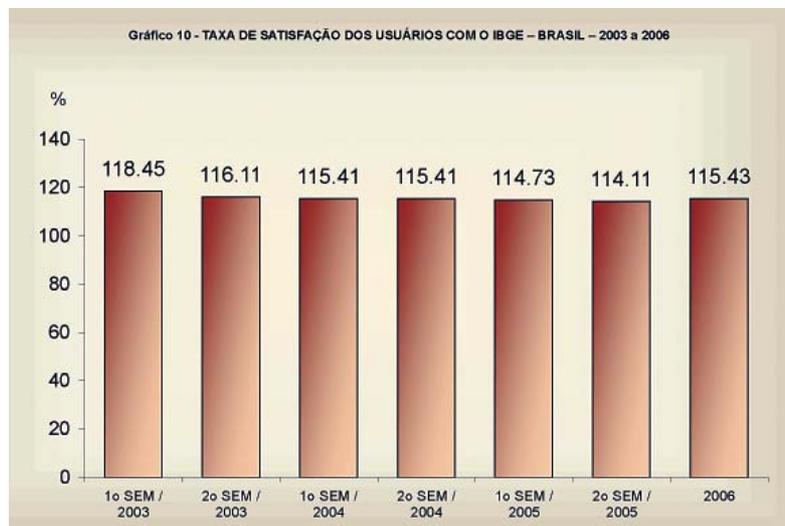


Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2007

Na comparação entre os resultados alcançados em 2005 e 2006 (gráfico 9) observa-se em uma análise global dos resultados a melhoria da eficiência no atendimento, pois o tempo médio de resposta anual referente ao ano de 2006 diminuiu. Parte da redução do tempo médio de atendimento por correspondência em 2006, deve-se à implementação de melhorias no sistema de atendimento.

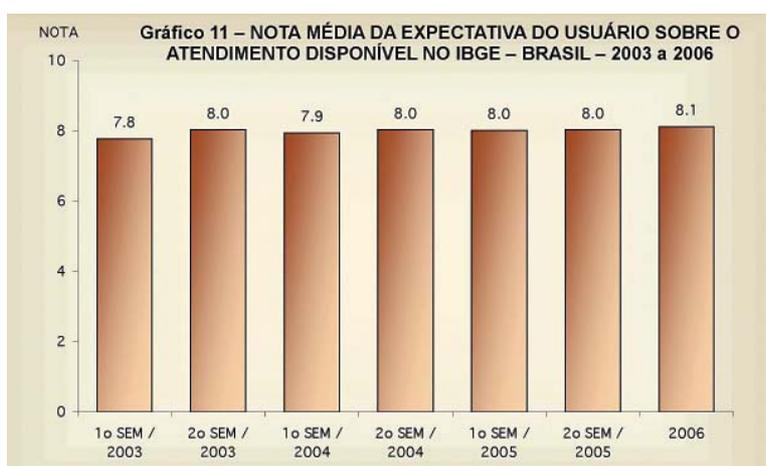
Os indicadores Taxa de Satisfação, de Expectativa e de Avaliação do Usuário permitem uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados utilizados no cálculo desses indicadores foram obtidos por meio da Pesquisa de Satisfação realizada a cada semestre até 2005 e anual a partir de 2006, o que significa que eles refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação pouco superiores a 100%; tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido. Os resultados das sete Pesquisas de Satisfação dos Usuários realizadas (gráfico 10) mostram taxas que confirmam elevado grau de satisfação dos usuários com os serviços oferecidos.



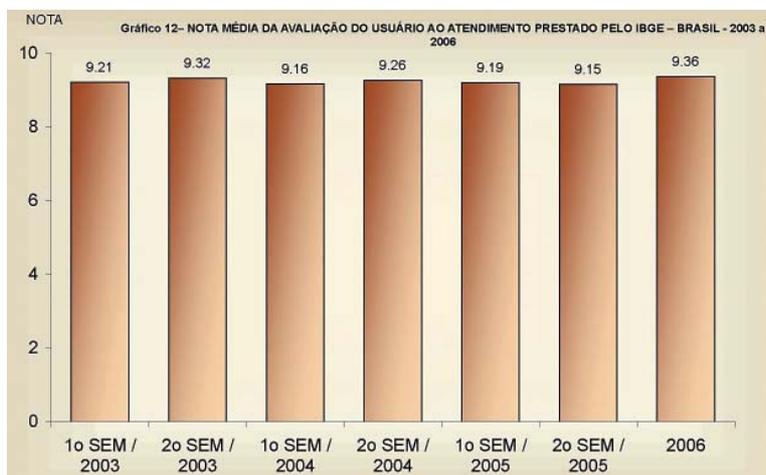
Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2007  
Nota: A periodicidade deste indicador passou a ser anual a partir de 2006.

Os resultados do indicador referente à Expectativa dos Usuários quanto ao atendimento (gráfico 11) apresentam índices satisfatórios no período de 2003 a 2006, o que reflete a excelente imagem que o cidadão-usuário tem sobre a Instituição. Cabe ressaltar que o IBGE vem mantendo junto a sociedade uma imagem de qualidade, observada através dos altos níveis de expectativa do Usuário.



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2007  
 Nota: A periodicidade deste indicador passou a ser anual à partir de 2006.

Observa-se, no gráfico 12, que as avaliações médias do atendimento, nas sete Pesquisas de Satisfação realizadas, apresentaram resultados próximos à nota máxima, o que reforça os índices obtidos para o indicador referente à Taxa de Satisfação do Usuário e demonstram que o atendimento realizado ficou acima das expectativas.



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2007  
 Nota: A periodicidade deste indicador passou a ser anual à partir de 2006.

Os resultados apresentados para os indicadores da Taxa de Satisfação, de Expectativa e de Avaliação dos Usuários mostram que o IBGE está oferecendo serviços com qualidade e que deve continuar aperfeiçoando suas atividades de atendimento, com o objetivo de atingir e manter um padrão de excelência e, também, que a Instituição tem ótimo conceito de sua imagem perante a sociedade, mas deve continuar trabalhando constantemente na sua melhoria.

# 5

## Análise Orçamentária e Financeira

## 5.1 Execução Orçamentária e Financeira

Os recursos aprovados inicialmente na LOA2006 para o IBGE, no valor total de R\$796.165.664, atingiram, ao final do exercício, o montante da dotação autorizada no valor de R\$ 1.051.306.921, o que significa um acréscimo de R\$ 255.141.257, ou seja, 32,04%. Esses recursos foram captados nas formas de crédito especial reaberto de 2005 no valor de R\$22.440.000, de crédito extraordinário no valor de Rr\$ 147.554.300 – ambos voltados às Ações Censo Agropecuário 2006, Contagem da População 2006 e Aquisição de Imóvel, e de créditos suplementares no valor de R\$ 85.146.957 contemplando, neste caso, as Ações Administração da Unidade, Pagamento de Pensões e Aposentadorias, Contribuição da União, e Cumprimento de Sentenças Judiciais.

Cabe ressaltar que deste acréscimo orçamentário foram alocados R\$ 84.793.724 no grupo de despesa PESSOAL, R\$ 28.230.717 em ODC, e R\$ 142.116.816 (55,70% do recurso), em INVESTIMENTO, como detalhado no quadro 20.

Do total autorizado, R\$ 1.051.306.921, para o exercício, foram à conta de precatórios, o valor de R\$ 8.495.662 e à conta de inativos e pensionistas o valor de R\$ 250.000, tendo sido recebido das administrações direta e indireta o montante de R\$ 6.102.559 para atender as despesas de convênios. Assim, o IBGE contou com uma disponibilidade de crédito, entre ingresso e transferência, na ordem de R\$1.048.913.818. Destes, foram executados R\$ 996.373.778, deixando-se de executar R\$ 52.540.040.

**Quadro 20 - Modificações na LOA 2006**

Ação	Fonte	GND	LOA 2006 (a)	Dotação Autorizada (b)	Modificação (b-a)
Pesquisas Conjunturais			7.012.411	6.861.418	-150.993
	0100	3	5.692.411	5.692.411	-
	0281	3	1.320.000	1.169.007	-150.993
Mapeamento Topográfico de Referência			1.765.046	1.916.039	150.993
	0100	3	1.765.046	1.765.046	-
	0281	3	-	150.993	150.993
Censo Agropecuário 2006			9.613.762	86.589.942	76.976.180
	0100	3	7.013.762	7.013.762	-
	0300	3		11.040.000	11.040.000
	0100	4	2.600.000	2.600.000	-
	0300	4	-	65.936.180	65.936.180
Contagem da População			0	81.578.120	81.578.120
	0300	3	-	17.200.000	17.200.000
	0300	4	-	64.378.120	64.378.120
Administração da Unidade			370.017.664	417.911.697	47.894.033
	0100	1	320.592.407	368.124.284	47.531.877
	0100	3	43.673.175	43.673.175	-
	0250	3	906.290	906.290	-
	0100	4	4.835.792	4.835.792	-
	0250	4	-	362.516	362.516
	0100	5	10.000	10.000	-
Contribuição da União, de suas Autarquias, Fundações p/ o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Púb.Federais	0100	1	62.505.340	72.179.240	9.673.900
Aquisição de Imóvel / a Fundação IBGE			0	11.440.000	11.440.000
	0250	4	0	11.440.000	11.440.000
Pagamento de Aposentadorias e Pensões			244.505.462	271.894.442	27.388.980
	0100	1	36.756.496	64.145.476	27.388.980
	0156	1	114.988.666	114.988.666	-
	0169	1	92.760.300	92.760.300	-
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (precatórias) devido pela União, Autarquias e Fundações Publicas			8.055.978	8.245.662	189.684
	0100	1	7.864.397	8.063.364	198.967
	0100	3	191.581	182.298	-9.283,00
<b>TOTAL</b>					<b>255.140.897</b>

Fonte: Prestação de Contas 2006 – IBGE/COF – Fevereiro 2006

Para a compreensão da gestão dos recursos orçamentários executados no exercício de 2006 pelo IBGE, na consecução dos projetos e atividades sob sua responsabilidade, faz-se necessário registrar que a Lei Orçamentária Anual – LOA 2006 foi aprovada somente em 16 de maio de 2006; o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MP definiu, somente em junho de 2006, através do Ofício 120/GAB/SPO/SE/MP, as cotas de limites para a Instituição; tendo o IBGE, dessa forma, trabalhado com duodécimos no primeiro semestre de 2006.

Portanto, com a definição orçamentária para execução das ações somente em junho e devido à incerteza da amplitude do contingenciamento para o exercício, o IBGE optou por dar prioridade às atividades regulares, deixando a execução dos projetos para o momento em que se tivesse conhecimento do orçamento da Instituição, o que aconteceu apenas no segundo semestre. Isso justifica a baixa execução dos projetos no exercício de 2006, tais como: Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, Elaboração de Sistema de Indicadores de Direitos Humanos, Implantação do Índice de Preço ao Produtor, Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias na Produção de Informações – no Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas; e Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo, Planejamento do Censo Demográfico 2010, e Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios – no Programa Recenseamentos Gerais.

Ainda no que tange à execução de projetos, cabe registrar que alguns deles como Implantação da Pesquisa Nacional Contínua da Força de Trabalho, Implantação do Sistema de Informações sobre Condições de Vida-HD TAL, e Pesquisas de Orçamentos Familiares, que dependem de recursos externos, não deram início à implementação de suas atividades por conta da demora da assinatura do empréstimo com o Banco Mundial que ocorreu em outubro de 2006.

Apesar do Plano Plurianual - PPA estabelecer para o período de quatro anos as diretrizes, objetivos e metas a serem alcançados, e também da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO estabelecer as metas e prioridades do governo a cada início de ano, dando visibilidade ao IBGE do programa de trabalho a ser executado dentro do exercício, tem ocorrido nesse últimos anos um aumento de demandas de outros ministérios pelos vários temas das pesquisas do IBGE. Essas demandas, não previstas no PPA, tem sido atendidas pelo IBGE, juntamente com as pesquisas do programa básico previsto na LDO, acarretando, destarte, um aumento considerável da carga de trabalho das pesquisas na Rede de Coleta de Informações nas 27 Unidades Estaduais, que conta com o mesmo quadro de pessoal para todas as atividades de coleta.

Assim sendo, o exercício de 2006 pode ser considerado atípico, por conta do aporte de recursos de convênios de alguns ministérios e acordos de cooperação técnica, concorrendo em paralelo com o programa básico do IBGE, o que explica a atipicidade na consecução físico-financeira de algumas ações que obtiveram bom desempenho no atingimento de metas físicas com baixa execução financeira, tais como: Pesquisas Conjunturais, Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica, Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, Mapeamento Topográfico de Referência, e Sistema Geodésico Brasileiro.

Outro fator importante a este bom desempenho foi a boa gestão dos recursos como o aproveitamento da ida dos servidores lotados na Rede de Agências (pesquisa, coleta

e disseminação) a campo para a instalação das Comissões Censitárias Municipais - CCM, com recursos dos Censos, para a coleta das Pesquisas Conjunturais, aproveitando o mesmo período e distribuição geográfica. Tendo sido ainda realizados os Treinamentos/Encontros Gerenciais para as pesquisas previstas em 2006, nas áreas de indústria, comércio e serviços, índices de preços, contas nacionais, agropecuária e sociodemográfica.

A otimização do atingimento das metas físicas das Ações deveu-se também à produção de resultados extraordinários ao programa básico previsto na LOA 2006, com base em estudos e séries históricas.

Com relação às Ações desenvolvidas em Programas de outros órgãos da administração pública federal, as Ações na área de ensino como Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatísticas e Geociências e Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências apresentaram uma atingimento das metas físicas acima do previsto, sendo 103,33% e 119,5%, respectivamente, em que pese a não utilização, em sua totalidade, dos recursos orçamentários aprovados em lei. Em ambas as Ações deixaram de ser executados projetos que visam à atualização e complementação do acervo da biblioteca – para a área de Graduação, e a criação de curso de especialização em amostragem como também a revisão e reapresentação da proposta de doutorado – para a área de Pós-Graduação. Cabe ressaltar que esses projetos são de melhoria e não compõem a previsão da meta física das Ações – aluno matriculado.

Ainda na área de ensino, a Ação Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação ultrapassou em 22,17% sua previsão inicial com a utilização de 86,6% dos recursos disponíveis na LOA 2006, em virtude o desenvolvimento dos trabalhos sob novas diretrizes de treinamento, como ensino a distância (EaD) conjugado com a implementação do Programa de Treinamento Gerencial para todos os servidores com cargo comissionado no Rio de Janeiro e os titulares das Unidades Estaduais.

## 5.2 Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas

**Com** relação ao desempenho das Ações de responsabilidade do IBGE, importa ressaltar que a demora na aprovação da LOA 2006 e na definição de limites levaram a Instituição a priorizar o desenvolvimento das atividades regulares, a atender as demandas extraordinárias ao programa básico, a celebrar convênios e acordos de cooperação técnica, e, principalmente, a buscar processos alternativos para a melhoria da gestão institucional de modo a viabilizar o processo de produção de informações estatísticas e geocientíficas para o exercício.

Quanto às Ações Pesquisa de Orçamentos Familiares 2005-2006 - Código: 0796.11GU.0001, Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho - Código: 0796.5288.0001, e Implantação do Sistema de Informações para Estudo sobre Condições de Vida - HD TAL - Código: 0796.11GS.0001; um dos fatores que comprometeu o cumprimento das metas físicas previstas para 2006 foi o impasse ocasionado pela não assinatura do empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird.

Em 17/04/2006, embora o Senado Federal tenha aprovado e autorizado a contratação de crédito externo com o Banco Mundial-Bird, através da Resolução nº 3, de 25/01/2006, somente a partir da assinatura do Acordo de Empréstimo entre a República Federativa do Brasil e o Bird, em 26/10/2006, e o cumprimento dos trâmites legais previstos no contrato de empréstimo, entre eles os relativos aos Registro das Operações Financeiras – ROF junto ao Secretaria do Tesouro Nacional - STN, é que foi possível transferir recursos ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, em 27/12/2006. Com a assinatura do Acordo de Empréstimo, foram logo iniciados os procedimentos para a aquisição dos equipamentos, tendo sido inicialmente estabelecidas as especificações para a confecção do edital pelo PNUD.

Em relação ao Projeto Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações (Rede-IPEA) - Código: 0796.5290.0001, a demora na aprovação da LOA2006 e na definição de limites impossibilitou a execução integral do projeto BRA/04/052, já que o seu encerramento estava previsto para 31 de outubro de 2006, não permitindo que houvesse tempo hábil para a execução das atividades previstas, havendo liberação de créditos para a Ação apenas no 4º trimestre, o que justifica a baixa execução físico-financeira demonstrada no quadro acima.

No exercício de 2006, houve uma prorrogação do Projeto BRA para a contratação de consultores até 2007, com autorização do Banco Interamericano de Desenvolvimento-

BID, especificamente para as pesquisas Sistema de Contas Nacionais e Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias.

Em relação ao Programa Recenseamentos Gerais - Código:1059, a Ação Censo Agropecuário 2006 não cumpriu integralmente as suas metas físicas e financeiras. Com relação às metas financeiras cabe informar que a operação censitária foi definida somente no final de 2005 - com aporte de créditos extraordinários, fazendo com que o cumprimento das etapas de planejamento, definição da logística do projeto e a preparação da infraestrutura necessária à operação tenham demandado um tempo maior durante o exercício de 2006, impedindo a execução do orçamento em tempo hábil, havendo, por outro lado, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se comprometido a repassar o recurso em 2007. Quanto às metas físicas, estas ficaram comprometidas em seu atingimento em face da não realização de treinamento de 370 técnicos das Unidades Estaduais, inicialmente programada para dezembro de 2006 e posteriormente reprogramada para janeiro de 2007. Cabe ressaltar que este treinamento deverá atender também a Ação Contagem da População 2006, em operação conjunta.

Com referência à Ação Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios, a diferença que se observa entre a execução financeira (Total realizado) e o total de gastos previstos se deve ao fato de que o orçamento de 2006 desta Ação, elaborado em meados de 2005, quando ainda havia incerteza quanto à realização das ações Censo Agropecuário e Contagem da População, tomou em conta diversas ações de atualização de endereços que seriam necessárias para a construção do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos. No entanto, a decisão de se realizar a Contagem da População, em 2007, eliminou a necessidade de várias ações de atualização, vez que a coleta de dados da Contagem da População representará oportunidade de atualização completa dos endereços dos municípios abrangidos. Assim, o Projeto foi redirecionado para o preparo de listas prévias de endereços para suporte à coleta de dados da Contagem da População. Desta forma, não foi necessário aplicar parte dos recursos orçamentários inicialmente previstos.

## 5.3 Transferências de Recursos (convênios e outros meios)

No quadro 21 são apresentados os detalhamentos dos convênios vigentes em 2006. A seguir são mencionados alguns resultados alcançados por meio desses convênios firmados pelo IBGE.

A divulgação dos volumes com resultados das investigações de três suplementos da PNAD que foram a campo em 2004, a saber: “Segurança Alimentar” - viabilizado através do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS; “Aspectos Complementares de Educação” - em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, que investigou características adicionais das crianças e adolescentes relativamente à educação; e “Transferências de Renda de Programas Sociais” - que levantou, nas unidades domiciliares, o acesso a algumas transferências de rendimentos proporcionadas por programas sociais governamentais.

Como marco inicial do processo de organização e construção de um sistema integrado de informações estatísticas e indicadores da cultura, em 2006, o IBGE divulgou a publicação “Sistema de Informações e Indicadores Culturais”. O estudo, fruto de convênio entre o IBGE e o Ministério da Cultura, apresenta, dentre outros resultados, uma análise dos indicadores selecionados para caracterização desse setor produtivo, não só no tocante aos aspectos econômicos da produção de bens e serviços culturais, como no que diz respeito aos gastos realizados pelas famílias brasileiras com a aquisição desses produtos e às despesas orçamentárias e do governo com a administração, operação e suporte dos órgãos de cultura no País, e, também, com relação ao perfil socioeconômico da população ocupada em atividades ligadas à cultura. O estudo explorou as bases de dados do IBGE a partir das diversas pesquisas que tratam direta ou indiretamente de aspectos que podem ser relacionados com o campo da cultura. O sistema de informações culturais pretende servir como base para a formulação de políticas em diferentes esferas da gestão pública e também como fonte de informação consolidada para os usuários em geral.

Contribuindo para suprir a carência de informações no campo do Esporte, o IBGE divulgou, em 2006, duas publicações que apresentam os resultados de pesquisas levadas a campo como fruto de convênio com o Ministério do Esporte, quais sejam, o Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004 e a Pesquisa de Esporte / Governo do Estado – que apresentam dados referentes à atividade esportiva no País sob a responsabilidade da esfera pública. As informações fornecem subsídios para a elaboração de um amplo diagnóstico sobre o esporte no País e para a formulação e implementação de políticas públicas para o setor.

No contexto da exploração das bases de dados do IBGE, inclusive a do Censo Demográfico 2000, cabe destacar a celebração de convênio com a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que veio permitir o desenvolvimento de estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com existência de comunidades remanescentes de quilombos. O trabalho possibilitará identificar e mapear tais comunidades, em âmbito nacional, levantando a distribuição espacial das comunidades já reconhecidas, além daquelas que possam vir a ser eventualmente localizadas. A divulgação dos resultados desse trabalho está prevista para 2007.

Com o objetivo básico de revelar o perfil da capacidade instalada em saúde no Brasil, foi possível dar continuidade ao projeto de desenvolvimento da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS, através de convênio firmado com o Ministério da Saúde, que investiga todos os estabelecimentos de saúde existentes no País que prestam assistência à saúde individual ou coletiva, públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, em regime ambulatorial ou de internação, incluindo aqueles que realizam exclusivamente serviços de apoio à diagnose e terapia e controle regular de *zoonoses*.

No plano nacional, o IBGE apresentou à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES um projeto de parceria com o Núcleo de Estudos de População-NEPO, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, para o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-PROCAD, em implementação, cujo objetivo é possibilitar o intercâmbio de professores e alunos e o fortalecimento de pesquisas conjuntas.

**Quadro 21 – Transferência de Recursos (Convênios e Outros meios)**

Tipo	Código Siasi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença (*)	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor total Recebido/ Transferido no exercício	Contra-Partida	Benefic. (Razão Social ou CNPJ)
Convênio	374696	Processo nº 03606.000502.99-2; vigência: 22/05/1998 a 31/10/2007	Melhoria da qualidade e atualização das estatísticas econômicas básicas necessárias à definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do País, pela modernização dos procedimentos de coleta, processamento e análise de informações econômicas e capacitação do quadro técnico do IBGE nesses procedimentos	10/1/02	9,790,492.20	150,000.00	-	PNUD 03.723.329/0001-79
Acordo Cooperação Técnica	576618	Processo nº 03606.000897/2005-63; vigência: 23/12/2005 a 31/12/2007	Assistir ao Governo no desenvolvimento da capacidade institucional para monitorar o progresso e o impacto das políticas sociais, etapa crítica para institucionalização do gerenciamento baseado em resultados	12/23/05	3,496,009.50	3,496,009.50	174,800.00	PNUD 03.723.329/0001-79
Convênio	511692	Processo nº 71000.004955/2004-16 (03606.000518/2004-54); portaria nº 146/2004; vig.:18/10/04 a 31/05/08	Apoio ao desenvolvimento de pesquisa específica, em forma de suplemento, para investigar informações sobre dimensões de segurança e insegurança alimentar em nível domiciliar, a ser incluída na pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD	10/28/04	2,000,000.00	-	6,543,859.00	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	483437	Processo nº 25000.027932/2003-81; nº original: 33/2003; vigência: 14/10/2003 a 23/09/2007	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para Investigação de Acesso e Utilização de Serviços de Saúde no Brasil	10/15/03	2,191,250.00	-	-	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	509330	Processo nº 25000.019158/2004-16; portaria nº 154/2004; vig.: 09/08/04 a 31/01/07	Continuidade do Projeto de Desenvolvimento da Pesquisa de Assistência Médico-sanitária - AMS-04	8/19/04	1,499,890.00	46,450.91	1,435,964.24	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	456408	Processo nº ADM0374/02-4; 03601.000635/2002-04; vigência: 05/07/2002 a 30/03/2006, nº original: DS-022/2002	Formação de especialista em nível de Mestrado e Doutorado, nas áreas de Ciência, Tecnologia e Cultura que possuem cursos de pós-graduação Stricto Sensu recomendados pelo sistema de acompanhamento e avaliação da CAPES	7/18/02	196,265.68	11,970.00	-	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	465082	Processo nº ADM0389/02-0; 03601.000092/2004-29; vigência: 06/07/2002 a 30/05/2006; nº original: PROAP-10-05/2002	Proporcionar melhores condições às instituições de ensino de nível superior para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento científico nos cursos de pós-graduação Stricto Sensu	9/23/02	297,196.24	4,216.66	-	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	-	Portaria nº 33/2006, de 29/03/2006; vigência: 03/2006 a 02/2007	Formação de especialista em nível de Mestrado e Doutorado, nas áreas de Ciência, Tecnologia e Cultura que possuem cursos de pós-graduação Stricto Sensu recomendados pelo sistema de acompanhamento e avaliação da CAPES	7/6/06	90,288.00	72,480.00	-	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	-	Portaria nº 33/2006, de 29/03/2006; vigência: 03/2006 a 02/2007	Proporcionar melhores condições às instituições de ensino de nível superior para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento científico nos cursos de pós-graduação Stricto Sensu	7/6/06	23,000.00	19,166.70	-	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	-	Portaria nº 631/2005; processo nº 71000.01381/2005-17 (03606.000165/2005-73); vigência: 11 meses	Apoio ao plano de trabalho do suplemento sobre a assistência social junto à Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC	16/12/2005.	1,660,000.00	1,660,000.00	1,943,816.00	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	-	Portaria nº 631/2005; proc. 71000.01381/2005-17 (03606.000166/2005-18); vig.: 08/2006 a 09/2007	Apoio ao plano de trabalho do suplemento sobre a assistência social privada sem fins lucrativos junto à Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC	8/11/06	2,021,360.00	2,021,360.00	2,808,140.00	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	-	Portaria nº 631/2005; proc. 71000.01381/2005-17 (03601.000815/2006-10); vig.: 09/2006 a 08/2008	PNAD/2006 - trabalho infantil	10/5/06	1,498,000.00	1,498,000.00	2,594,853.00	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	-	Processo nº 00041.000807/2006-60 (03606.000158/2006-52); vig.: 12/06/06 a 12/06/07	Estudos sócio-econômicos e análises espaciais em municípios com existência de comunidades remanescentes de quilombos	7/10/06	99,200.00	99,200.00	-	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	-	Portaria nº 067/ de 08/08/2006; processo nº 01400.002080/2006-91 (03606.000575/2004-33); vigência: 13 meses	Projeto "Suplemento de Cultura - Pesquisas de Informações Básicas Municipais 2006"	8/14/06	1,760,000.00	1,760,000.00	1,943,816.00	IBGE 33.787.094/0001-40
Convênio	-	Portaria nº 233 de 29/06/2006; processo nº 03606000642/2004-10; vigência: 12 meses	Projeto que define o plano de trabalho das ações de aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta de informação e gestão do cadastro único dos programas sociais	7/3/06	161,040.00	161,040.00	126,000.00	IBGE 33.787.094/0001-40
<b>TOTAL</b>					<b>26,783,991.62</b>	<b>10,999,893.77</b>	<b>17,571,248.24</b>	<b>-</b>

Fonte: COF – FEVEREIRO 2007

(\*) - Todas as Avenças encontram-se ADIMPLENTES.

## 5.4 Entidades de Previdência Privada Patrocinadas

### 5.4.1 Identificação da Entidade

**A** Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade – SIAS, CNPJ 33.937.541.0001/08, foi criada em 1979 com objetivo de fornecer aos então empregados do IBGE, sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, entre outros benefícios, uma complementação do valor de aposentadoria, de modo a garantir, quando aposentados, uma remuneração bem próxima àquela percebida quando ainda em atividade.

### 5.4.2 Demonstrativo Anual

- 5.4.2.1** O valor total da folha de pagamento dos empregados participantes é de R\$ 35.731.630,09 (trinta e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta reais e nove centavos);
- 5.4.2.2** As contribuições pagas pelos empregados participantes em 2006 totalizaram R\$ 366.239,08 (trezentos e sessenta e seis mil duzentos e trinta e nove reais e oito centavos);
- 5.4.2.3** Não há participação do IBGE, como patrocinadora, no Plano Regime Jurídico Único – RJU.
- 5.4.2.4** Em junho de 2006 o IBGE pagou a SIAS o montante de R\$ 10.208.021,00 (dez milhões, duzentos e oito mil e vinte e um reais), referentes a 5ª parcela acrescida de resíduo da 4ª (quarta) parcela, do Instrumento Particular de Transação para Reconhecimento de Dívida e respectivo parcelamento firmado entre SIAS e IBGE, com vistas à integralização das Reservas a Amortizar (denominação atual “Provisão Matemática a Constituir”), referente ao tempo de serviço passado dos participantes aposentados até a implantação do Regime Jurídico Único (RJU),
- 5.4.2.5** A partir de 1991, por força da Lei n.º 8112, de dezembro de 1990, que instituiu o Regime Jurídico Único – RJU, o IBGE deixou de repassar à SIAS o valor correspondente à obrigação do empregador, parcela constituinte da formação dos recursos destinados a manter as obrigações estatutárias junto aos seus participantes. A interrupção da transferência de recursos do IBGE à SIAS foi determinada pela migração de todo o quadro de empregados da Fundação do regime

CLT para o RJU, regime no qual o servidor, ao passar à inatividade, adquire o direito de manter a mesma remuneração obtida quando em atividade.

Com a criação, na SIAS, de fundos constituídos para este fim, o IBGE passou então a patrocinador de fundos de complementação da aposentadoria para algumas situações em que o RJU não prevê a integralidade do valor do pagamento antes percebida pelo servidor. É importante observar que esses fundos não prevêm qualquer custo para o IBGE.

No ato de criação da SIAS, o IBGE assumiu o compromisso relativo à complementação das reservas matemáticas, referentes ao período anterior à criação da entidade, dos funcionários que aderissem ao plano de aposentadoria complementar que estava sendo constituído. Essas reservas deveriam ser constituídas através de um recolhimento à SIAS, mensalmente, de determinado valor indicado por cálculo atuarial. Assim, como em 1991 já existiam empregados aposentados, participantes da SIAS, e recebendo complementação aos valores pagos pela Previdência Social, essa obrigação permanecia.

Por determinação da Secretaria Federal de Controle foi solicitada uma auditoria atuarial externa que reavaliasse o montante da dívida do IBGE correspondente a tais reservas, tendo em vista a nova situação da entidade. Essa auditoria determinou o novo montante a ser pago e a Secretaria de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social, exigiu em 2001 a assinatura de documento formal, que garantisse à SIAS o recebimento daqueles valores. Dessa forma, foi assinado em 16 de maio de 2002 um Instrumento Particular de Transação para reconhecimento de dívida e respectivo parcelamento a ser paga pelo IBGE na forma de oito parcelas anuais e consecutivas.

O termo de reconhecimento da dívida prevê uma dívida total de R\$38.920.948,59 (trinta e oito milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e nove centavos), preços de setembro 2000, a ser paga em 8 (oito) parcelas anuais e consecutivas, acrescidas de correção monetária aferida pelo INPC mais juros de 6% ao ano. O processo contou com a anuência do Ministério do Planejamento, Secretária de Previdência Complementar e Secretaria de Orçamento e Finanças para formalização e assinatura do contrato entre as partes.

**5.4.2.6**

O Tipo de aplicação (segmento) dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da SIAS (RGRTs) constituídos por seu Programa de Investimentos (posição em 31/12/2006), em atendimento ao disposto na Resolução CMN N° 3.121/03, de 25 de setembro de 2003, bem como ao disposto na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da SIAS, na forma da legislação vigente e de seu Estatuto, encontra-se discriminado no Quadro a seguir.

Quadro 22 – Valores por Tipo de Aplicação

SEGMENTO	DEZEMBRO 2006		RENTABILIDADE - DEZEMBRO/2006		
	SALDO	%	SIAS	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
Renda Fixa	29.922.563,98	61,93%	15,41%	15,03%	Taxa CDI CETIP
Renda Variável	4.961.336,53	10,27%	111,41%	33,71%	Ibovespa Médio
Imóveis	7.832.420,18	16,21%	46,29%	8,98%	INPC + 6% aa
Empréstimos e Financiamentos	5.600.724,26	11,59%	17,42%	8,98%	INPC + 6% aa
<b>Total dos RGRTs (*)</b>	<b>48.317.044,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>30,53%</b>	<b>8,98%</b>	<b>INPC + 6% aa</b>

Fonte: COF – fevereiro 2007

## 5.5 Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

**Com** relação ao financiamento de projetos e programas com recursos externos no exercício de 2006, detalhado no quadro 23, no que diz respeito à dívida contraída junto ao governo dos EUA por meio da AID Agency for International Development, denominada USAID, cujo registro no SIAFI - subsistema "Dívida" é o 500006-512L076, tem por finalidade a aquisição de bens no exterior. A amortização da dívida foi dividida em 42 parcelas semestrais, pelo prazo de 20 anos, sendo o último pagamento previsto para 15 de novembro de 2010.

Quanto ao Contrato de Empréstimos denominado HD-Tal, registrado no sistema sob código 501814, assinado em 23 de outubro de 2006, conta com o envolvimento do Ministério da Educação, Ministério da Saúde e o IBGE cabendo ressaltar que as operações financeiras deste empréstimo serão administradas pelo IBGE com a abertura do Registro de Operação Financeiras - ROF no Banco do Brasil.

Quadro 23 – Financiamento de Projetos financiados com Recursos Externos

Discriminação	Custo Total (1)	Empréstimo contratado (ingressos externos) (1)	Contrapartida nacional (2)	Valor das transferências de recursos		
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
Código: 500006; Finalidade: aquisição de bens no exterior. Financiador: Governo dos EUA (USA ID) - AID	3.245.388,07	3.245.388,07	0,00	Amortização e juros	232.191,40	2.256.775,97
Código: 501814 (BIRD7324-BR); Finalidade: aprimorar o sistema de pesquisas domiciliares, ampliar a disponibilização de informações estratégicas para a área social e melhorar a capacidade de produção e análise de informações destinadas ao monitoramento das políticas públicas sociais e condições de vida. Financiador: Banco Mundial (BIRD);	17104.000,00	0,00	10.690.000,00	-	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.342.988,07</b>	<b>3.245.388,07</b>	<b>10.690.000,00</b>	-	<b>232.191,40</b>	<b>2.256.775,97</b>

Fonte: SIAFI2006.

(1) Valores em Reais, convertidos pela taxa de câmbio de 31/12/2006 (dólar americano): R\$ 2,138.

(2) A contrapartida contratual não financeira refere-se à ações já conduzidas pelos órgãos envolvidos, previstos no Orçamento Geral da União e no Plano Plurianual com relação direta com os objetivos do projeto.

Em paralelo ao Contrato de Empréstimo o IBGE também assinou em dezembro de 2005, o Acordo de Cooperação com o PNUD – Prodoc nº BRA/06/002, que tem como objetivo a administração de 19,42% dos recursos oriundos deste empréstimo. O IBGE estará utilizando os créditos deste empréstimo nos projetos Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF, Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho, Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida HD-Tal, conforme planejamento do PPA.

**Quadro 24** – Demonstrativo do Acordo de Cooperação com o PNUD – Prodoc nº BRA/06/002

VALORES U\$			IBGE ( C / B )
Projeto ( A )	Empréstimo BIRD ( B )	BRA ( C )	
15.000.000	8.000.000	1.553.782	0,1942

Fonte: COF – Fevereiro 2007

## 5.6 Gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal

No exercício de 2006 o IBGE deu um grande salto no uso do cartão corporativo como veículo de pagamento. Em nível de Órgão, a adesão é de quase 100%, restando aderir, apenas, as Unidades Estaduais do IBGE em Roraima e Tocantins. No final do exercício havia um total de 1792 cartões distribuídos em todo o Brasil, correspondendo a um crescimento de mais de 2000% se comparados com o exercício de 2005, quando o cartão começou a ser implantado na Instituição, conforme se verifica no quadro 25.

Quadro 25 – Utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal por Modalidade

MODALIDADE	SUPRIMENTO DE FUNDOS EXERCÍCIO		%( C ) (AB-1)*100
	2006 ( A )	2005 ( B )	
SAQUE	2.899.176,48	98.173,00	2.853,13
FATURA	1.649.563,80	78.989,31	1.988,34
<b>TOTAL</b>	<b>4.548.740,28</b>	<b>177.162,31</b>	<b>2.467,56</b>

Fonte: SIAFI 2006

Em 2006 foram concedidos 7719 suprimentos de fundos, diluídos em 24 Planos Internos, nas modalidades cartão e conta corrente do tipo “B”, representando 0,8606% das disponibilidades de crédito do IBGE. A execução de Suprimento de Fundos está sintetizada no quadro 26, na totalização de cada grupo de PI.

Quadro 26– Utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal por Modalidade

PLANO INTERNO	SUPRIMENTO DE FUNDOS (A)	CRÉDITO NO PI (B)	%( C )
INFRA	889.213,09	859.290.186,71	0,1035
FINALÍSTICOS	5.256.475,32	33.489.686,91	15,6958
CONVÊNIOS	1.814.525,64	6.093.999,50	29,7756
CENSO	1.066.968,80	150.039.944,86	0,7111
<b>TOTAL</b>	<b>9.027.182,85</b>	<b>1.048.913.817,98</b>	<b>0,8606</b>

Fonte: SIAFI 2006

Observa-se no quadro 26, no que se refere à dotação orçamentária da Instituição, a concentração de gastos em Suprimento de Fundos nos PI’s dos grupos Finalísticos e Censo, cujas despesas estão atreladas às atividades de coletas de informações para as pesquisas estatísticas e geocientíficas. A representatividade percentual dos Convênios diz respeito a créditos específicos, que são totalmente descentralizados pelos órgãos concedentes, sendo, também, utilizados para coletas de informações.

Apesar da grande adesão, o IBGE se depara com dificuldades, que limitam o uso pleno cartão de pagamento no que diz respeito à modalidade saque. Estas dificuldades residem no fato de o sistema do Banco do Brasil identificar apenas a fonte 0100, como única para débitos dos valores sacados. O fato é que a execução orçamentária se dá em diversas fontes de recursos, detalhadas ou não, a partir da 0100. Sendo assim, quando da utilização do cartão na modalidade saque, o sistema AASP enxerga apenas a primeira fonte (a mais baixa), ou seja, a 0100 tornando, desta forma, inviável a utilização desta modalidade em atividades como execução de convênios, cujas descentralizações feitas pelos concedentes se dão em fontes detalhadas.

As peculiaridades das atividades finalísticas do IBGE demandam gastos imprevisíveis, em grande parte considerados de pequeno porte, por exemplo, pagamentos de mateiros/semoventes, aluguel de pequenas embarcações, passagens urbanas e intermunicipais, etc., faz com que o suprido necessite transitar com valores em espécie. Neste caso, para suprir tais despesas na execução de tarefas cujos recursos estejam em fontes diferentes da 0100, obrigatoriamente tem que se optar pelo uso de contas correntes do tipo "B".

**6**

## **Informações Complementares**

## 6.1 Recomendações dos órgãos do sistema de controle interno

**No** Anexo II encontram-se relacionadas todas as recomendações - produtos de auditoria da Controladoria Geral da União, com o número do relatório a que se refere, sua descrição e as providências adotadas pelo IBGE, relativo aos exercícios de 2005, 2004, 2003 e 2002. Foram também relacionadas as pendências de implementação relativas ao Acórdão/TCU nº 2.661/2005 – 1ª. Câmara.

## 6.2 Apuração de denúncias recebidas

**A** demanda do Tribunal de Contas da União no que se refere às denúncias recebidas no exercício de 2006, encontra-se detalhada no quadro 27, com todos os fatos conhecidos, revelados, divulgados e publicados que geraram processo administrativos disciplinares e/ou processos de sindicância.

Quadro 27 - Apuração de denúncias recebidas em 2006

(continua)

DENÚNCIA RECEBIDA		
Número do Processo	Fato Denunciado	Providências Adotadas
03633.000613/2006-92	Apuração de lesão ao erário- ocorrência na livreria Rio do IBGE	Instauração de PAD.
03633.001232/2006-21	Responsabilidade na comprovação de suprimento de fundos	Instauração de P.SIND.
03633.001777/2006-37	Apuração de faltas interpoladas sem justificativas ao serviço	Instauração de PAD.
03641.000586/2006-59	Apuração de irregularidade funcional apontada em carta denúncia	Instauração de P.SIND e aplicação de pena de Advertência
03652.000639/2006-11	Descumprimento de instrução de serviços referente a coleta de dados	Instauração de P.Sind.
03652.000189/2006-58	Acidente de transito, envolvendo viatura oficial	Instauração de P.SIND. - absolvição
03652.000228/2006-17	Furto de equipamento der informática	Instauração de P.SIND. - absolvição
03615.000064/2005-93	Pagamento indevido a recenseadora do Censo/2000	Instauração de P.SIND.- absolvição e ressarcimento ao erário
03615.000561/2005-91	Desaparecimento de placa de vídeo do computador SDDI	Instauração de P.SIND. - absolvição
03615.000625/2006-35	Assalto ao servidor no qual lhe foi subtraído suprimento de fundos	Instauração de P.SIND. - absolvição
03617.000038/2006-26	Colisão de veículo do IBGE	Instauração de P.SIND.
03617.000088/2006-11	Furto de Notebook	Instauração de P.SIND.
03623.000129/2006-82	Acidente envolvendo veículo oficial	Instauração de P.SIND – absolvição
03623.000128/2006-38	Indícios de irregularidades administrativa	Instauração de P.SIND. - indicação p/ instauração de PAD

**Quadro 27 - Apuração de denúncias recebidas em 2006**

(continua)

DENÚNCIA RECEBIDA		
Número do Processo	Fato Denunciado	Providências Adotadas
03623.000486/2006-41	Indícios de irregularidade administrativa	Instauração de PAD – Absolvição
03624.000246/2006-36	Irregularidade em suprimento de fundos	Instauração de P.SIND. - indicação p/ instauração de PAD
03624.000447/2006-33	Irregularidade em suprimento de fundos	Instauração de PAD
03627.000001/2006-89	Acidente com veículo do IBGE	Instauração de P.SIND. - absolvição
03627.000241/2006-83	Acidente com veículo do IBGE	Instauração de PAD – absolvição
03635.002496/2005-09	Participação de servidora em atividades alheia ao IBGE	Instauração de P.SIND. - absolvição
03635.002743/2005-69	Furto de bens moveis da Agencia SP Centro 2	Instauração de P.SIND. - absolvição
03635.000555/2006-87	Furto de POCKET 206.274	Instauração de P.SIND – absolvição
03635.002532/2005-26	Furto de POCKET 113.574	Instauração de P.Sind. - absolvição
03635.001569/2006-18	Furto de POCKET	Instauração de P.SIND.
03635.002694/2006-64	Fatos ocorridos na base territorial	Instauração de P.SIND.
03635.001273/2006-05	Furto de bens móveis da Ag. Jacarei/SP	Instauração de P.SIND. - absolvição
03635.001930/2006-14	Furto de POCKET 206497	Instauração de P.SIND.
03629.000480/2006-13	Arrombamento de AG. Cipó/BA e furto de bens materiais	Instauração de P.SIND. - não foi identificado envolvimento de servidor com o fato
03629.000723/2006-13	Desaparecimento de coletor de dados da PME – Feira de santana/BA	Instauração de P.SIND. - Arquivado por falta de Provas
03629.002619/2006-63	Irregularidades no Censo 2000 em Ilhéus/BA	Instauração de P.SIND >
03614.000005/2006-14	Arrombamento nas dependências do IBGE /RR, furto de NOTEBOOK	Instauração de P.SIND. - absolvição
03614.000007/2006-03	Acidente envolvendo veículo do IBGE	Instauração de P.SIND. - absolvição
03643.000579/2006-37	Acidente de trânsito com veículo do IBGE	Instauração de PAD.
03604.000647/2006-68	Furto de POCKET-PC de coleta de dados	Instauração de P.SIND. - Absolvição
03643.000339/2006-32	Acidente de trânsito envolvendo veículo do IBGE	Foi sugerido abertura de PAD.
03621.000007/2006-14	Atos e postura profissional do servidor Arenaldo Liustosa Neto	Instauração de PAD.
03621.000237/2006-75	Falta de comportamento ético e profissional de servidores	Instauração de PAD.
03621.00238/2006-10	Responsabilidade sobre atuação do servidor José Ribamar Pereira	Instauração de PAD
03621.000542/2006-67	Descumprimento de ordem superior, convocação para treinamento	Instauração de PAD.
03631.000135/2006-31	Acidente de Transito com Veículo do IBGE	Instauração de P.SIND. - absolvição
03631.000899/2006-26	Furto de POCKET WAY, sob guarda da servidora Karine Teixeira Pedrosa	Instauração de P.SIND. - absolvição
03604.000647/2006-68	Furto de POCKET WAY, sob a guarda do servidor André Domingos de Magalhães	Instauração de P.SIND - absolvição
03601.001213/2006-14	Furto de POCKET, sob a guarda de Paulo Cesar de Carvalho	Instauração de P.SIND. -absolvição
03631.001896/2006-18	Responsabilidades pela instalação de programa VNC, em vários microcomputadores	Instauração de P.SIND.
03606.000108/2006-75	Mensagem divulgada no espaço “Mensagens Pessoais”	Instauração de PAD – absolvição
03606.000789/2005-91	Desaparecimento de material e bens móveis	Instauração de P.SIND. - não identificou-se autor – remessa ao MPF
03604.001690/2006-15	Irregularidades praticadas por servidores representantes da ASSIBGE	Instauração de PAD. - absolvição
03604.001986/2006-28	Participação de servidor em empresa privada	Ultimar os trabalhos do processo 03604.5520/2005-11
03604.001523/2006-66	Agressão física sofrida por servidor durante o movimento paredista	Instauração de P.SIND. - Arquivamento
03604.005185/2006-97	Irregularidades no recebimento indevido de aposentadoria	Instauração de P.SIND. - ultimar os trabalhos do proc. 03604.005505/2005-72
03604.001590/2006-81	Notícia publicada pela agencia Brasil, durante o movimento paredista	Instauração de P.SIND. - arquivamento
03604.001467/2006-60	Denúncia de irregularidades cometidas em Parada de Lucas durante o mov. paredista	Instauração de P.SIND. - Absolvição

**Quadro 27 - Apuração de denúncias recebidas em 2006**

(conclusão)

DENÚNCIA RECEBIDA		
Número do Processo	Fato Denunciado	Providências Adotadas
03604.002107/2006-85	Sinistro de fogo com viatura oficial tipo Kombi	Instauração de P.SIND.- arquivamento
03604.003865/2006-11	Acidente com viatura oficial	Instauração de P.SIND. - arquivamento
03604.002087/2006-42	Danos causado ao equipamento de controle de acesso às dependências do IBGE	Instauração de P.SIND. - Advertência
03604.000012/2006-27	Desaparecimento de NOTE BOOK	Instauração de P.SIND. - arquivamento
03604.002783/2006-59	Furto de Notebook - aeroporto Congonhas/SP	Instauração de P.SIND. - Arquivamento
03604.003668/2006-00	Participação de servidor na SCIENCE	Instauração de P.SIND.
03628.000089/2006-29	Danos no veículo do IBGE	Instauração de PAD. - advertência

## 6.3 Informações referentes a Recursos Humanos

### 6.3.1 Quantitativo de pessoal por área-meio e área-fim, das unidades central e descentralizadas do IBGE, classificados por efetivos, estagiários e terceirizados.

**Quadro 28 - Quantitativo de Pessoal discriminado por unidade central e unidades descentralizadas, área meio e fim, servidores efetivos, estagiários e terceirizados**

(continua)

UNIDADE	SITUAÇÃO FUNCIONAL							
	EFETIVOS		ESTAGIÁRIOS		TERCEIRIZADOS		TOTAL	
	área meio	área fim	área meio	área fim	área meio	área fim	área meio	área fim
UNIDADE CENTRAL	969	1.809	60	28	288	0	1.317	1.837
UNIDADES DESCENTRALIZADAS	786	4.022	2	4	0	0	1.006	4.026
Unidade Estadual do Acre - UE/AC	4	22	0	0	1	0	5	22
Unidade Estadual de Alagoas - UE/AL	11	84	0	0	3	0	14	84
Unidade Estadual do Amapá - UE/AP	4	13	0	0	0	0	4	13
Unidade Estadual do Amazonas - UE/AM	6	50	0	0	0	0	6	50
Unidade Estadual da Bahia - UE/BA	62	375	0	0	5	0	67	375
Unidade Estadual do Ceará - UE/CE	55	177	0	1	10	0	65	178
Unidade Estadual do Distrito Federal - UE/DF	90	112	0	0	20	0	110	112
Unidade Estadual do Espírito Santo - UE/ES	20	83	0	0	2	0	22	83
Unidade Estadual de Goiás - UE/GO	38	177	0	1	8	0	46	178

**Quadro 28 - Quantitativo de Pessoal discriminado por unidade central e unidades descentralizadas, área meio e fim, servidores efetivos, estagiários e terceirizados**

(conclusão)

UNIDADE	SITUAÇÃO FUNCIONAL							
	EFETIVOS		ESTAGIÁRIOS		TERCEIRIZADOS		TOTAL	
	área meio	área fim	área meio	área fim	área meio	área fim	área meio	área fim
UNIDADE CENTRAL	969	1.809	60	28	288	0	1.317	1.837
UNIDADES DESCENTRALIZADAS	786	4.022	2	4	0	0	1.006	4.026
Unidade Estadual do Maranhão – UE/MA	20	85	0	0	8	0	28	85
Unidade Estadual de Minas – UE/MG	63	424	0	0	13	0	76	424
Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UE/MS	7	62	0	0	6	0	13	62
Unidade Estadual do Pará – UE/PA	45	119	1	0	12	0	58	119
Unidade Estadual da Paraíba – UE/PB	13	84	0	0	3	0	16	84
Unidade Estadual de Pernambuco – UE/PE	50	180	0	0	6	0	56	180
Unidade Estadual do Piauí – UE/PI	15	87	0	0	4	0	19	87
Unidade Estadual do Paraná – UE/PR	30	213	0	0	10	0	40	213
Unidade Estadual do Rio de Janeiro – UE/RJ	75	429	0	0	13	0	88	429
Unidade Estadual do Rio Grande do Norte – UE/RN	15	96	0	0	4	0	19	96
Unidade Estadual de Rondônia – UE/RO	3	34	0	0	2	0	5	34
Unidade Estadual de Roraima – UE/RR	9	7	0	0	0	0	9	7
Unidade Estadual do Rio Grande do Sul – UE/RS	31	279	1	1	11	0	43	280
Unidade Estadual de Sergipe – UE/SE	13	51	0	0	2	0	15	51
Unidade Estadual de Tocantins – UE/TO	2	39	0	0	1	0	3	39
Unidade Estadual Santa Catarina – UE/SC	15	165	0	0	54	0	69	165
Unidade Estadual de São Paulo – UE/SP	78	501	0	1	17	0	95	502
Unidade Estadual de Mato Grosso – UE/MT	12	74	0	0	3	0	15	74
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.755</b>	<b>5.831</b>	<b>62</b>	<b>32</b>	<b>506</b>	<b>0</b>	<b>2.323</b>	<b>5.863</b>

Fonte: CRH-IBGE – Dezembro 2006

## 6.3.2 Cargos Comissionados

**Quadro 29** - Quantidade de cargos comissionados distribuídos por unidade central e unidades descentralizadas, áreas meio e fim.

UNIDADE	CARGO COMISSIONADO		
	Quantidade (1)		Total
	Área Meio	Área Fim	
<b>UNIDADE CENTRAL</b>	<b>196</b>	<b>376</b>	<b>572</b>
<b>UNIDADES DESCENTRALIZADAS</b>	<b>111</b>	<b>661</b>	<b>772</b>
Unidade Estadual do Acre – UE/AC	0	5	5
Unidade Estadual de Alagoas – UE/AL	2	21	23
Unidade Estadual do Amapá – UE/AP	1	2	3
Unidade Estadual do Amazonas – UE/AM	0	2	2
Unidade Estadual da Bahia – UE/Ba	10	68	78
Unidade Estadual do Ceará– UE/CE	9	34	43
Unidade Estadual do Distrito Federal – UE/DF	3	11	14
Unidade Estadual do Espírito Santo – UE/ES	5	19	24
Unidade Estadual de Goiás – UE/GO	7	26	33
Unidade Estadual do Maranhão – UE/MA	3	14	17
Unidade Estadual de Minas – UE/MG	6	40	46
Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UE/MS	1	15	16
Unidade Estadual do Pará – UE/PA	9	27	36
Unidade Estadual da Paraíba – UE/PB	1	12	13
Unidade Estadual de Pernambuco – UE/PE	7	45	52
Unidade Estadual do Piauí – UE/PI	5	21	26
Unidade Estadual do Paraná– UE/PR	7	28	35
Unidade Estadual do Rio de Janeiro – UE/RJ	5	66	71
Unidade Estadual do Rio Grande do Norte – UE/RN	2	17	19
Unidade Estadual de Rondônia – UE/RO	0	8	8
Unidade Estadual de Roraima – UE/RR	2	0	2
Unidade Estadual do Rio Grande do Sul – UE/RS	4	29	33
Unidade Estadual de Sergipe – UE/SE	3	9	12
Unidade Estadual de Tocantins – UE/TO	1	6	7
Unidade Estadual Santa Catarina – UE/SC	4	19	23
Unidade Estadual de São Paulo – UE/SP	12	99	111
Unidade Estadual de Mato Grosso – UE/MT	2	18	20
<b>TOTAL</b>	<b>307</b>	<b>1.037</b>	<b>1.344</b>

Fonte: CRH-IBGE – Dezembro 2006

(1) – Os cargos enumerados correspondem àqueles constantes no SIAPE, atribuídos às atividades técnicas ou administrativas exercidas em dado momento pelo servidor, independente de sua lotação atual na área-fim ou área-meio.

### 6.3.3 Pessoal Cedido e Requisitado

**Quadro 30** - Quantitativo de Pessoal cedido e requisitado, com detalhamento dos valores pendentes de ressarcimento e providências adotadas.

SITUAÇÃO	Total	Valor Pendente do Ressarcimento	Providências
CEDIDO	148	123.240,82	
com ônus	139	0,00	
sem ônus	9	123.240,82	Nestes casos, o IBGE cumpre o determinado pelo decreto 4.050 de 12/12/2001.
REQUISITADO	5	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>301</b>	<b>123.240,82</b>	

Fonte: CRH-IBGE – Dezembro 2006

### 6.3.4 Concessão de Aposentadorias, Reforma e Pensão, Admissão e Desligamento

No quadro 31 foram quantificados os encaminhamentos ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento relativos ao exercício a que se referem as contas, nos termos do Art. 8o. da IN/TCU no. 44/2002.

**Quadro 31** – Quantificação de encaminhamento de Atos em 2006

Tipo do Ato	Quantidade de Encaminhamento
Atos de concessão de aposentadoria	348
Atos de concessão de pensão civil	29
Atos de admissão	116
Atos de desligamento	42

## 6.4 Concessão de Diárias

**No** que diz respeito à concessão de diárias iniciadas em fins-de-semana - incluindo sexta-feira, excluindo o domingo, e feriado, com detalhamento em nível de beneficiário, de local do destino, objetivos, motivação e resultados da viagem – detalhadas no ANEXO III, cabe informar que o IBGE, desde 2005, vem utilizando o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, desenvolvido pelo Ministério de Planejamento e Orçamento, o que proporcionou um maior controle de gastos e crítica quanto à utilização do recurso.

A despeito do processo se encontrar em implantação em alguns estados da Federação, com vistas à uniformização de procedimentos administrativos, foi solicitado às Unidades Estaduais do IBGE - cujo processo não havia sido implantado até janeiro de 2006 que realizassem tal levantamento a partir dos controles que já possuíam. Esse fato dificultou a elaboração do levantamento. Por outro lado, a lógica do SCDP não permite ainda uma crítica com todas as variáveis solicitadas pelo TCU. O resultado do levantamento encontra-se no Anexo III.

Por outro lado, há que se considerar que muitas pesquisas de campo, inerentes ao processo de produção das informações estatísticas e geocientíficas, implicam em entrevista domiciliar em que o informante só é encontrado à noite ou nos fins de semana, sendo perfeitamente compreensível que, como última alternativa de obtenção do dado, algum trabalho reste ao agente de pesquisa que precise ser realizado no sábado ou domingo. Cabe também citar as viagens de participação do IBGE em eventos que demandam preparação de local para início de trabalhos, como instalações e outros.

O IBGE encontra-se instalado em todas as capitais dos estados e territórios da federação incluindo agências localizadas em diversos municípios distantes dessas capitais. Isso significa que vários deslocamentos de servidores lotados nesses municípios ficam 'sub judice' tanto à grade de horário de vôos dos aeroportos das capitais quanto à própria distância entre o município de estação do servidor e o município da capital, o que, por vezes, requer concessão de diária para a chegada do servidor ao aeroporto em tempo hábil para o cumprimento da tarefa que lhe é designada.

Ressalta-se, por último, que o IBGE, para dar maior visibilidade dos seus gastos, tem uma série de informações já disponibilizadas no Portal da Transparência – sítio do governo federal que objetiva fornecer transparência governamental da ação governamental a todo e qualquer cidadão.

## 6.5 Demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais

**No** exercício de 2006 não houve processos de Tomada de Contas Especiais, conforme incisos I e II do art.7º, da Instrução Normativa nº 13, de 4 de dezembro de 1996 do Tribunal de Contas da União.

## **6.6 Resultados do acompanhamento, fiscalização e avaliação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receita pública federal**

**No** exercício de 2006 não houve ocorrência de renúncia da receita pública federal.

# 7

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. Publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/DE/estatuto/estatuto.html>>. Acesso em: jan/2007.

CONTROLADORIA Geral da União. Portaria CGU nº 555, de 28 de dezembro de 2006.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Plano Plurianual do IBGE – Programas e Ações 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2006. 73 p.

\_\_\_\_\_, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 2006*. Intranet. Disponível em: <<http://w3.cddi.ibge.gov.br> >. Acesso em jan/2007.

\_\_\_\_\_, Diretoria Executiva. *Acompanhamento do 3º Trimestre do IBGE - 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2006. 52 p.

\_\_\_\_\_, Diretoria Executiva. *Relatório de Atividades 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2006. 68 p.

\_\_\_\_\_, Diretoria Executiva. *Relatório de Atividades da Coordenação de Recursos Materiais 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2006. 67 p.

\_\_\_\_\_, Diretoria Executiva. *Relatório de Auditoria nº 1-2007 do 4º trimestre de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2006. 46 p.

\_\_\_\_\_, Diretoria Executiva. *Relatório de Gestão IBGE - 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2006. 81 p.

\_\_\_\_\_, Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE - SIAD. Intranet. Disponível em: <<http://w3.aplicacao.de.ibge.gov.br/SIAD.nsf/webpagina?OpenFrameSet>>. Acesso em: jan /2007.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004. Aprova o Regimento Interno da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicado no DOU. de 13 de agosto de 2004.

\_\_\_\_\_. Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN. Internet. Disponível em: <<http://www.sigplan.gov.br>>. Acesso em: jan/2007.

\_\_\_\_\_. Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Internet. Disponível em: <<http://www.siapenet.gov.br>>. Acesso em: jan - fev/2007.

MINISTÉRIO da Fazenda. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Internet. Disponível em: <[http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi/index\\_acesso.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi/index_acesso.asp)>. Acesso em: jan - fev/2007.

TRIBUNAL de Contas da União. Decisão Normativa TCU nº 81, de 6 de Dezembro de 2006.

# Anexo 1 - Lista de Endereços

## Conselho Diretor

### Presidência

Eduardo Pereira Nunes  
 Av. Franklin Roosevelt, 166 – 10º Andar Centro  
 20021120 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março  
 Tel (21)2142-4501, 2142-4502 e 0800.218181  
 Facsímile (21) 2142-0893

### Diretoria Executiva

Sérgio da Costa Côrtes  
 Av. Franklin Roosevelt, 166 – 10º Andar Castelo  
 20021120 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março

### Diretoria de Geociências

Guido Gelli  
 Av. Brasil, 15671 – BL III-B – 3º Andar Parada de Lucas  
 21241051 Rio de Janeiro – RJ – CDD Irajá

### Diretoria de Pesquisas

Wasmália Socorro Barata Bivar  
 Av. República do Chile, 500 – 10º Andar Centro  
 20031170 Rio de Janeiro – RJ – CDD São Cristóvão

### Diretoria de Informática

Luiz Fernando Pinto Mariano  
 Av. República do Chile, 500 – 10º Andar Centro  
 20031170 Rio de Janeiro – RJ – CDD São Cristóvão

### Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai  
 Rua General Canabarro, 706 – BL A – 2º Andar Maracanã  
 20271201 Rio de Janeiro – RJ – CDD Cidade Nova

### Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Pedro Luis do Nascimento Silva  
 Rua André Cavalcanti, 106 – 1º Andar Bairro de Fátima  
 20231050 Rio de Janeiro – RJ – CDD Cidade Nova

## Unidades Estaduais

### Unidade Estadual do Acre – UE/AC

Adão Delfino dos Santos  
 Rua Benjamin Constant, 907 – Centro  
 69900160 – Rio Branco – AC – Rio Branco

### Unidade Estadual de Alagoas – UE/AL

André Luís Figueredo da Silva  
 Praça dos Palmares, S/N Centro  
 57020150 Maceió – AL – Maceió Cidade  
 Tel: 8221218102

### Unidade Estadual do Amapá – UE/AP

Haroldo Canto Ferreira  
 Rua Antônio Coelho de Carvalho, 511 Centro  
 68900001 Macapá – AP – Macapá  
 Tel: 0962232696

### Unidade Estadual do Amazonas – UE/AM

Carlos Alberto Araújo Simonaio  
 Rua Quintino Bocaiúva, 122 Centro  
 69005110 Manaus – AM – Manaus Cidade  
 Tel: 0922333884

### Unidade Estadual da Bahia – UE/Ba

Artur Ferreira da Silva Filho  
 Av. Marechal Castelo Branco, 750 - 5º andar Edifício Central Valle  
 40046900 Salvador - BA \_ Salvador Cidade  
 Tel: 7121058600

**Unidade Estadual do Ceará – UE/CE**

Francisco José Moreira Lopes  
ª Treze de maio, 2901 Benfica  
60040531 Fortaleza - CE - Fortaleza Cidade  
Tel: 854336530

**Unidade Estadual do Distrito Federal – UE/DF**

Walker Roberto Moura  
CRS 509 - bl-a - Lojas 1/5 Asa Sul  
70360510 Brasília - DF - Brasília  
tel: 613292187

**Unidade Estadual do Espírito Santo – UE/ES**

Max Athayde Fraga  
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675 - 9º andar  
Enseada do Suá - Ed. Palácio do Café  
25056900 Vitoria - ES - Vitória Cidade  
Tel: 027332254385

**Unidade Estadual de Goiás – UE/GO**

Daniel Ribeiro de Oliveira  
Av. 85, N° 759 ed. Felicidade - Setor Sul  
74080010 Goiânia - GO - Goiânia Cidade  
Tel: 0622131008

**Unidade Estadual do Maranhão – UE/MA**

Pedro James de Souza Guedelha  
Rua de Nazaré e Odylio, 49 Centro  
65010410 São Luis - MA - São Luis Cidade  
Tel: 0982224055

**Unidade Estadual de Minas – UE/MG**

Maria Antônia Esteves da Silva  
Rua Oliveira, 523 - 4º andar Cruzeiro  
303101150 Belo Horizonte - MG - Belo Horizonte Cidade  
Tel: 3121052408

**Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UE/MS**

Carlita Estevam de Souza  
Rua Barão do Rio Branco, 1471 Centro  
79002174 Campo Grande - MS - Campo Grande Cidade  
Tel: 0673211529

**Unidade Estadual do Pará – UE/PR**

Antônio José de Souza Biffi  
Av. Serzedelo Corrêa, 331/337 - Ed. Felizardo Dias Nazaré  
66035400 Belém - PA - Belém Cidade  
Tel: 09131815640

**Unidade Estadual da Paraíba – UE/PB**

Aniberto Mendonça de Melo  
Rua Irineu Pinto, 94 Centro  
58010100 João Pessoa - PB - João Pessoa Cidade  
Tel: 8321066600

**Unidade Estadual de Pernambuco – UE/PB**

Nilton Luiz Nadai  
Prça Ministro João Gonçalves de Souza, S/N §2-87 Engenho do Meio  
50670900 Recife - Pe - Recife Cidade  
Tel: 08132724004

**Unidade Estadual do Piauí – UE/PI**

Raimundo Nonato da Silva Filho  
Rua Simplício Mendes, 436 – Norte Centro  
64000110 Teresina- PI – Teresina Cidade - Tel: 0862214062

**Unidade Estadual do Paraná – UE/PR**

Sinval Dias dos Santos  
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 552 Centro  
80430180 Curitiba – PR – Curitiba Cidade  
Tel: 412241978

**Unidade Estadual do Rio de Janeiro – UE/RJ**

Romualdo Pereira de Rezende  
Av. Beira Mar, 436 – 13º andar Castelo  
20021060 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março  
Tel: 02125144805

**Unidade Estadual do Rio Grande do Norte – UE/RN**

Elder de Oliveira Costa  
Av. Prudente de Moraes, 161 Petrópolis  
59020400 Natal – RN – Natal Cidade  
Tel: 0842222897

**Unidade Estadual de Rondônia – UE/RO**

Argemiro Carvalho de Oliveira  
Av. Duque de Caxias, 1223 Centro  
78901280 Porto Velho – RO – Porto Velho Cidade  
Tel: 0692231738

**Unidade Estadual de Roraima – UE/RR**

Vicente de Paulo Joaquim  
Av. Getúlio Vargas, 76-E Centro  
69301031 Boa Vista – RR – Boa Vista  
Tel: 0956239370

**Unidade Estadual do Rio Grande do Sul – UE/RS**

José Renato Braga de Almeida  
Av. Augusto de Carvalho, 1205 Praias Belas  
90010390 Porto Alegre – RS – Porto Alegre Cidade  
Tel: 05132845102

**Unidade Estadual de Sergipe – UE/SE**

Antonio Pereira da Silva Marinho  
Rua Riachuelo, 1017 Centro  
49015160 Aracajú – SE – Aracaju Cidade  
Tel: 792118979

**Unidade Estadual de Tocantins – UE/TO**

Ari Azevedo Soares  
ACSE 05 LT 06 – QD 104 Sul Centro  
77100040 Palmas – TO – Goiânia Transito  
Tel: 063215829

**Unidade Estadual Santa Catarina – UE/SC**

Maurício Batista  
Rua João Pinto, 60 Centro  
88010420 Florianópolis – SC – Florianópolis Cidade  
Tel: 0482123020

**Unidade Estadual de São Paulo – UE/SP**

Francisco Garrido Barcia  
Rua Urussuí, 93 – 11º andar Itaim Bibi  
04542050 São Paulo – SP – CDD Vila Clementino - Setor 045 A  
Tel: 01131685256

**Unidade Estadual de Mato Grosso – UE/MT**

Devaldo Benedito de Souza  
Av. Tenente Coronel Duarte, 407- 1 e 2 andar  
Centro - Cuiabá - MT - CEP 77100-040  
Tel: 0653213316

## Anexo 2 - Recomendações da Controladoria Geral da União

RECOMENDAÇÕES		
Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>EXERCÍCIO DE 2005</b>		
184642	<p>Veículos sem condições de uso e com documentação desatualizada. Preenchimento incompleto do Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo – MACUV.</p> <p>Recomendação:</p> <p>a)proceder a manutenção dos veículos servíveis;</p> <p>b)continuar promovendo o desfazimento dos veículos inservíveis;</p> <p>c)regularizar a situação dos veículos com vistorias atrasadas;</p> <p>d)promover o correto preenchimento dos documentos obrigatórios no controle de utilização de veículos; e</p> <p>e)implementar rotinas de controle/verificação dos formulários internos e dos registros anuais junto ao DETRAN, designando, inclusive, períodos e “servidores” responsáveis.</p>	<p>“a) Através do processo nº 03604.007404/2003-74, foi realizada licitação e contratada a empresa E C DA SILVA COMERCIO E REPRESENTACAO ME – CNPJ 01651335000132 - para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para as viaturas da frota oficial do IBGE, Sede, com serviço de reboque e fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais recomendados pelo fabricante, de acordo com as características de cada veículo, conforme detalhes especificados no Contrato SICON 45/06, cujo Fiscal é o Servidor José Haroldo da Rocha Teixeira. Sendo assim, todos veículo servíveis estão sendo encaminhados para a Empresa contratada a fim de mantê-los em condições adequadas de uso.</p> <p>b) Houve novo certame licitatório para alienação de veículos, sendo que todos os veículos ofertados foram efetivamente leiloados, no dia 22/03/2006, conforme consta do processo de número 03604.005869/2004-71.</p> <p>c) A Gerência de Frota empenhou-se em colocar todos os veículos com vistoria em dia. Contudo, alguns veículos foram reprovados em vistoria realizada pelo DETRAN em época que não havia ainda o novo contrato de manutenção em vigência. Uma vez que já foi assinado novo contrato, todos os veículos foram gradativamente recuperados pela empresa contratada, estando, atualmente, todos os veículos regularizados quanto a documentação junto ao DETRAN.</p> <p>d) A Supervisão de Controle de Frota emitiu e reiterou instruções de modo a evitar o preenchimento incompleto do MACUV. Todos os servidores lotados nas áreas de atendimento ou nas Unidades Estaduais estão cientes de que devem efetuar o preenchimento correto dos formulários de controle da utilização dos veículos oficiais, os quais são obrigatórios.</p> <p>e) O servidor responsável pela regularização dos documentos junto ao DETRAN é o Sr. Ronaldo Gomes da Silva (SIAPE 0764728), que tem adotado rotinas de atendimento aos requisitos dos órgãos de trânsito, conforme definido pela Coordenação de Recursos Materiais – CRM.</p> <p>Está sendo elaborada pela CRM/GEFET uma Ordem de Serviço - O.S. - estabelecendo as rotinas de controle /verificação dos formulários internos e dos registros anuais junto ao DETRAN”.</p>
184642	<p>Pagamento indevido da Vantagem Pessoal do Artigo 13 da Lei nº. 8.216/91.</p> <p>Recomendação: O IBGE/ADM. CENTRAL/RJ deverá encaminhar às Unidades Estaduais as situações pendentes de regularização para os acertos porventura cabíveis, com apresentação dos resultados a esta CGU-Regional/RJ. Deverá ainda, estabelecer rotinas de controle e verificação periódica da folha de pagamento de modo a evitar a repetição de situações como a aqui tratada.</p>	<p>Foram providenciados os ressarcimentos ao erário da importância de R\$ 30.016,85 (trinta mil e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos) referente às 07 fichas financeiras dos servidores da Unidade pagadora sede do IBGE, porém falta apresentar, pela Coordenação de Recursos Humanos, a efetividade dos acertos dos casos análogos de vinte e três servidores em exercício nas Unidades Estaduais.</p> <p>2. Quanto ao mecanismo para controle dos registros na folha de pagamento, o IBGE está estudando alternativas para atendimento da recomendação”.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
-----------------	---------------------------	-----------------------

**EXERCÍCIO DE 2005**

184642	<p>Inconsistências identificadas entre os fundamentos de aposentadorias e as proporcionalidades dos proventos registradas no SIAPE.</p> <p>Recomendação: A Unidade deve implantar rotinas de controle que evitem novas ocorrências da espécie ou, ao menos, que proporcionem a identificação e a correção das inconsistências porventura existentes em casos análogos.</p>	<p>Foi providenciado o ressarcimento ao Erário a importância de R\$ 77.037,06 (setenta e sete mil e trinta e sete reais e seis centavos) referente ao acerto efetuado no cadastro/ fichas financeira do servidor matrícula n.º 0368413 e demais acertos nas fichas cadastrais dos servidores lotados na Sede do IBGE. O Coordenador de Recursos Humanos está providenciando a documentação comprobatória relativa aos acertos nas fichas cadastrais objeto da recomendação, dos servidores relacionados no quadro I, com lotação nas Unidades Estaduais.</p>
184642	<p>Não reposição ao erário de valores recebidos indevidamente em razão de inconsistências no pagamento da vantagem do artigo 192, inciso II, da Lei n.º. 8.112/90.</p> <p>Recomendação: O IBGE deve aprimorar os mecanismos de controle efetuados sobre a folha de pagamento e providenciar as planilhas de cálculo dos valores a serem restituídos ou ressarcidos, conforme cada caso identificado. Em relação ao servidor de mat. 0766220, aposentado em 20/02/2001, verificar se implementou os requisitos para incorporação da vantagem sob exame antes da extinção da mesma.</p>	<p>O código do servidor siape n.º 766220 estava incorreto, sendo integral e não proporcional como constava, não havendo portanto ressarcimento ao erário.</p> <p>Com relação aos servidores Norma Silvia de Nazareth Moraes e Walter Castelo Branco foram abertos os processos de Despesas de Exercícios Anteriores.</p> <p>Foram providenciados também os acertos, com reposição ao Erário no valor de R\$ 5.604,98 (cinco mil seiscentos e quatro reais e noventa e oito centavos), relativos aos servidores de matrículas n.º 676429, 676649, e 676565, 762092 e 761442, em exercício na Unidade Estadual/RJ e sede-IBGE.</p> <p>A Coordenação de Recursos Humanos está providenciando os comprovantes referentes aos acertos efetuados nas demais UPAGs das Unidades Estaduais do IBGE.</p>
184642	<p>Não comprovação dos requisitos para o recebimento de abono de permanência por servidor, segundo as regras estabelecidas pela legislação vigente.</p> <p>Recomendação: Os responsáveis pela instrução e análise dos processos de abono de permanência devem ser melhor orientados a respeito dos requisitos exigidos para a sua concessão. E ainda, que seja incluída a devida reposição ao erário dos valores pagos indevidamente, devendo os resultados serem apresentados a CGU-Regional/RJ.</p>	<p>As Unidades de Pagamento foram orientadas quando da realização de dois encontros realizados em Minas Gerais, nos períodos de 16 a 19 de maio e 05 a 09 de junho.</p> <p>Já foi providenciado o ressarcimento ao erário a partir do mês de abril/06 da servidora siape n.º 7649223.</p> <p>Quanto às demais situações apontadas pela CGU, a Coordenação de Recursos Humanos está adotando as providências pertinentes relativas à: a) concessão de abono de permanência à servidora de mat. n.º 0763397, sem que tenha preenchido o requisito da idade até o dia 30/12/2003, considerando a data de nascimento informada no SIAPE e na Receita Federal(18JAN1958);b)a averbação, no mapa de tempo de serviço do servidor de mat. n.º 0762888, para fins de ATS e de aposentadoria, de 8 meses e 2 dias, considerando que a Certidão expedida pelo Ministério do Exército, informa textualmente (TRINTA DIAS). A correção do tempo averbado poderá alterar o percentual de ATS concedido e afetar o direito ao abono de permanência; c) a divergência entre o tempo apurado em Certidão de Tempo de Serviço expedida pelo INSS (2 anos, 8 meses e 23 dias) e o tempo averbado no Mapa de Tempo de Serviço (3 anos, 3 meses e 19 dias) do servidor de mat. n.º 0766169, uma vez que, segundo apontou a CGU, consta declaração de próprio punho do servidor que o tempo de serviço prestado à Organização Contábil Belacap não foi aceito pelo INSS. Caso não seja comprovado o tempo suficiente, caberá revisão da concessão do abono de permanência”.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
-----------------	---------------------------	-----------------------

**EXERCÍCIO DE 2005**

184642	<p>Não ressarcimento ao erário de valores recebidos indevidamente a título de adicional de tempo de serviço - Valores pagos em duplicidade.</p> <p>Recomendação: O IBGE deverá providenciar a inclusão da reposição ao Erário do servidor de mat. n.º 0772308, bem como apresentar cópia das planilhas com os valores apurados, na forma do art. 46 da Lei n.º 8.112/90. Adotar, ainda, rotina de verificação periódica quanto à ocorrência de pagamentos indevidos de rubricas em duplicidade.</p>	<p>Através do processo 03633.001261/2005-10, referente ao ex-servidor Alberto Luiz Gil Robaina, foi providenciada a reposição ao erário no valor total de R\$ 17.979,79, que teve início em dezembro/2005, sendo descontados 07 parcelas até o pagamento do mês de junho/2006, perfazendo o total já des-contado de R\$ 1.609,15, restando a devolução de R\$ 16.370,64. Quanto a rotina de controle dos registros, estão sendo estudadas alternativas para atendimento da recomendação”.</p>
184642	<p>Observamos a continuidade na concessão do adicional de insalubridade a 113 servidores do IBGE/ADM. CENTRAL/RJ, totalizando R\$ 15.358,97 em julho. Desses, 20 servidores recebem o adicional correspondente ao grau máximo, isto é, no percentual de 20%. Foi concedido também adicional de periculosidade, no mesmo mês a 17 servidores no percentual de 10%, totalizando R\$ 2.155,67 para o mês examinado.</p> <p>Recomendação: O IBGE deverá fazer gestões junto à DRT/RJ para providenciar a obtenção dos laudos de avaliação ambiental, conforme dispõe a Orientação Normativa n.º 04 de 13 de julho de 2005. Recomendamos ainda, após a obtenção dos laudos, a expedição de Portarias de Localização e publicação em boletim de pessoal, com indicação precisa do local de trabalho de cada servidor, uma vez que há pagamento do adicional de insalubridade em percentuais diferentes, indicando a existência de diferentes graus de insalubridade nos ambientes a serem periciados.</p>	<p>Em cumprimento a ON nº 04/05 foi encaminhado à SRH/MPOG para homologação, através do Ofício CRH nº 93 de 01/06/06, cópias dos laudos de avaliação ambiental e portarias referentes a concessão do adicional de insalubridade. Estamos aguardando resposta da MP/SRH”.</p>
184642	<p>Não ressarcimento de valores recebidos a título de adicional noturno.</p> <p>Recomendação: A CRH/IBGE/ADM.- CENTRAL/RJ deverá providenciar o levantamento dos valores pagos aos servidores, a título de adicional noturno, de modo a evidenciar montantes indevidamente concedidos, encaminhando a CGU-Regional/RJ o resultado desta apuração no prazo de 60 dias.</p>	<p>Foi retirada, a partir de já-neiro de 2006, a parametrização sobre 22 dias, pagando-se somente os dias trabalhados. Com isso a Coordenação de Recursos Humanos providenciou os acertos necessários e ressarciu a importância de R\$3.975,27 (três mil novecentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos), relativos à 37 servidores, conforme fichas financeiras analisadas pela CGU.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
-----------------	---------------------------	-----------------------

**EXERCÍCIO DE 2005**

184642	<p>Não reposição ao Erário de valores recebidos indevidamente a título de adicional de tempo de serviço – Valores incompatíveis com a proporcionalidade da aposentadoria.</p> <p>Recomendação: Recomendamos ao IBGE efetivar o levantamento anunciado, apresentando as medidas corretivas pertinentes à CGU-Regional/RJ, bem como desenvolver ações de verificação periódica dos lançamentos efetuados na folha de pagamento.</p>	<p>Foram providenciados o ressarcimento ao erário, e respectivos lançamentos, no valor de R\$ 7.176,00 (sete mil e cento e setenta e seis reais), referentes aos servidores matrículas nº 0761833, 0761845, 0761889, e 0762330, bem como a documentação comprobatória anunciada na posição da Unidade Gestora.</p> <p>Com relação às rotinas para verificação periódica dos lançamentos efetuados na folha de pagamento, a Coordenação de Recursos Humanos está estudando alternativas para atendimento da recomendação.</p>
184642	<p>Não reposição ao Erário de pagamento de Auxílio-Ali-mentação em duplicidade e em valor indevido.</p> <p>Recomendação: O IBGE deverá promover a implementação das medidas anunciadas com a maior brevidade possível, evitando assim, a continuidade do pagamento indevido bem como o acréscimo do montante a ser ressarcido. Nos casos em que a opção for pela permanência do benefício no IBGE, deve ser solicitado do servidor, documento expedido pelo órgão/entidade onde mantém o outro vínculo, comprovando a exclusão do benefício, além da inclusão da reposição ao erário, dos valores pagos indevidamente. É importante que sejam seguidas as orientações da SRH/MP contidas na Orientação Normativa SRH/MP nº. 05, de 9 de agosto de 2005, e no Comunica Siape nº. 493557, de 15 de setembro de 2005, que disponibilizou a relação de servidores com pagamento cumulativo do benefício, verificando se existem outros servidores na mesma situação.</p>	<p>O servidor Antonio Givaldo de Carvalho, matrícula n.º 762128, optou, junto ao INSS, em receber o auxílio alimentação no IBGE. A servidora Maria Teresa Cristina Dalla Riva, matrícula n.º 1218664, teve o benefício excluído no IBGE, sendo aberto o processo 03604.000723/2006-00, para ressarcimento do valor de R\$ 3.253,95.</p> <p>Com relação a situação apontada para a servidora matrícula SIAPE n.º 6228488, que, segundo a CGU, encontra-se percebendo o auxílio alimentação em duplicidade nos órgãos 25000-MS e 45205-IBGE no valor de R\$143,99 e o adicional de insalubridade nos dois órgãos, e, ainda, a mesma servidora encontra-se em regime de 40 horas nos dois órgãos evidenciando acumulação de cargo, a Coordenação de Recursos Humanos está adotando as providências necessárias à regularização do fato, sendo certo que já encontra-se tramitando na SRH/MP processo de n.º 03633.000224/2003-14, relativo à regularização de matrícula e processo n.º 33383.093725/91-18 – MS, que trata de acumulação de cargos.</p>
184642	<p>Não ressarcimento ao Erário a título de pagamento de sentença judicial incorreta.</p> <p>Recomendação: O IBGE deverá promover os acertos, inclusive com respeito à reposição ao erário, conforme anunciado, e encaminhar o resultado das providências cabíveis à CGU-Regional/RJ. E, ainda, aplicar verificação periódica das informações constantes da folha de pagamento, de modo a evitar a repetição de situações como a aqui tratada.</p>	<p>Foram providenciados os acertos a partir do mês de setembro de 2005 e já foram iniciados os descontos de ressarcimento ao erário, tendo sido disponibilizado à CGU a ficha financeira da servidora matrícula 0761833, com demonstrativo dos cálculos, efetuados pelo IBGE, relativos à reposição ao Erário, no valor de R\$87.959,84 (oitenta mil trezentos e quarenta e um reais), correspondentes aos valores pagos indevidamente durante os exercícios de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
-----------------	---------------------------	-----------------------

**EXERCÍCIO DE 2005**

184642	<p><b>Inclusão parcial de atos de concessão de aposentadorias e pensões no Sistema SISAC.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> O IBGE deverá aprimorar a tramitação processual, bem como providenciar a inclusão de todos os atos de concessões no Sistema SISAC, dando assim cumprimento à Instrução Normativa n.º 44 do Tribunal de Contas da União, mantendo os atos na Unidade para análise e emissão do parecer pela CGU-Regional/RJ.</p>	<p>A Coordenação de Recursos Humanos continua envidando esforços para atender aos prazos da Instrução Normativa TCU nº 44/02, entretanto, devido à dificuldades operacionais não tem conseguido o cumprimento da referida Instrução, esperando regularizar o mais rápido possível.</p>
184642	<p><b>Inclusão da “Opção de Função DAS” sem que tal vantagem constasse dos atos de concessão inicial ou de alteração de aposentadoria sem a devida inserção no SISACnet.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> O IBGE deverá priorizar as ações com vistas à conclusão dos trabalhos de regularização dos casos aqui tratados, devendo culminar com o envio dos processos à CGU-Regional/RJ, em lote único, e no prazo de 60 (sessenta dias) contados do recebimento deste Relatório, para análise, emissão de parecer e envio ao Tribunal de Contas da União para julgamento. Deve, ainda, aprimorar seus com-troles internos de modo a que não haja reincidência de situações como a aqui tratada.</p> <p>Além disso, vale ressaltar que a Secretaria de Recursos Humanos – SRH/MP, por meio do Despacho s/n.º exarado no Processo n.º 04500.000048/2006-31 (fls. 05 a 09), em 17 de maio 2006, ratificou o entendimento contido no Acórdão/TCU n.º 2076/2005, concluindo não ser necessário o requisito temporal para a aposentadoria até 19/01/95 quando da concessão dessa vantagem.</p>	<p>Até outubro de 2006 haviam sido encaminhados 196 processos à CGU e mais 24 recém publicados. Encontram-se em fase de análise 52 processos e 12 ainda não foram localizados”.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>EXERCÍCIO DE 2005</b>		
184642	<p><b>Não ressarcimento de valores recebidos indevidamente a título de pagamento de salário-família a servidor afastado pelo INSS.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> O IBGE deverá promover o ressarcimento ao erário de R\$ 632,60 (seiscentos e trinta e dois reais e sessenta centavos), pagos no período de março a dezembro de 2005, incluindo salário família e CPMF indevidos.</p>	<p>A Coordenação de Recursos Humanos disponibilizou à CGU o comprovante de reposição ao Erário no valor de R\$ 630,48 (seiscentos e trinta reais e quarenta e oito centavos), atendendo a recomendação.</p>
184642	<p><b>Locação de impressoras com especificações técnicas divergentes das constantes no contrato.</b></p> <p><b>Recomendação:</b></p> <p>a) analisar, previamente à abertura do processo de licitação, as necessidades da unidade para definição do objeto mais adequado a ser contratado.</p> <p>b) informar na solicitação de cotação de preços as especificações técnicas e todos os serviços a serem contratados, para que o preço de referência seja o mais próximo da realidade do mercado.</p>	<p>a) A Coordenação de Recursos Materiais esclareceu à CGU, que a base para a definição do objeto são as especificações originalmente informadas pela Unidade demandante do material/serviço. A Gerência de Compras de Materiais e Serviços - GECOS analisa estas especificações, desde a fase de busca de referencial de preços de mercado, previamente ao certame licitatório, e, sempre que julga necessário, requisita melhor definição para as especificações, detalhando-as, visando garantir a correta definição do objeto e a melhor adequação às reais necessidades do demandante. Tal entrosamento espelha-se no Projeto Básico que geralmente acompanha o Pedido de Aquisição e é aprovado pelo requisitante/Ordenador.</p> <p>b) Com relação ao item "b", esclareceu, também, que tal recomendação já é rotina nos procedimentos de aquisições. A Gerência de Compras de Materiais e Serviços - GECOS, tem por princípio informar aos fornecedores todas as especificações técnicas do material ou serviço preliminarmente Registradas, remetendo, sempre que considera pertinente, arquivos-texto. Por outro lado, quando julga necessário, solicita maior detalhamento dessas especificações junto aos demandantes, além de, eventualmente, interagir com os fornecedores para esclarecimentos, buscando os ajustes e a melhor caracterização do material/serviço à realidade técnica do mercado".</p>
184642	<p><b>Inexistência de informações necessárias na justificativa da licitação.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Nas próximas licitações nas quais os objetos se referam à locações de bens que usualmente são adquiridos, elaborar justificativa, apresentada nos autos, demonstrando amplamente a vantagem e a economicidade para a administração pela opção escolhida.</p>	<p>Em todos os processos de locação ou aquisição de equipamentos de informática serão, doravante, anexados o estudo detalhando a conveniência e a modalidade de fornecimento escolhida".</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>EXERCÍCIO DE 2005</b>		
184642	<p><b>Pagamento de juros e multas por motivos alheios à vontade do gestor.</b>  <b>Recomendação:</b> Realizar gestões junto ao Ministério do Planejamento, esclarecendo sobre o volume de recursos utilizado com o pagamento de juros e multas, solicitando a liberação dos créditos orçamentários e dos recursos financeiros com maior celeridade.</p>	<p>O IBGE reiterou as informações anteriormente prestadas no sentido de que são freqüentes as gestões junto ao Ministério do Planejamento, o que resultou no ajuste dos créditos com a Lei 11.226 de 22/12/2005, permitindo encerrar o exercício de forma mais positiva comparado com o exercício de 2004. Porém, como a execução foi feita, concentradamente, somente na última quinzena do exercício, inevitavelmente teve a incidência de juros e multa.</p> <p>Ressaltou que o Sistema SIGA-Rede já foi implantado, o que está possibilitando maior eficácia no planejamento orçamentário, e conseqüentemente melhor gestão externa com o Ministério do Planejamento. Para o ano de 2006 foi elaborado um Sistema de Contratos que possibilitará ao gestor, com base na previsão anual, ter uma visão completa de todo o fluxo, desde a fase de contratação até o pagamento, compatibilizando desta forma as diversas fases da despesa.</p>
184642	<p>Abordagem incompleta quanto às informações que devem ser apresentadas no RAAAI.</p> <p><b>Recomendação:</b> a) fazer constar no RAAAI/2006 justificativas para o eventual não cumprimento da programação de auditoria prevista no PAAAI/2006;</p> <p>b) informar no RAAAI/2006 o relato das atividades desenvolvidas comparada com as planejadas, bem como o esclarecimento sobre as que foram executadas sem estarem previstas no PAAAI/2006; e</p> <p>c) acompanhar o cumprimento das determinações do TCU e o atendimento das recomendações da CGU, contidas nos relatórios de auditoria e nos ofícios dos órgãos de controle externo à Unidade.</p>	<p>a) Será incluída nos RAAAI justificativa pelo eventual não cumprimento da programação de auditoria prevista no PAAAI.</p> <p>b) Constará no RAAAI as atividades desenvolvidas comparadas com as planejadas, esclarecendo as que porventura foram executadas sem que estivessem previstas no PAAAI.</p> <p>c) Serão alocados h/h (fazendo constar detalhadamente do PAAAI, a exemplo dos demais itens) para acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/uni-dades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Fé-deral e do Tribunal de Contas da União, de forma a atender o item 13 do capítulo X da IN SFC 01/2001”.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
-----------------	---------------------------	-----------------------

**EXERCÍCIO DE 2005**

<p>184642</p>	<p><b>Inobservância, na elaboração do PAAAI/2006, de considerações efetuadas pela CGU-Regional/RJ para o PAAAI/2005 e que devem ser observadas na elaboração dos PAAAI.</b></p> <p>Recomendação: Incluir, na elaboração do PAAAI/2007 do IBGE, as considerações sugeridas pela CGU-Regional/RJ e constantes da IN/CGU n.º 02/2002, discriminadas abaixo:</p> <p>a) descrição sumária das atividades de treinamento previstas, sendo apresentada, entre outras informações, indicação do período de realização, o quantitativo de funcionários, h/h alocados e o conteúdo programático. Apresentar justificativa quando não for possível a realização das atividades de treinamento no exercício seguinte;</p> <p>b) critérios utilizados para balizar o ciclo de auditoria que, tal como disposto no art. 6º da IN CGU 02/2002, deverá ser de no máximo quatro anos de cobertura total;</p> <p>c) necessidade de que as atividades de auditoria propostas de serem executadas, ou seja, aquelas relacionadas na coluna “descrição sumária”, estejam definidas com um maior nível de detalhamento. Para tanto, deve-se utilizar o campo “escopo” do Anexo I;</p> <p>d) sejam alocados h/h para acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, em conformidade com o item 13 do capítulo X da IN SFC 01/2001; e</p> <p>e) encaminhar, imediatamente após a conclusão dos respectivos trabalhos de auditoria, os relatórios gerados contendo o escopo sugerido nas alíneas “e” e “f” da Nota Técnica n.º 1417/2005/GAB/CGURJ.</p>	<p>a) Diversificar os meios de obtenção de informações sobre disponibilidades de cursos /treinamentos, seminários, côm-gressos e demais eventos e, quando for o caso, propor contratação de cursos específicos, de forma a propiciar treinamento/aperfeiçoamento do pessoal da Auditoria, dentro de um planejamento mais adequado, que permita, necessariamente, estabelecer agenda mínima que propicie melhor formatação do PAAAI, em atendimento à recomendação acima.</p> <p>b) A Auditoria do IBGE implementará Matriz de Riscos de forma a estabelecer a priorização das auditorias através de critérios técnicos, definindo o ciclo de auditoria conforme disposto no art. 6º da IN CGU 02/2002, que é de no máximo quatro anos de cobertura total.</p> <p>c) O PAAAI 2007 será elaborado, de forma que as propostas de atividades de auditoria a serem executadas sejam definidas com maior nível de detalhamento, utilizando o campo “escopo” do Anexo I, conforme recomendado.</p> <p>d) Serão alocados h/h (fazendo constar detalhadamente do PAAAI, a exemplo dos demais itens) para acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, em atendimento ao item 13 do capítulo X da IN SFC 01/2001.</p> <p>e) Alínea “f”: será contemplada quando a área for objeto de auditoria. Alínea “e”: será elaborado estudo/planejamento para atender a recomendação da CGU”.</p>
---------------	--	---

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>Pendências de implementação relativas ao Acórdão/TCU n.º 2.661/2005 – 1ª Câmara:</b>		
184642	<p>I - priorize a reestruturação da área de administração de Recursos Humanos, no que tange às rotinas de execução e controle, tanto na Unidade Central como nas Unidades nos Estados, para que falhas como as constatadas pelo Controle Interno sejam evitadas e, em caso de novas ocorrências, sejam identificadas e corrigidas pela própria Entidade; além disto, busque a implementação de reciclagem para servidores que atuam com Suprimento de Fundos;</p>	<p>I - Através da Resolução do Conselho Diretor n.º 04 de 14/02/05 foi feita a reestruturação da Diretoria Executiva, ocasião em que se procurou dotar a Coordenação de Recursos Humanos de estrutura ágil que permita melhor execução e controle de suas tarefas. O IBGE vem realizando regularmente treinamentos específicos em diversas áreas através do seu Departamento de Treinamento.</p> <p>No que se refere ao item `Suprimento de Fundos`, a Coordenação de Orçamento e Finanças formaliza, através de Ordem de Serviço, procedimentos internos para concessão e aplicação de Suprimento de Fundos, com vista à uniformização de procedimentos, de acordo com os conceitos da legislação pertinente. Foi realizado, também, Seminário sobre Suprimento de Fundos, com ênfase no Cartão de Pagamento, envolvendo todos os supridos".</p> <p>Quanto às condições físicas/estruturais de Recursos Humanos em atendimento às determinações do TCU e recomendações da CGU-Regional/RJ, foi providenciado pela Diretoria Executiva do IBGE a compra de aproximadamente 130 microcomputadores novos que estão substituindo os equipamentos antigos e obsoletos.</p> <p>No que se refere ao número de servidores treinados, em maio/2006, foi realizado o Encontro das Equipes Administrativas do IBGE em Caeté/MG, onde estavam presentes 50 servidores de todos os Estados da Federação que trabalham na área de Recursos Humanos e que receberam treinamento sobre diversos assuntos de interesse da área de Recursos Humanos. Dando prosseguimento ao Plano Anual de Treinamento (PAT) de 2006, cerca de 20 servidores da Coordenação de Recursos Humanos, lotados na sede, também participaram de treinamentos. Além disso, 25 servidores da sede e da Unidade Estadual do Rio de Janeiro participaram em setembro de um treinamento sobre SIAPE/ SIAPECad a título de atualização, realizado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão".</p>
184642	<p>II - verifique cada caso de cessão e avalie a possibilidade do retorno imediato daqueles servidores em que o prazo de cessão já tenha se encerrado ou que o motivo da cessão não se relacione com a missão institucional do IBGE;</p>	<p>II - O IBGE vem cumprido rigorosamente o disposto no Decreto n.º 4050 de 12/12/01, não havendo casos de inadimplência posteriores ao mesmo, tendo sido implantado um sistema automatizado para melhor controle das cessões dos servidores do IBGE.</p> <p>No que tange às cessões anteriores ao Decreto 4.050/01, a Diretoria Executiva está analisando cada caso para a solicitação de retorno daqueles que se encontrem na situação indicada pelo TCU.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>Pendências de implementação relativas ao Acórdão/TCU n.º 2.661/2005 – 1ª Câmara:</b>		
184642	<p><b>III</b> - conclua a revisão do tempo de efetivo exercício dos servidores ativos e inativos, considerado para fins do adicional por tempo de serviço, efetuando os acertos financeiros cabíveis</p>	<p><b>III</b> - Recomendação não avaliada, tendo em vista que não foi possível disponibilizar os comprovantes de atualização.</p>
184642	<p><b>IV</b> - envie esforços no sentido de adequar no sistema SIAPE os registros das cessões de acordo com cada situação funcional dos servidores cedidos pelo IBGE, com a finalidade de não gerar dúvidas a respeito da força de trabalho ativa existente na entidade</p>	<p><b>IV</b> - Foram atualizados no SIAPE o registro das cessões de acordo com a situação funcional dos servidores cedidos, lançamentos que são permanentemente atualizados e controlados com a implantação do sistema desenvolvido para tal fim. Todavia, vale registrar, que o sistema em questão ainda se encontra em fase de aprimoramento para os controles de cessão.</p>
184642	<p><b>V</b> - proceda à atualização e revisão geral nas documentações pertinentes aos dossiês dos servidores, a fim de torná-las compatíveis com as remunerações recebidas e especificadas nas fichas financeiras, no sentido de comprovar a segurança do sistema de pagamento de pessoal, bem como atualize o cadastro no sistema SIAPE de acordo com as informações pertinentes às fichas funcionais e financeiras;</p>	<p><b>V</b> - A Coordenação de Recursos Humanos vem desenvolvendo o projeto de digitalização das pastas funcionais que contemplará todos os servidores ativos, já tendo sido realizados os processos de aquisição dos equipamentos de limpeza e digitalização. Todavia, foi verificado pela CGU que a Diretoria Executiva está encontrando dificuldades em executar o projeto de modernização na área do cadastro, devido à escassez de servidores com perfil na área de Recursos de Humanos para conduzir os trabalhos.</p>
184642	<p><b>VI</b> - indique, nos processos referentes a licitações, previamente às realizações dos certames e, nas situações de Dispensas e Inexigibilidades de licitação, preliminarmente às contratações, os recursos orçamentários que assegurem o pagamento do objeto contratado no exercício financeiro em curso, em observância ao inciso III do parágrafo 2º c/c parágrafo 9º do art. 7º e ao art. 14 da Lei nº 8.666/93; no que tange especificamente às licitações na modalidade Pregão, indique, preliminarmente à sua realização, a garantia de reserva orçamentária, com especificação da respectiva rubrica, de acordo com o disposto no inciso IV do artigo 21 do Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000;</p>	<p><b>VI</b> - A Coordenação de Recursos Materiais comprovou à CGU que só se divulga os certames licitatórios quando há a emissão de pré-empenho, o mesmo acontecendo nas situações de dispensa e inexigibilidade de licitação. As contratações são ante-cedidas pela emissão do respectivo empenho, inclusive porque o registro da transação no SIDEC é requisito para a emissão do documento financeiro no SIAFI. Não obstante, foi esclarecido que, por vezes, nas contratações de serviços continuados, não é possível fazer o pré-empenho de todo o exercício financeiro, porque a liberação dos recursos orçamentários pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é feita, no início do ano, por duodécimos, e após a aprovação da Lei Orçamentária, por limites, o que leva a administração ter que liberar os referidos recursos de acordo com a sua disponibilidade”.</p>
184642	<p><b>VII</b> - A CGU requereu informações sobre as providências adotadas pelo IBGE para o ressarcimento ao Erário dos pagamentos efetuados ao servidor matrícula SIAPE n.º 0772316, no exercício de 1998, quando afastado para o Desempenho de Mandato Classista.</p>	<p><b>VII</b> - O IBGE disponibilizou o processo n.º 03601.000624/ 2004-88, com o comprovante do pagamento da dívida total do servidor matrícula SIAPE n.º 07723160, no valor de R\$ 12.748,75 (doze mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme GRU (guia de recolhimento da União) e Ficha Financeira.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>EXERCÍCIO 2004</b>		
160478	<p><b>Recomendação:</b> a) recomendamos que seja apresentada ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, órgão regulador, e à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, órgão fiscalizador do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), a questão aqui apresentada, a fim de serem convalidadas as operações comerciais realizadas entre a SIAS e o IBGE.</p>	<p>A recomendação foi reavaliada pela CGU, em face da demonstração apresentada pela Coordenação de Recursos Materiais no Memorando n.º 167, de 07/11/2006, que não há vedação legal ou estatutária que inviabilize a relação contratual de locação entre SIAS e IBGE, e por decorrência entendeu desnecessário o contato com o Conselho de Gestão da Previdência Complementar e com a Secretaria de Previdência Complementar, conforme recomendação em tela.</p>
160478	<p><b>Recomendação: contactar o responsável pelo projeto, a fim de sanar as falhas identificadas.</b> a) Execução de despesas relacionadas ao Contrato BID OC/991-BR, cadastrado no sistema SIAFI sob o nº 501667, que se encontra na situação de cancelado; d) Recebimento de R\$ 626.000,00 na conta contábil 6.1.2.1.2.00.00 – Repasse recebido, proveniente de transferência de recursos da UG 201002 – Coordenação Geral de Orçamento e Finanças, destinados ao pagamento de empréstimos externos – BID 991-OC/BR, na fonte de recursos 0148 – Operações de crédito externas, detalhada na obrigação 001242, que encontra-se cadastrada no sistema SIAFI na UG 113601 – IPEA/DF, Gestão 11302 – IPEA;</p>	<p>a) Foi esclarecido à CGU que a situação ‘cancelado’ deve-se à ocorrência de registro indevido, pelo fato de o IBGE não ser o mutuário do endividamento e sim o IPEA, conforme contrato de origem. Neste contrato consta o IBGE como co-executor e o PNUD como administrador dos recursos. d) Foi informado à CGU que em 2004, a parte do IBGE comprovada pelo IPEA, era liquidada pela Diretoria de Pesquisa e, em seguida, contabilizado pela DE/COF-GECON. Para isso, seguiu-se metodologia aprovada pela STN, juntamente com os contadores do IPEA e do IBGE. Nesse caso, o orçamento do IBGE contemplava o crédito correspondente aos gastos a serem realizados pelo PNUD ao longo do exercício financeiro e devidamente comprovados através dos demonstrativos de gastos numerados pelo PNUD/IPEA. Vale registrar que do montante de US\$26,150,000.00, coube ao IBGE US\$5,450,767.31 mais a contrapartida de sua responsabilidade. Esta operacionalidade contábil se deu no período de 1999 a 2003, da seguinte forma: - empenho da despesa (crédito contemplado no orçamento) após a comprovação dos gastos pelo IPEA/PNUD e liquidado pela Diretoria de Pesquisa (não tínhamos o financeiro correspondente, pois já havia sido efetivado o gasto pelo PNUD). Para o fechamento contábil utilizou-se a conta Receita em substituição a conta Bancos, como artifício técnico contábil, atendendo o princípio da partida dobrada. Porém, a partir de 2004, em referência ao valor de R\$ 626.000,00, mudou-se o critério descrito acima.</p>
160478	<p>a) prosseguir com as ações objetivando a obtenção da escritura de compra e venda definitiva do imóvel constituído pelo prédio situado à Av. Franklin Roosevelt, n.º 166, e o seu consequente registro em nome da Fundação IBGE; b) prosseguir com as ações objetivando a correção do endereço do imóvel situado à Avenida Brasil, em sua certidão, e a transferência do seu nome no cadastro da Prefeitura.</p>	<p>a) O assunto já foi submetido à Procuradoria Federal do IBGE visando a propositura de Ação Judicial de Adjudicação Compulsória. Estamos aguardando a providência por parte da Advocacia Geral da União, que tem a representação judicial do IBGE. b) Averbadas em 28.06.2006 as Certidões originais de alteração de Nomenclatura e Numeração do imóvel sito à Av. Brasil 15051 junto ao 8º Ofício do Registro Geral de Imóveis para sua regularização. Protocolo de averbação nº 536239; Protocolo de pedido de certidão (RGI) nº 06/14143. Resposta em 03.07.2006: O pedido de averbação e o novo RGI estão sob exigência por não constar registro de benfeitorias e instalações atualizado, constando apenas no 8º Of. de Registro de Imóveis lotes de terrenos. Está sendo providenciado o desarquivamento do processo sobre construções efetuadas no Complexo Parada de Lucas, junto ao arquivo da Prefeitura, na Comarca de Irajá/RJ, para proceder averbação das benfeitorias e obter um novo RGI.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
-----------------	---------------------------	-----------------------

**EXERCÍCIO 2004**

<p>160478</p>	<p><b>Pagamento da remuneração total do cargo em comissão DAS 101.5 a servidor requisitado da FEEMA, em desacordo com a Lei nº 9.030, de 13/04/95, e com o Ofício Circular nº 19, de 04/05/95.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Considerando que o pagamento da parcela variável para o servidor que acumula legalmente mais de um cargo efetivo e/ou emprego permanente será calculado deduzindo-se do valor total do cargo em comissão o somatório das remunerações dos cargos efetivos e ou empregos permanentes e tendo em vista que o servidor recebeu a maior desde a nomeação para o cargo DAS 101.5 no IBGE, de janeiro/2000, até a data do despacho da FEEMA, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, recomendamos:</p> <p>a) apurar a responsabilidade dos fatos apontados, considerando que os atos evidenciados causaram prejuízo ao Erário, através do processo administrativo n.ºPP/03601.000359/2004, já instaurado;</p> <p>b) rever os cálculos dos pagamentos efetuados a maior, e providenciar a devolução ao erário das diferenças pagas a partir da data em que ocorreram os pagamentos indevidos ao servidor em comento;</p> <p>c) providenciar o ressarcimento ao erário dos valores de auxílio alimentação pagos indevidamente, considerando que o servidor somente fez jus à percepção do benefício a partir do seu ingresso no órgão em jan/2000, e após opção de não recebimento pelo órgão de origem do referido benefício; e</p> <p>d) atentar para a obtenção de toda a documentação imprescindível à formalização dos processos de requisição.</p>	<p>a) O processo de sindicância n.º 03601.000359/2004-38 instaurado para tal fim, foi concluído com a avaliação do Sr. Presidente do IBGE às fls. 125.</p> <p>b) O servidor reconheceu a remuneração recebida indevidamente junto a Fundação FEEMA, tendo assumido o compromisso de ressarcir àquela Fundação, conforme declaração da Presidência do órgão.</p> <p>O Processo n.º 03604.004924/2005-97, que trata da matéria, foi encaminhado para avaliação a CGU-Regional/RJ solicitando pronunciamento a respeito de que órgão deve receber o reembolso dos valores indevidamente pagos ao servidor, se a FEEMA ou se o IBGE.</p> <p>c) O Gerente de Pagamento (CRH/GEPAG/GP1), se manifestou no sentido de que não houve pagamento indevido do auxílio-alimentação, uma vez que o servidor foi nomeado em 03/01/00, fazendo jus ao recebimento do mesmo. Ocorre, no entanto, que o referido benefício é pago antecipadamente e por não constar na folha de pagamento do mês de dezembro/99, o benefício foi pago através de dois seqüenciais na folha do mês de janeiro/00, correspondente aos meses de janeiro e fevereiro. Em que pese o acerto no pagamento, foi informado indevidamente no SIAPE o mês dezembro/99 nos dois pagamentos, quando deveria ter sido indicado os meses de janeiro e fevereiro/00.</p> <p>Com relação ao processo de requisição, já foi regularizado”.</p>
<p>160478</p>	<p><b>Ausência de ressarcimento ao IBGE, por parte de órgãos cessionários, do ônus de servidores cedidos em exercícios anteriores a 2004.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> A Coordenação de Recursos Humanos (CRH) deverá manter a CGU-Regional/RJ informada quanto ao resultado das providências adotadas pela PF/IBGE, no que tange aos ressarcimentos das despesas dos órgãos cessionários inadimplentes, sob a sua responsabilidade.</p>	<p>Os débitos referentes às cessões antigas que se encontram na alçada da Pro-curatoria Federal e independem da ação da Coordenação de Recursos Humanos. Através do processo 03604.005687/2005-81 a Coordenação de Recursos Humanos vem acompanhando a tramitação dos processos judiciais junto à Procuradoria Federal no IBGE, que vem informando periodicamente as alterações ocorridas.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>EXERCÍCIO 2004</b>		
160478	<p><b>Controles deficientes quanto às cessões de servidores a órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, caracterizando cessão com prazo indeterminado.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Atentar para as disposições contidas no Decreto n.º 4.050, de 12/12/2001, principalmente quanto aos artigos 2º, 4º, e 11 e parágrafos, que tratam dos prazos de vigência das cessões e do ônus da remuneração e do reembolso ao órgão cedente da cessão, lembrando ainda que a Lei n.º 6.999/82 trata da requisição de servidores públicos para prestar apoio eleitoral, em caráter colaborativo e de natureza transitória.</p>	<p>O IBGE vem cumprido rigorosamente o disposto no Decreto n.º 4050 de 12/12/01, não havendo casos de inadimplência posteriores ao mesmo, tendo sido implantado no corrente exercício um sistema automatizado para melhor controle das cessões dos servidores do IBGE.</p> <p>No que tange às cessões anteriores ao Decreto 4.050/01, a Diretoria Executiva está analisando os casos apontados para a solicitação de retorno, conforme recomendado.</p>
160478	<p><b>Concessão da Vantagem de Incorporação de Quintos/ Décimos, sem constar dos autos dos processos as documentações pertinentes.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Face ao exposto e considerando a grande quantidade de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão, que recebem a citada vantagem VPNI do artigo 62 da Lei n.º 8.112/90 no IBGE, recomendamos à CRH incluir na formalização dos processos dos servidores que fazem jus à VPNI, todas as documentações necessárias às concessões de incorporação de quintos/ décimos, tais como portarias de nomeação / exoneração, em muitos casos a correlação de função exercida em exercícios anteriores a 1995 e a planilha de cálculos. Efetuar ainda a revisão dos dados informados no PIF, já que alguns processos analisados apresentaram divergências com relação às datas contidas nas portarias de admissão / exoneração.</p>	<p><b>Foram concluídas as revisões dos processos referentes aos servidores que fazem jus a VPNI do artigo 62 da Lei n.º 8112/90.</b></p>
160478	<p><b>Recomendação:</b> Como forma de se buscar obter uma maior garantia quanto à qualidade da organizadora de futuros concursos para o IBGE, recomendamos a opção pela licitação do tipo técnica e preço, que, conforme dispõe o art. 46 da Lei nº 8.666/93, é utilizada exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual. O fator preço, neste caso específico de organização de concurso, quando único parâmetro para seleção da proposta, pode conduzir a serviços de baixa qualidade, que de forma alguma convêm às intenções da entidade em obter um processo seletivo de alto nível.</p>	<p>Recomendação reavaliada tendo sido acatada a justificativa apresentada pelo IBGE através do Ofício n.º 581/PR, de 30/10/2006, no sentido de que os certames licitatórios realizados no ano de 2006 para o concurso público – nível médio, proc. nº 03604.005050/2005-95 e para o Processo Seletivo Simplificado, proc. nº 03606.000270/2006-93 – Censo/2007, foram realizados na modalidade Pregão, na forma presencial, possibilitando habilitar o acesso ao certame de Empresas comprovadamente capazes do objetivo projetado. A justificativa para a sua utilização deveu-se ao fato de o IBGE entender que a contratação de empresas para realizar concurso público ou processo seletivo simplificado não caracteriza serviço de natureza predominantemente intelectual, a ser adquirido por meio da modalidade de técnica e preço, considerando ainda que o Decreto nº 5.450/2005 torna obrigatório o uso do Pregão para esse tipo de contratação. Ambos concursos foram realizados com sucesso, não tendo havido comprometimento dos objetivos.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
-----------------	---------------------------	-----------------------

**EXERCÍCIO 2004**

<p>160478</p>	<p><b>Impropriedades em convênios celebrados com a CAPES.</b></p> <p><b>Recomendação: O IBGE deverá sanar as pendências elencadas, de forma a atender os dispositivos legais pertinentes, em particular as disposições contidas na Instrução Normativa STN nº 01/97.</b></p> <p>A falha identificada no item 10.3.1.1 do Relatório n.º 160478, que constava pendente de implementação na última auditoria é:</p> <p>c.3) existência de divergências entre os valores apresentados como pagos aos bolsistas constantes da prestação de contas, encaminhada por meio do Ofício n.º 009/05, e aqueles relativos às notas de empenho n.º 2004NE000072, 2004NE000075, 2004NE000073, 2004NE000070 e 2004NE000071</p>	<p>A Coordenação de Recursos Orçamentários e Financeiros, informou à CGU que o valor efetivamente pago aos bolsistas, competência Dezem-bro/2004, corresponde a R\$ 5.985,00 e não R\$ 4.275,00. A diferença, R\$ 1.710,00, diz respeito às Notas de Empenhos nº 2004NE000424 e 2004NE000425 e as Ordens Bancárias 2005OB900243 e 2005OB900239, respectivamente, totalizando, no exercício 2004, uma execução de crédito e recursos de R\$ 63.675,20.</p> <p>No entanto, a CGU deu como recomendação não atendida, justificando que consta no anexo IV (fls. 101 do processo) da prestação de contas do referido convênio, que o valor total das despesas realizadas, em 2004, foi de R\$ 63.312,80 (sessenta e três mil trezentos e doze reais e oitenta centavos). No anexo VI (fls. 104) consta informação sobre a folha de pagamentos dos bolsistas, sendo discriminado o mês de competência (janeiro a dezembro de 2004) e a data dos pagamentos efetuados (13/02/2004 até 10/01/2005). Consta, também, anexada à prestação de contas, a discriminação da execução financeira do convênio no exercício de 2004 (fls. 106 e 107 do processo). Neste documento, no entanto, foi considerado para se chegar ao valor total das despesas informadas na prestação de contas (R\$ 63.312,80) os pagamento efetuados em 09/01/2004, no valor total de R\$ 5.622,60 (cinco mil seiscentos e vinte e dois reais e sessenta centavos), que se referem a dezembro de 2003. Não foram discriminados, no entanto, como também não foram considerados na prestação de contas, os pagamentos efetuados em 10/01/2004 relativos à dezembro de 2005, no valor total de R\$ 5.985,00 (cinco mil novecentos e oitenta e cinco reais), incluindo os pagamentos a que se referem as Notas de Empenhos nº 2004NE000424 e 2004NE000425; e as Ordens Bancárias 2005OB900243 e 2005OB900239. O valor total das despesas do referido convênio, no exercício de 2004, foi efetivamente R\$ 63.675,20 (sessenta e três mil seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).</p> <p>Para sanar a falha apontada caberá ao IBGE providenciar nova prestação de contas considerando R\$ 63.675,20 (sessenta e três mil seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) como valor total das despesas, excluindo os pagamentos discriminados indevidamente, que se referem à dezembro de 2003 (R\$5.622,60), e incluindo os de dezembro de 2004 (R\$5.985,00).</p> <p>Diante do posicionamento da CGU, a Coordenação de Orçamento e Finanças está providenciando o atendimento da recomendação na forma indicada.</p>
---------------	--	--

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>EXERCÍCIO 2003</b>		
140875	<p>Existência de saldo de R\$ R\$ 96.329,15 na conta contábil 1.1.2.1.9.0.7.00 – Créditos a receber por cessão de pessoal.</p> <p><b>Recomendação:</b> Verificar o saldo de R\$ 96.329,15 na conta contábil 1.1.2.1.9.0.7.00 - Créditos a receber por cessão de pessoal.</p>	<p>Em dezembro de 2005 o saldo da conta contábil 1.1.2.1.9.0.7.00 - Créditos a receber por cessão de pessoal era de R\$ 114.001,01.</p> <p>Em relação ao valor de R\$ 71.919,80, o IBGE instaurou o processo de nº 03604.001832/ 2006-36 para manifestação da Procuradoria Federal a respeito do assunto em questão. O referido valor está registrado na conta corrente 05495676000117. Resta ao IBGE demonstrar que foi instaurada ação com vistas à cobrança judicial do crédito para atendimento da recomendação, relativamente à referida conta corrente.</p> <p>Na conta contábil 30449862000167 constava registrado, em 31/12/2005, o valor de R\$ 14.023,68. Destes, R\$ 12.586,99 foram regularizados por meio das Notas de Sistema n.ºs 2006NS000411, 2006NS000412, 2006NS000153 e 2006NS000154, que registraram os ressarcimentos efetuados pelo órgãos cessionários.</p> <p>Quanto ao saldo de R\$ 1.436,69, registrado nesta mesma conta corrente, é referente a atualização monetária por atraso no pagamento das faturas, tendo sido apresentado à Procuradoria Federal o processo 03604.004255/2003 para parecer jurídico quanto ao mérito da cobrança, a fim de viabilizar ou não a baixa contábil.</p> <p>O restante do saldo, no valor de R\$ 28.057,53, registrado nas contas correntes 33937541000108 e 51169555000100, foi regularizado por meio das Notas de Sistema n.ºs 2006NS000108, 2006NS000109 e 2006NS000110, que registraram os ressarcimentos efetuados pelo órgãos cessionários.</p>
140875	<p>Existência de R\$29.544,56 na conta contábil 1.2.1.2.4.00.00 - Depósitos especiais, remanescente do exercício de 1994, e, de R\$276.057,56 na conta contábil 1.2.1.2.5.00.00 - Recursos apreendidos por decisão judicial, remanescente do exercício de 1998.</p> <p><b>Recomendação:</b> Verificar existência de saldo de R\$ 29.544,56 na conta contábil 1.2.1.2.4.00.00 – Depósitos especiais, remanescente do exercício de 1994, e, de R\$ 276.057,56 na conta contábil 1.2.1.2.5.00.00 – Recursos apreendidos por decisão judicial, remanescente do exercício de 1998.</p>	<p>Em 31/12/2005, o saldo da conta contábil 1.2.1.2.4.00.00 – Depósitos especiais era no valor de R\$ 126,30, tendo sido regularizado parcialmente por meio da Nota de Lançamento 2006NL00729, no valor de R\$ 100,00, que registrou a baixa efetuada a menor, relativa aos valores recebidos pela reclamante Ruth Arruda da Câmara. Sobre o restante, no valor de R\$26,30, refere-se <i>ao ex-servidor</i> José Nazaré de Pontes e Souza. Processo nº 03604.001861/2006-06, encaminhado à Procuradoria Federal para pronunciamento sobre o assunto.</p> <p>Em 31/12/2005 o saldo da conta contábil 1.2.1.2.5.00.00 – Recursos apreendidos por decisão judicial – era de R\$ 244.701,85, referente ao <i>ex-servidor</i> Irio Barbosa da Costa. Processo 03604.001861/2006-06 encaminhado à Procuradoria Federal para pronunciamento sobre o assunto.</p>

**RECOMENDAÇÕES**

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
<b>EXERCÍCIO 2003</b>		
140875	<p>Existência de saldo de R\$ 70,97 na conta contábil 1.9.9.1.2.14.00 - Depósitos judiciais, em 113 contas correntes, remanescente de exercício anterior.</p> <p><b>Recomendação:</b> Verificar a existência de saldo de R\$ 70,97 na conta contábil 1.9.9.1.2.14.00 – Depósitos judiciais, em 113 contas correntes, remanescente de exercício anterior.</p>	<p>Foram identificados alguns precatórios pagos. Estamos efetuando as baixas contábeis correspondentes. Foi solicitado e reiterado, também, informação à CEF sobre a existência de depósitos em favor de algum daqueles contas correntes, ainda sem resposta.</p>
140875	<p><b>Processos PAD'S de acumulação de cargos técnicos com o de professor do Governo do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Agilizar a conclusão das apurações dos processos que tratam dos casos de acumulação de cargos públicos, ocasionando prejuízo ao Erário.</p>	<p>Os processos foram examinados pela Comissão Interna de Ciência e Tecnologia do IBGE, que reiterou ao CPC-Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, por intermédio da SRH/MPOG, uma manifestação conclusiva sobre a matéria.</p>
<b>EXERCÍCIO 2002</b>		
117090	<p><b>Recomendação:</b> identificar alternativas para a cobrança de depósitos realizados indevidamente, por conta do controle precário dos óbitos dos servidores e pensionistas, com relação às servidoras matrículas SIAPE 0762731, 185922, 03776603; e pensionistas matrículas SIAPE 0629399 e 762415.</p>	<p>Esgotadas as providências no âmbito administrativo, foi encaminhado à Procuradoria Federal no IBGE, o processo 03601.001104/2002-21 para proposição de ação judicial para ressarcimento ao erário, não tendo ainda aquele órgão jurídico concluído o feito”.</p>

## Anexo 3 - Concessão de Diárias em fins-de-semana

MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	UE MATO GROSSO DO SUL			RESULTADO	BENEFICIÁRIO					
					MOTIVO	OBJETIVO								
Novembro	15	2,5	230,95	Campo Grande/MS	Para cumprimento do cronograma de exames, será necessário deslocamento no final de semana	Exames Médicos Periódicos	Exames realizados	Antonio Luiz de Sampaio Brasil						
		2,5	232,00	Campo Grande/MS					Lourival Oliveira					
		2,5	232,00	Campo Grande/MS					Samuel Claudio Alo de Alvarenga					
		2,5	224,15	Campo Grande/MS					Sonia Maria Machado					
		2,5	232,00	Campo Grande/MS					Aparecido Freitas Britto					
		2,5	232,00	Campo Grande/MS					Everaldo Assad Arguello					
		2,5	232,00	Campo Grande/MS					Jair Alves dos Santos					
		2,5	232,00	Campo Grande/MS					Honorio Marcos Machado					
		2,5	232,00	Campo Grande/MS					Carlos Roberto Rodrigues de Rodrigues					
		2,5	232,00	Campo Grande/MS					Jesus Garcia de Camargo					
		2,5	289,27	Campo Grande/MS					Jorge Miranda Quevedo					
		16,5	1337,84	Diversas cidades/MS					Para cumprimento do cronograma das reuniões, será necessária permanência nos finais de semana	Reuniões das Comissões Censitárias Municipais (CCM)	Reuniões realizadas	Wilson Douglas de Queiroz Blini		
		<b>TOTAL</b>							<b>3.938,21</b>					

UE PARÁ								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Junho	2	1,5	122,83	Capanema/PA	O retorno no sábado (3) deve-se pela falta de transporte regular	Realizar instalação dos equipamentos de comunicação da embratel - processo 03615.000387/2006-6	equipamentos instalados	Silvio Costa de Sousa
	2	1,5	122,44	Capanema/PA	O retorno no sábado (3) deve-se pela falta de transporte regular	Realizar instalação dos equipamentos de comunicação da embratel - processo 03615.000387/2006-6	equipamentos instalados	Ronaldo Barroso Sinimbu
Agosto	12	6,5	528,21	São Geraldo do Araguaia/PA	A utilização dos dias não úteis justifica-se pela distancia entre a sede e o município e a natureza da pesquisa domiciliar	Realizar listagem da PNAD e coletar a PIA, processo 03615.000066/2006-63.	listagem e coleta realizada	Melquisanor Goncalves Gester Filho
	12	8,5	700,05	São Geraldo do Araguaia/PA	A utilização dos dias não úteis justifica-se pela distancia entre a sede e o município e a natureza da pesquisa domiciliar	Realizar listagem da PNAD e coletar a PIA, processo 03615.000064/2006-74	listagem e coleta realizada	Luiz Augusto da Silva Melo
Setembro	8	29,5	2954,96	Diversas cidades do Ceará/CE	Em face da natureza dos trabalhos e visando a otimização de recursos os servidores permanecerão em campanha nos finais de semana e feriados. A saída foi programada para a sexta feira, 08/09/06, devido a necessidade de cumprir agenda de reuniões e visitas institucionais a partir da segunda feira, 11/09/06, de acordo com as conveniências e disponibilidades das instituições a serem visitadas	Atualização do mapeamento da vegetação da Folha SA.24-Fortaleza como parte do programa SINRN - Proc. 03615.000512/2006-30	mapeamento atualizado	Rui Lopes de Loureiro

		UE PARA						
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Setembro	8	29,5	2399,31	Diversas cidades do Ceará/CE	Em face da natureza dos trabalhos e visando a otimização de recursos os servidores permanecerão em campanha nos finais de semana e feriados. A saída foi programada para a sexta feira, 08/09/06, devido a necessidade de cumprir agenda de reuniões e visitas institucionais a partir da segunda feira, 11/09/06, de acordo com as conveniências e disponibilidades das instituições a serem visitadas	Atualização do mapeamento da vegetação da Folha SA.24-Fortaleza como parte do programa SINRN - Proc. 03615.000512/2006-30	mapeamento atualizado	Severino Paes da Silva Filho
					Em face da natureza dos trabalhos e visando a otimização de recursos os servidores permanecerão em campanha nos finais de semana e feriados. A saída foi programada para a sexta feira, 08/09/06, devido a necessidade de cumprir agenda de reuniões e visitas institucionais a partir da segunda feira, 11/09/06, de acordo com as conveniências e disponibilidades das instituições a serem visitadas	Atualização do mapeamento da vegetação da Folha SA.24-Fortaleza como parte do programa SINRN - Proc. 03615.000512/2006-30	mapeamento atualizado	Eduardo da Silva Santos
	16	10,5	937,09	Salinópolis/PA	A utilização dos dias não úteis, justifica-se pela necessidade do treinamento durante todo o fim de semana	Participar do repasse do treinamento da PNAD 2006 - 03615.000070/2006-21	Treinamento realizado	Almir de Vasconcelos Uchoa
					A utilização dos dias não úteis, justifica-se pela necessidade do treinamento durante todo o fim de semana	Participar do repasse do treinamento da PNAD 2006 - 03615.000070/2006-21	Treinamento realizado	Douglas Gomes de Oliveira

UE PARÁ						
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	BENEFICIÁRIO
Setembro	16	10,5	814,28	Salinópolis/PA	A utilização dos dias não úteis, justifica-se pela necessidade do treinamento durante todo o fim de semana	Jose Carlos de Araujo
					Participar do repasse do treinamento da PNAD 2006 - 03615.000070/2006-21	
Novembro	15	2,5	202,69	Porto de Moz/PA	A utilização do feriado no dia 15/11, decorre da precariedade de meios de locomoção, para o deslocamento do servidor	Otávio Almeida de Souza
					Realizar a coleta de informações para a MUNIC e registro civil- 03615.000055/2006-83	
			<b>TOTAL</b>			
			<b>12.966,60</b>			

UE RIO GRANDE DO SUL						
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	BENEFICIÁRIO
Agosto	12	8,5	6190,72	Cabo Frio/RJ	Viagem envolvendo sábado e domingo para atender ao cronograma da Diretoria de Pesquisa	Ademar Camargo dos Reis, Emiliano Jaime de Vargas Silva, Flavio Antonio Freire da Rosa, Mario de Avila, Getulio Moacir Ramos Durgante, Gustavo Reginatto, Jose Roberto Alves, Lauro Lindolfo Steffan
					Treinamento PNAD 2006 - Etapa entrevista no período de 14 a 19 de agosto em Cabo Frio - Rio de Janeiro, sendo necessários os dias 12, 13 e 20 para deslocamento, conforme processo da UE/RS 03643.000725/2006-24	
Setembro	7	1,5	120,43	Arvorezinha/RS	Viagem no feriado para atender a programação da reunião	Claudio Franco Sant Anna
					Participar de reunião sobre a realização de atividades do Censo, conforme processo da UE/RS 03643.000221/2006-12	
			<b>TOTAL</b>			
			<b>6.311,15</b>			

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Fevereiro	17	7,5	994,99	Brasília/DF	O período do evento engloba o sábado e o domingo	Ministrar workshop de ferramentas digitais	workshop realizado	Mario Henrique Monteiro de Mattos
	17	1,5	200,58	Brasília/DF	O evento ocorre em um período que engloba o sábado e o domingo	Montar equipamentos de informática para realização de workshop em Brasília	equipamentos montados	Ricardo de Queiroz Pecanha
	18	7,5	876,15	Aracaju/SE	início do treinamento da MUNIC na UE/SE no domingo, 19/nov/06	Participar do Repasse do Treinamento da Pesquisa de Informações Básicas Municipais-MUNIC-2005, na Unidade Estadual do IBGE - UE/SE, em Aracaju-SE, no período de 18 a 25 de fevereiro de 2006 (PP/03606.00087/2006-98)	treinamento realizado	Vania Maria Pacheco
Março	10	6,5	630,25	Macaé/RJ	Necessidade de presença contínua dos servidores no local das operações durante o período de execução de levantamentos geodésicos	Auditar, manter e realizar o controle geodésico da Estação Maregráfica de Macaé. RMPG, MemoCGED 010, PP03602.000075/2006-01	trabalho realizado	Solange Cardoso
	10	6,5	493,26					Jorge Roberto Ferreira de Souza
	10	6,5	637,29					Nilo Cesar Coelho da Silva
	10	6,5	501,78					Joel da Silva
	10	6,5	525,75					Carlos Alberto Soares
	10	6,5	481,26					Pedro do Nascimento
	10	6,5	475,26					Antonio da Cruz Castro
	10	6,5	525,75					Joao Ribeiro Manhaes
	10	6,5	474,32					Pedro Augusto de Oliveira Mendes
	Abril	1	2,5	246,21	Campos dos Goitacazes/RJ	pesquisa com início dia 02/04/06 (domingo)	Participar da pesquisa de campo do 18º CDHP, a realizar-se em Campos dos Goitacazes/RJ, no período de 01 a 06/04/2006 Proc: 03607.000083/2006-08	pesquisa realizada
1		5,5	508,75					Ana Paula Guimaraes Lima
1		5,5	522,36					Edson Wanderlei Fontana
1		5,5	540,76					Erica Braga de Pinho
1		5,5	532,76					Ethel Guedes Vieites
1		5,5	524,05					Flavio Marcelo Tavares Montenegro
1		5,5	511,96					Juarez Silva Filho
1		5,5	540,76					Luis Celso Guimaraes

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL													
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO					
Abril	1	5,5	507,16	Campos dos Goitacazes/RJ	pesquisa com início dia 02/04/06 (domingo)	Participar da pesquisa de campo do 18º CDHP, a realizar-se em Campos dos Goitacazes/RJ, no período de 01 a 06/04/2006 Proc: 03607.000083/2006-08	pesquisa realizada	Marcia de Santana Pinto Marcia do Rosario Brauns Marize Alves da Silva Paulina Rosenberg Kittman Roberto Augusto Soares Pereira Duarte Yuri Jacob Lumer Marcelo de Moraes Duriez Alberto Azemiro Martins de Carvalho Andre Alves Gandolpho Carlos Messias Silva Barbosa Marisa Sigolo Mendonca					
	1	5,5	524,19										
	1	5,5	411,59										
	1	5,5	540,76										
	1	5,5	516,73										
	1	5,5	532,76										
	1	5,5	539,39										
	1	5,5	422,79										
	1	5,5	518,45										
	1	5,5	399,59										
	1	5,5	491,95										
	1	7,5	6101,61						Genebra/Suíça	Esclareço que a data de afastamento do país, no dia 1º de abril, e a data de retorno, no dia 9 de abril, devem-se ao roteiro e à disponibilidade de vôos para a cidade de Genebra. Assim sendo, faz-se necessário um dia adicional de trânsito na ida e na volta. Por essa razão, a viagem ocorrerá no final de semana	Participar da "Joint UNECE/EUROSTAT/OECD Session on Statistical Metadata (METIS)", entre os dias 3 e 5 de abril, e da "Third OECD Expert Group Meeting on Statistical Data and Metadata Exchange(SDMX)", entre os dias 6 e 7 de abril	participação realizada	Luigino Italo Palermo
	29	0,5	65,29						Brasília/DF	Participação na mesa de debate "Informação, Documentação e Gestão Esportiva" que será realizado no sábado dia 29/4/06	Comparecer ao I Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva, em Brasília-DF, no dia 29 de abril de 2006. (proc. 03606.000236/2006-19)	participação realizada	Eduardo Luiz de Mendonca
	29	0,5	65,29										

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Abril	29	7,5	577,88	Imbituba/SC	<p>A atividade de auditoria, manutenção e controle geodésico da RMPG iniciou em 26.04.2006. O controle geodésico, porém, começará no dia 30.04.2006 em função da disponibilização do receptor GPS a ser utilizado no rastreo e do servidor da GGC/SC indicado para o mesmo. Wagner Carrupt que estará participando de um curso até o dia 28 de abril. Como essa atividade deve ser conjunta e a lua estará propícia aos testes necessários no dia 27, optamos por iniciá-la no dia 26, dando continuidade ao controle a partir do dia 30. O servidor Wagner já estará em Santa Catarina nesta data, mas a equipe de nivelamento (DALTI) deverá iniciar seu deslocamento terrestre (Rio-Imbituba) no sábado, dia 29, para que haja simultaneidade dos procedimentos. Como as atividades de controle geodésico terminarão no fim do dia 5/5 (sexta-feira) a equipe se deslocará para São Paulo no dia 06/05 onde iniciarão novos levantamentos</p>	<p>Controle Geodésico do marégrafo de Imbituba. DALTI, Etapa 12, MemoCGED 040, PP 03602.000246/2006-94</p>	<p>trabalho realizado</p>	Joao da Silva Aquino
	29	7,5	618,22					Joao Ribeiro Manhaes
	29	7,5	577,83					Antonio da Cruz Castro
	29	7,5	597,83					Antonio Carlos Ferreira Gomes
	29	7,5	583,43					Jeferson da Silva Leite

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Maio	1	22,5	2295,45	Fortaleza/CE, Aracaju/SE, Goiânia/GO, Curitiba/PR, Florianópolis/SC	Justifica-se a solicitação para o feriado 01/05, tendo em vista que a reunião tem início no dia 02/05 cedo, não havendo possibilidade de vôo para cumprimento deste horário. As atividades necessitam de permanência contínua	Preparo do servidor, implementação e/ou atualização da versão 2.8.0 do SISCART e instalação do SISCART AT nos servidores e micros clientes das UE-CE, UE-SE, UE-GO, UE-PR e UE-SC - Processo nº 03602.000260/2006-98 - Projeto atividade AGRO 2006	reunião realizada	Paulo Roberto de Oliveira
	1	18,5	2257,62	Salvador/BA, Fortaleza/CE, Porto Velho/RO	Justifica-se a solicitação para o feriado 01/05, tendo em vista que a reunião tem início no dia 02/05 cedo, não havendo possibilidade de vôo para cumprimento deste horário. As atividades necessitam de permanência contínua	Treinamento visando as etapas de edição e manutenção da malha para planejamento da base territorial rural 2007 através do SISCART 2.8.0 na UE-BA, UE-CE e UE-RO - Processo nº 03602.000261/2006-32 Projeto Atividade AGRO2006	treinamento realizado	Edison Pereira Ribeiro
	1	4,5	563,14	Salvador/BA	Justifica-se a solicitação para o feriado 01/05, tendo em vista que a reunião tem início no dia 02/05 cedo, não havendo possibilidade de vôo para cumprimento deste horário	Colaboração no treinamento visando o preparo da malha, para planejamento da base territorial rural 2007, através do SISCART 2.8.0 na UE-BA - Proc.nº 03602.000262/2006-87 - Ação: AGRO2006	treinamento realizado	Monica Fontes
	1	5,5	524,00	Natal/RN	A saída no feriado e retorno no sábado justificam-se pela necessidade de total aproveitamento da semana de trabalho nas atividades de acompanhar e supervisionar a produção	Acompanhamento e supervisão dos trabalhos de preparo da Base Territorial, na UE/RN, com vistas a coleta do Censo Agro 2006 e Contagem de População 2007. Projeto: Base Territorial - BOG; PI: Agro2006; Proc: 03602.000286/2006-36	supervisão realizada	Carlos Alberto Elbert Queiroz

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Maio	1	5,5	524,00	Natal/RN	A saída no feriado e retorno no sábado justificam-se pela necessidade de total aproveitamento da semana de trabalho nas atividades de acompanhar e supervisionar a produção	Acompanhamento e supervisão dos trabalhos de preparo da Base Territorial, na UE/RN, com vistas a coleta do Censo Agro 2006 e Contagem de População 2007. Projeto: Base Territorial - BOG; PI: Agro2006; Processo: 03602.000286/2006-36	supervisão realizada	Carlos Alberto Lopes de Souza
	1	1,5	283,47	Brasília/DF	Justifica-se a solicitação para o feriado 01/05, tendo em vista que a reunião tem início no dia 02/05 cedo, não havendo possibilidade de vôo para cumprimento deste horário	Reunião Cartografia da Amazônia no Gabinete de Segurança Institucional - GSI - Mapeamento Topográfico/MAPTOP - Processo nº 03602.000303/2006-35 Projeto Atividade: MAPEAMENTO	reunião realizada	Moema Jose de Carvalho Augusto
	1	7,5	727,11	Palmas/TO	O período do evento engloba o final de semana	O servidor irá viajar para participar da organização e coordenação da feira agropecuária de tocantins	trabalho realizado	Carlos Alberto Julio da Silva
	12	14,5	1477,64	Itapetininga/SP	Levantamento geodésicos exigem a presença dos servidores no local das operações durante o período programado	Etapa 10: Acompanhamento das atividades de campo da equipe de Altimetria da CGED. DALTI, 6MemoCGED 047, PPO3602.000310/2006-37	levantamento geodésico realizado	Claudia Cristina Cunha Santos
	19	1,5	210,30	Natal/RN	O Encontro começará no sábado, dia 20/05	Participar do 2º Encontro Nordeste de Prefeitos, em Natal/RN, representando o Presidente do IBGE	encontro realizado	Wasmalia Socorro Barata Bivar
Junho	3	7,5	565,18	Caeté/MG	Estes servidores precisarão viajar no sábado porque irão ajudar na montagem e depois na desmontagem do estande do IBGE e participarão como expositores no Evento	Encontro nacional dos Chefes das agências do IBGE em Caeté/MG PMRG, Memo CGED 055/06 PP 03602.000395/2006-53	encontro realizado	Antonio Jurandir Constantino de Oliveira

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Junho	3	7,5	586,18	Caeté/MG	Estes servidores precisarão viajar no sábado porque irão ajudar na montagem e depois na desmontagem do estande do IBGE e participarão como expositores no Evento	Encontro nacional dos Chefes das agências do IBGE em Caeté/MG PMRG, Memo CGED 055/06 PP 03602.000395/2006-53	encontro realizado	Jose da Cruz Filho
	3	4,5	537,01	Belo Horizonte/MG	A ida do(a) servidor(a) no final de semana se dá devido ao fato do deslocamento ser através de veículo terrestre	Processo nº 03605.000281/2006-83. O(a) servidor(a) é integrante do Coral do IBGE e irá participar do Primeiro Encontro Nacional de Chefes de Agências do IBGE, assim como da gravação de vídeo institucional do IBGE	encontro realizado	Aida Maria Nolasco de Carvalho Altagnan Abreu Viana Azarias de Aquino Neto Andre Uesato Aline Milani Romeiro Pereira Ari Ferreira de Araujo Cristina Ramos Carlos de Carvalho Dalva Freitas Baldansa Daniel Spitalnik Nathan Divaldo Ferreira da Silva Debora Moscoso Pereira Eliane da Silva Carvalho Elias Alves de Oliveira Helena Kiyoe Ito Herben Kally de Almeida Rex Iracema Alice de Souza Laignier Rolim Joao Lopes dos Santos Luzimar da Silva Mathias Marcio Luiz de Carvalho
	3	4,5	429,61					
	3	4,5	420,01					
	3	4,5	531,01					
	3	4,5	519,01					
	3	4,5	429,01					
	3	4,5	526,79					
	3	4,5	426,61					
	3	4,5	520,81					
	3	4,5	426,61					
	3	4,5	509,99					
	3	4,5	414,01					
	3	4,5	428,45					
	3	4,5	537,01					
	3	4,5	537,01					
	3	4,5	429,01					
	3	4,5	405,48					
	3	4,5	426,61					
	3	4,5	417,61					

		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Junho	3	4,5	426,61	Belo Horizonte/MG	A ida do(a) servidor(a) no final de semana se dá devido ao fato do deslocamento ser através de veículo terrestre	Processo nº 03605.000281/2006-83. O(a) servidor(a) é integrante do Coral do IBGE e irá participar do Primeiro Encontro Nacional de Chefes de Agências do IBGE, assim como da gravação de vídeo institucional do IBGE	encontro realizado	Maria Cristina Rocha da Silva
	3	4,5	521,39					Maria da Penha Ribeiro Uchoa
	3	4,5	414,01					Rosane Tavares Trindade
	3	4,5	531,01					Regina Iafa Reznik
	3	4,5	537,01					Reynaldo Jose Monteiro dos Santos
	3	4,5	414,01					Seima da Costa Marcello Santos
	3	4,5	422,41					Sulamita Barreto de Oliveira Aquino
	3	4,5	520,81					Taissa Abdalla Filgueiras de Sousa
	3	4,5	429,01					Gilberto Geraldo
	3	4,5	463,95					Angela Dabdab Calache
	3	4,5	668,03					Noemi de Paula Batista
	3	4,5	463,95					Caetano Francisco de Souza
	3	4,5	668,03					Suellen da Costa Coelho
	3	4,5	668,03					Leandro Giuseppe Cendon Finotti
	3	4,5	668,03					Priscila Souza Azevedo
	3	4,5	668,03					Leonardo Cerante
3	4,5	463,95					Clélia Sant'anna Guimarães	
3	4,5	463,95					Joana D'arc Moreira de Jesus	
3	4,5	463,95					Lucia Maria Cunha Ribeiro	
3	4,5	463,95					Rita Nogueira de Rezende Carvalho	
3	4,5	463,95					José Gonçalves da Silva	

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO			
junho	3	4,5	463,95	Belo Horizonte/MG	A ida do(a) servidor(a) no final de semana se dá devido ao fato do deslocamento ser através de veículo terrestre	Processo nº 03605.000281/2006-83. O(a) servidor(a) é integrante do Coral do IBGE e irá participar do Primeiro Encontro Nacional de Chefes de Agências do IBGE, assim como da gravação de vídeo institucional do IBGE			
	3	4,5	463,95						
	3	4,5	463,95						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	3	4,5	668,03						
	24	0,5	42,96	Petrópolis/RJ			Estágio de campo marcado nesta data pela Gerência de Pós-Graduação	Para atender a GPG-Gerência de Pós-Graduação da ENCE (visitas institucionais)	visita realizada

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Julho	15	3,5	519,02	Maringá/SP	No Domingo dia 16.07, Participação a exposição Agropecuária	Instalação da Comissão Censitária da Ag. de Maringá	reunião realizada	Eduardo Pereira Nunes
	21	9,5	994,97	Caxambu/MG	A permanência do servidor em fim de semana se dá devido ao período do evento	Processo nº 03605.000410/2006-33. O servidor irá participar do 17º Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística - SINAPE	participação realizada	Raul Cesar Hamdan
Agosto	5	14,5	962,78	Cuiabá/MT	O servidor necessita viajar no final de semana para começar os trabalhos na segunda-feira e o retorno se dará no sábado pois os trabalhos só terminam no final do dia de sexta-feira	Segunda fase do Teste Piloto do Censo Agropecuário e Contagem da População	trabalho realizado	Carlos Alberto Barreto Rodrigues
	5	14,5	1190,24	Porto Velho/RO	O servidor necessita viajar no sábado pois o treinamento começa na manhã de segunda-feira e o vôo só chega durante a madrugada, por isso não vai no domingo e o retorno se dará no sábado pois os trabalhos só terminam no final do dia de sexta-feira	Segunda fase do Teste Piloto do Censo Agropecuário e Contagem da População	trabalho realizado	Roberto Wagner Julio
	5	14,5	1264,02	Cuiabá/MT	A ida para Cuiabá se dará no sábado (05/08), uma vez que o servidor embarcará no domingo (06/08), às 12:00, para Barra do Garças, para participar do treinamento na manhã de segunda-feira (07/08). A Volta para o Rio de Janeiro será no domingo, 19/08/2006, uma vez que o servidor retornará de Alta Floresta do Oeste no sábado, dia 18/08/2006. A Volta será no domingo, 19/08/2006, uma vez que o servidor retornará de Santa Terezinha no sábado, dia 18/08/2006	Para participar da 2ª Fase do Teste Piloto do Censo Agropecuário e Contagem da População dos Municípios com até 170 mil habitantes, que será realizado em Santa Terezinha/MT. Processo:03603.000109/2006-40	trabalho realizado	Osni Alves Barroso

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Agosto	5	14,5	1208,78	PortoVelho/RO	A Ida para Porto Velho se dará no sábado (05/08), uma vez que o servidor embarcará no domingo (06/08) para Cacoal, para participar do treinamento na manhã de segunda-feira (07/08). A Volta para o Rio de Janeiro será no domingo, 19/08/2006, uma vez que o servidor retornará de Alta Floresta do Oeste no sábado, dia 18/08/2006	Para participar da 2ª Fase do Teste Piloto do Censo Agropecuário e Contagem da População dos Municípios com até 170 mil habitantes, que ocorrerá em Alta Floresta do Oeste/RO. Processo:03603.000110/2006-74	trabalho realizado	Jorge Nelson Lopes Da Cunha
	25	4,5	442,24	Macaé/RJ	Devido ao trâmite de funcionários do porto de Imbetiba, por isso estamos realizando a manutenção no final de semana	Etapa 24: Instalação da nova régua de marés; avaliação da grade de proteção colocada na estação pela Petrobras; aplicação da proteção maresia/intempéries em toda a estrutura da estação. RMPG, Memo CGED 067, PP/03602000618/2006-82	trabalho realizado	Solange Cardoso
	25	4,5	348,63	Macaé/RJ	Devido ao trâmite de funcionários do porto de Imbetiba, por isso estamos realizando a manutenção no final de semana	Etapa 24: Instalação da nova régua de marés; avaliação da grade de proteção colocada na estação pela Petrobras; aplicação da proteção maresia/intempéries em toda a estrutura da estação. RMPG, Memo CGED 067, PP/03602000618/2006-82	trabalho realizado	Jorge Roberto Ferreira De Souza
	25	4,5	343,83	Macaé/RJ	Devido ao trâmite de funcionários do porto de Imbetiba, por isso estamos realizando a manutenção no final de semana	Etapa 24: Instalação da nova régua de marés; avaliação da grade de proteção colocada na estação pela Petrobras; aplicação da proteção maresia/intempéries em toda a estrutura da estação. RMPG, Memo CGED 067, PP/03602000618/2006-82	trabalho realizado	Arlindo Simoes Alcantara

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Agosto	25	4,5	334,23	Macaé/RJ	Devido ao trâmite de funcionários do porto de Imbetiba, por isso estamos realizando a manutenção no final de semana	Etapa 24: Instalação da nova régua de marés; avaliação da grade de proteção colocada na estação pela Petrobras; aplicação da proteção maresia/intempéries em toda a estrutura da estação. RMPG, Memo CGED PP/03602000618/2006-82	trabalho realizado	Ecio Silva
Setembro	8	4,5	622,91	Manaus/AM	A justificativa da viagem em final de semana, ocorre devido ao workshop começar na segunda de manhã e o servidor não ter acesso os equipamentos durante o fim de semana para instalação dos softwares necessários	Processo nº 03605.000559/2006-12. O servidor irá participar de um workshop de ferramentas digitais na SUFRAMA em Manaus. Saída do Rio de Janeiro no dia 08/09, com retorno ao Rio saindo de Manaus em 12/09/2006	participação realizada	Carlos Jose Lessa De Vasconcellos
	8	4,5	622,91	Manaus/AM	A justificativa da viagem em final de semana, ocorre devido ao workshop começar na segunda de manhã e o servidor não ter acesso os equipamentos durante o fim de semana para instalação dos softwares necessários	Processo nº 03605.000559/2006-12. O servidor irá participar de um workshop de ferramentas digitais na SUFRAMA em Manaus. Saída do Rio de Janeiro no dia 08/09, com retorno ao Rio saindo de Manaus em 12/09/2006	participação realizada	Mario Henrique Monteiro de Mattos
	16	7,5	795,35	Caxambu/MG	O servidor irá acompanhar a montagem do stand	O servidor irá acompanhar a montagem do stand do IBGE no evento XV Encontro de Estudos Populacionais em Caxambu/MG, no período de 16/09 a 23/09/2006	trabalho realizado	Raul Cesar Hamdan

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Setembro	23	4,5	3897,96	Madri/ES	Esclareço que a data de saída do país, no dia 23 de setembro, deve-se ao roteiro e disponibilidade de vôos da cidade do Rio de Janeiro para Madri e ao horário de abertura da reunião. Assim sendo, faz-se necessário um dia adicional de trânsito na ida	Trata-se de sua participação na "Sexta Reunião do Comitê Executivo da Conferência de Estatística das Américas - CEA", promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, que se realizará entre os dias 25 a 26 de setembro do corrente ano, e terá lugar em Madri, na Espanha	participação realizada	Wasmalia Socorro Barata Bivar
	23	4,5	4128,60	Madri/ES	Esclareço que a data de saída do país, no dia 23 de setembro, deve-se ao roteiro e disponibilidade de vôos da cidade do Rio de Janeiro para Madri e ao horário de abertura da reunião. Assim sendo, faz-se necessário um dia adicional de trânsito na ida	Trata-se de sua participação na "Sexta Reunião do Comitê Executivo da Conferência de Estatística das Américas - CEA", promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, que se realizará entre os dias 25 a 26 de setembro do corrente ano, e terá lugar em Madri, na Espanha	participação realizada	Eduardo Pereira Nunes
Outubro	14	10,5	3264,74	Curitiba/PR, Diversas cidades de RS, Florianópolis/SC	As atividades de levantamentos Geodésicos exigem a presença contínua dos servidores no local das operações durante o período de sua execução. Saída no sábado motivada pela necessidade de estar na estação RBMC_PARA, na parte da manhã no dia 16/10	Medições dos azimutes e estações novas e reocupações da Rede GPS RS. SIGPS, MemoCGED 070, PP/03602.000828/2006-71	levantamento geodésico realizado	Antonio Jurandir Constantino de Oliveira

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Outubro	14	10,5	3404,81	Curitiba/PR, Diversas cidades de RS, Florianópolis/SC	As atividades de levantamentos Geodésicos exigem a presença contínua dos servidores no local das operações durante o período de sua execução. Saída no sábado motivada pela necessidade de estar na estação RBMC_PARA, na parte da manhã no dia 16/10	Medições dos azimutes e estações novas e reocupações da Rede GPS RS. SIGPS, MemoCGED 070, PP/03602.000828/2006-71	levantamento geodésico realizado	Carlos Alberto Belmont Fernandes
	14	3,5	441,71	Florianópolis/SC	Justifica-se a solicitação para o sábado 14/10, tendo em vista que a reunião tem início no dia 15/10 cedo, não havendo possibilidade de vôo para cumprimento deste horário.As atividades necessitam de permanência contínua	Providenciar montagem stands no hotel onde ocorrerá a 7ª COBRAC. Processo nº 03602.000964/2006-61	trabalho realizado	Serrana Muniz
	14	3,5	382,72	Florianópolis/SC	Justifica-se a solicitação para o sábado 14/10, tendo em vista que a reunião tem início no dia 15/10 cedo, não havendo possibilidade de vôo para cumprimento deste horário.As atividades necessitam de permanência contínua	Providenciar montagem stands no hotel onde ocorrerá a 7ª COBRAC. Processo nº 03602.000964/2006-61	trabalho realizado	Elaine Rodrigues Sales
Novembro	11	2,5	285,50	Florianópolis/SC	A viagem de ida ocorrerá no dia 11/11 (sábado), pois o evento terá início no dia 12/11 (domingo). O retorno ao Rio de Janeiro se dará no dia 13/11 (segunda - feira)	Participar do "14º Congresso da Sociedade Latino Americana de Alimentação e Nutrição, a realizar-se no período de 12 a 16/11/2006. Processo: 03607.000412/2006-11	participação realizada	Lavinia Davis Rangel Pessanha
	15	2,5	341,08	Salvador/BA	Há necessidade, pois terá início quinta feira na parte da manhã	Participar do Projeto de Divulgação nas Unidades Estaduais do IBGE em Salvador de 15 a 17/11	participação realizada	Maria Lucia Franca Pontes Vieira

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
MÊS	DIA	QUANT.	VALOR	DESTINO	MOTIVO	OBJETIVO	RESULTADO	BENEFICIÁRIO
Novembro	17	7,5	1129,09	Recife/PE	O Coordenador das Contas Nacionais viajará no dia 17/11/2006 para organizar o Evento	Participar no XIII Encontro do Produto Interno Bruto dos Municípios e no XVI Encontro sobre Contas Regionais em Pernambuco	participação realizada	Roberto Luis Olinto Ramos
	24	2,5	250,56	Macaé/RJ	A programação das atividades no fim de semana visa evitar transtornos ao seu bom andamento, já que os equipamentos encontram-se instalados no local onde a Petrobras desenvolve intensas atividades durante os dias da semana	(1) Reunião com a nova responsável técnica pela estação da RMPG por parte da Petrobras; (2) Acompanhamento da manutenção emergencial da estação de Macaé; (3) Outros procedimentos quanto ao marégrafo analógico. RMPG, MemoCGED 094/06, PP 03602.001089/2006-34	reunião realizada	Solange Cardoso
	24	2,5	197,52	Macaé/RJ	A programação das atividades no fim de semana visa evitar transtornos ao seu bom andamento, já que os equipamentos encontram-se instalados no local onde a Petrobras desenvolve intensas atividades durante os dias da semana	(1) Reunião com a nova responsável técnica pela estação da RMPG por parte da Petrobras; (2) Acompanhamento da manutenção emergencial da estação de Macaé; (3) Outros procedimentos quanto ao marégrafo analógico. RMPG, MemoCGED 094/06, PP 03602.001089/2006-34	reunião realizada	Ecio Silva
<b>TOTAL</b>			<b>95.192,33</b>					

Instruções de Preenchimento:

**MÊS:** informar o mês em que a(s) diária(s) foi(ram) concedida(s). Inserir linha para cada concessão/viagem/beneficiário

**DIA:** informar o(s) dia(s) do mês em que a(s) diária(s) foram utilizadas

**QUANT:** informar a quantidade total de diárias concedidas na viagem

**VALOR:** informar o valor total das diárias por viagem

**DESTINO:** informar a cidade de destino da viagem e a sigla da respectiva UF

**MOTIVAÇÃO:** explicar, de forma sucinta, o que levou à concessão de diárias em feriado e/ou final de semana

**OBJETIVO:** informar, de forma sucinta, o objetivo da viagem

**RESULTADO:** informar, de forma sucinta, o resultado obtido com a viagem

**BENEFICIÁRIO:** informar o nome completo do SERVIDOR e SIAPE